...zes na Senzala

...o e resistência nas últimas décadas da escravidão
Olinda, 1871-1888

ROBSON COSTA

Nesta obra, os escravos se apresentam como os principais atores, inseridos numa complexa rede de relações, interagindo de diferentes formas com os demais setores da sociedade em fins do século XIX. Nosso ponto de partida é a antiga capital de Pernambuco: Olinda. Numa época de limites imprecisos e fronteiras pouco definidas, escravos iam e vinham por entre os caminhos tortuosos que ligavam esta cidade a regiões vizinhas, abrindo possibilidades para que muitos cativos alcançassem grande poder de movimentação, resultado das necessidades dos próprios senhores. Buscar água nas bicas e cacimbas da cidade; lavar roupa nos rios; comprar mantimentos para a casa e outras obrigações diárias, contribuíram para a construção e reconstrução de estratégias de resistência escrava, sem

Vozes na Senzala

Cotidiano e Resistência nas Últimas Décadas da Escravidão, Olinda, 1871 - 1888.

ROBSON COSTA

Vozes na Senzala
Cotidiano e Resistência nas Últimas Décadas da Escravidão, Olinda, 1871 - 1888.

Recife
2008

Vozes na Senzala: cotidiano e resistência nas últimas décadas da escravidão, Olinda, 1871 – 1888.

Capa:
Lenivaldo Cavalcante e Robson Costa

Imagem da capa:
Danse Landu - Johann Moritz Rugendas
Imagem da contracapa:
Danse de la guerre - Johann Moritz Rugendas

Editoração eletrônica:
Lenivaldo Cavalcante

Revisão: Sérgio Claudino

Costa, Robson
Vozes na senzala : cotidiano e resistência nas últimas décadas da escravidão, Olinda, 1871-1888 / Robson Costa ; apresentação Marcus J. M. de Carvalho . – Recife : Ed. Universitária da UFPE, 2008.
160 p. : il., fig., tab.

Inclui bibliografia
ISBN: 978-85-7315-527-3 (broch.)

1. Escravidão – Brasil. 2. Escravos – Condições sociais. 3. Escravidão – Olinda(PE) . I. Título.

981.34 CDU(2.ed.)
981.04 CDD (22.ed.) UFPE
BC 2008 - 094

A Nice, Juliana e Camila.

"A opressão cria o desejo do ato contrário a quem oprime.
O escravo tem o pendor natural para ludibriar aquele que o subjuga.
É possível amar o senhor quando se tem o poder de deixá-lo;
mas ser preso, forçado a obedecer à vontade, e às vezes,
aos caprichos alheios, desperta um sentimento de prazer,
melhor do que o castigo, em contrariar os desejos e
tornar nulas as ordens de quem as dá".

Henry Koster

Agradecimentos

Este livro é o resultado de uma longa jornada, que se iniciou ainda na graduação e ganhou forma no decorrer do mestrado. Entre idas ao arquivo, às bibliotecas e outros tantos lugares imprescindíveis à pesquisa histórica, encontramos diversas pessoas que – direta ou indiretamente – deixaram suas marcas nesta obra.

Começamos, então, por Marcus Carvalho, professor, orientador e amigo. Sempre com a palavra certa nos momentos de dúvidas nestes caminhos e descaminhos por quais passamos. Outro Marcos, meu irmão, também tem grande "culpa", presente nos meus primeiros passos como historiador, incentivador na arte da investigação e tantos outros saberes difíceis de mensurar. A Geisa Oliveira, incentivadora de minhas primeiras linhas, que mesmo quando tortas, não deixou de me estimular nesta árdua tarefa da escrita.

Aos meus amigos: Lenira Lima, pelas parcerias nos trabalhos que tanto engrandeceram minha trajetória ao longo destes anos. Maria Emília Vasconcelos, com suas sugestões e tantos documentos que estão presentes neste estudo. Rosilene Gomes, sempre presente quando precisamos. Lenivaldo Cavalcante, por sua dedicação, paciência e criatividade que tanto deram forma a este livro. Humberto Miranda, que desde o início acreditou e incentivou a publicação desta obra. Sandro Vasconcelos, que teve uma participação direta neste trabalho, indo e vindo entre os documentos empoeirados dos arquivos. Meu grande amigo Sergio Claudino, por sua habilidade com as letras, que tanto contribuiu para o resultado final deste livro.

Aos professores Marc J. Hoffnagel, Suzana Cavani e Wellington Barbosa, pelas contribuições a este estudo. Aos funcionários da Biblioteca do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco. A Carmem e Aluízio, pelo carinho e pela dedicação.

A Alexandre, Aneide e demais funcionários do Arquivo Municipal de Olinda, possibilitando-nos um melhor aproveitamento dos subsídios existentes nesta instituição. A Secretaria de Cultura de Olinda, pelo apoio a publicação deste livro e atenção prestada. As Faculdades Integradas de Vitória de Santo Antão - FAINTVISA, pelo apoio e acolhida desta obra.

Não poderia esquecer dos meus queridos ex-(sempre)alunos da Universidade Federal Rural de Pernambuco, pelo carinho, pela amizade e, principalmente, pelo não esquecimento de minha passagem por suas vidas.

Agradeço ainda aos amigos do grupo de teatro da UFRPE, pela homenagem realizada em maio de 2008, através da peça "Até o Último Dia", baseada na minha Dissertação de Mestrado.

E por último, a minha grande família: meus pais (Carlos e Eunice), meus sogros (Romero e Marisete, que acompanharam de perto minha trajetória), meus irmãos e demais componentes importantes na minha vida. Agradeço especialmente a Juliana, pela paciência, pelo carinho e pelos momentos dedicados a leitura deste texto, e principalmente por fazer parte de minha história.

Sumário

Lista de tabelas

Lista de figuras

Apresentação

No final do século XVI, Olinda despontava como a principal vila de uma capitania que, por volta de 1593, representava 56 por cento do produto interno bruto do Brasil.1 Depois de invadir Pernambuco, o exército da Companhia das Índias Ocidentais decidiu queimar a antiga vila, capital das terras cedidas a Duarte Coelho. Reconstruí-la ainda mais bela e imponente, era um ponto de honra para os luso-brasileiros. Olinda, todavia, nunca mais recuperaria sua antiga grandeza, abalada em definitivo depois que seu principal porto, o Recife, tornou-se um povoado praticamente autônomo e, finalmente, vila com direito a pelourinho e câmara no começo do século XVIII.

A história do Brasil passa pela história de Olinda. Mas, paradoxalmente, a historiografia deixou meio que de lado o que aconteceu depois da invasão holandesa e da Guerra dos Mascates. Foi também relegado um dos aspectos mais óbvios da história de uma das vilas mais antigas do país: a escravidão. Este trabalho de Robson Pedrosa Costa, portanto, vem preencher uma importante lacuna na historiografia pernambucana. Ele trata de Olinda, mas não da Olinda de belas colinas que um dia levou os poetas a pensarem equivocadamente que seu nome viria de um encantamento de Duarte Coelho com a linda vista com a qual se deparava. A Olinda de Robson é uma Olinda diferente. Sua beleza não é estética, mas simbólica. É uma Olinda longe do tempo em que fora o principal ponto de referência do açúcar do Brasil. É uma Olinda de poucos engenhos moentes e de muitos moradores modestos. É uma Olinda que ainda possuía cativos, apesar do declínio das atividades econômicas mais dinâmicas em seu termo. Uma Olinda de muitas igrejas e conventos imponentes, com seus circunspectos religiosos que também não dispensavam o trabalho escravo.

O foco de Robson é a escravidão logo após a Lei do Ventre Livre. A partir das Listas de Classificação dos Escravos, produzidas entre 1873 e 1876, somadas a outras fontes, ele delineia o perfil da população cativa de Olinda e seus arredores. Os homens, as mulheres, as crianças em suas labutas cotidianas. Seu foco principal, todavia, é a resistência dessas pessoas contra o cativeiro, contra o trabalho incessante. Os personagens abordados por Robson Pedrosa Costa teciam suas redes de apoio e solidariedade. Barganhavam, negociavam e

---

1 JOHNSON, Harold B. The Portuguese Settlement of Brazil. In BETHELL, Leslie (Org.), *The Cambridge History of Latin America.* Cambridge, 1984, vol. 1, p. 285.

por vezes fugiam. Conquistavam espaços que lhes seriam vedados caso não fossem capazes de agir e resistir. Criavam, como diz o autor, fissuras, onde não havia brechas. Este trabalho preenche assim uma necessidade da nossa literatura, contribuindo efetivamente para a história da resistência escrava, na bela Olinda, na dura realidade do cativeiro, quase às vésperas da Abolição.

Marcus J. M. de Carvalho[2]

[2] Professor Titular de História do Brasil da Universidade Federal de Pernambuco. Ph.D em Historia pela University of Illinois at Urbana-Champaign (1989).

Introdução

Em 7 de dezembro de 1809, chegava a Pernambuco um viajante inglês chamado Henry Koster. Com 25 anos de idade, buscava no clima tropical a cura de sua tuberculose. Este viajante deixou-nos importantes observações de sua estadia nas diversas regiões por onde passou, trazendo a tona costumes e conflitos da sociedade de então. Transformou-se em senhor de engenho e, como tal, experimentou do poder moral que a posição lhe conferia.

Koster relata-nos que muitas vezes, sentado à noite, na soleira da porta, ouvia o murmúrio das "vozes nas senzalas", observando que muitos negros saíam a caminhar furtivamente para visitar conhecidos ou ir tomar parte em algum divertimento noturno. "É nessas ocasiões", afirma o autor, "que os planos para enganar o amo são concebidos e, nessas doces e defesas reuniões, os projetos se formam". Koster refletia ainda sobre o grande poder que caracterizara a posição social do senhor de engenho, comparando-o à época feudal na Europa: "Eu mesmo sentia o poder que me recaía nas mãos".[1]

Assim como Henry Koster, buscaremos neste livro refletir sobre as "vozes na senzala", que ecoaram por entre as frestas da casa-grande e das demais estruturas da dominação senhorial. Temos como objetivo adentrar no cotidiano da escravidão, discutindo sobre as estratégias de resistência escrava, diante do poder moral e das redes opressivas construídas pela camada senhorial.

Algumas explicações

A partir de 1871, o sistema escravista foi abalado por inúmeras medidas que visavam pôr fim a um regime que não mais se adequava ao modelo de uma nação moderna, aos olhos dos novos tempos que se configuravam. No entanto, as leis, que foram colocadas em prática no Segundo Reinado, buscavam não uma ruptura com o regime há séculos em vigor, e sim, uma transição lenta e disciplinada sob o controle do Governo Imperial. Contudo, diversas forças interpretaram esses novos tempos a partir de perspectivas diferentes, cada uma buscando defender direitos, privilégios e visões de mundo que muitas vezes se chocaram com os objetivos do Estado ao longo do processo emancipacionista.

---

[1] KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil.* Recife: Editora Massangana, 2002. p. 376-377.

Grandes senhores, pequenos proprietários e escravos construíram suas próprias expectativas sobre as mudanças que não tardaram a chegar, contribuindo para a construção e a reconstrução constante de estratégias de sobrevivência e relações de força, no âmago da vida cotidiana daqueles que interagiam na escravidão.

Nesse ínterim, buscamos apresentar, ao longo dos capítulos, as estratégias cotidianas de resistência que muito caracterizaram a vida dos escravos no decorrer dos séculos, amalgamando as peculiaridades do contexto os quais nos propomos a analisar. Nosso ponto de partida é a cidade de Olinda, em uma época de acirramento das discussões emancipacionistas e reconstrução de táticas dos diversos segmentos sociais envolvidos. Os escravos iam e vinham por diferentes motivos entre esta cidade e seus arrabaldes, assim como, entre os limites imprecisos que a "separavam" do Recife.

Devemos destacar ainda que, entre 1871 e 1888, a "questão servil" enveredou por caminhos tortuosos no decorrer desses anos, entre discursos e práticas envolvendo o Estado Imperial, a Igreja e demais senhores. Mas, e os escravos, não participaram do processo?! Não tinham consciência dos acontecimentos ao seu redor?! Havia algo de político em suas práticas cotidianas, como trabalho, fugas e religiosidade?!

Essas questões se fazem ainda mais patentes ao constatarmos que Olinda possuía um número reduzido de escravos. Caracterizada como uma área fora dos padrões agro-exportadores tradicionais, modelo há muito estudado pela historiografia. Mas, que tipo de escravidão caracterizou a cidade de Olinda na segunda metade do século XIX, em um contexto de transformações urbanas e processo de emancipação da escravatura? Que relações podemos traçar entre o tipo de escravidão existente nesta localidade e as estratégias de resistência praticadas no cotidiano do cativeiro? De que forma as ligações entre Olinda e Recife contribuíram para dinamizar a mobilidade da população escrava dessas duas cidades, em um contexto de maior aproximação decorrente dos melhoramentos urbanos? Essas são perguntas que nos inquietaram no decorrer da pesquisa e que serão encontradas diluídas nas tramas de nossos capítulos.

Rastros, vestígios, sinais

As questões que nos inquietaram no decorrer da pesquisa e que serviram como bússola na elaboração de nossos resultados, também nos trouxeram outros *problemas*, tais como: conceitos e referenciais teóricos a serem desenvolvidos. Conceitos como *Cotidiano* e *Resistência* já trazem em si outros tantos elementos que nos fazem refletir as práticas do dia-a-dia a partir de idéias como: negociação, conflitos, tensões sociais, escolhas, alianças, trajetórias

individuais, malhas de solidariedade, etc. Buscaremos aqui esclarecer algumas de nossas opções, entre tantas outras disponíveis na historiografia.

Ao buscarmos analisar o cotidiano das relações escravistas e seus desdobramentos frente a um regime opressor e autoritário em fins do século XIX, nos deparamos com um rumo metodológico que se delineará por campos trilhados por historiadores que trouxeram a tona as contradições, os conflitos e as negociações que marcaram a trajetória dos "protagonistas anônimos da história".[2] A exemplo destes, temos como referência autores como E. P. Thompson, Carlo Ginzburg, Giovani Levi e Michel de Certeau, que contribuíram para melhor compreendermos as resistências das camadas subalternas diante da realidade social na qual estavam inseridos.

Partindo do princípio de uma "história vista de baixo", o cotidiano da resistência escrava foi por nós analisado em constante diálogo com os aspectos mais gerais sobre o tema, apesar de partimos de um estudo do local o qual Olinda se apresenta como ponto de partida de nossa empreitada. A própria expressão *história vista de baixo* implica que:

> [...] há algo acima para ser relacionado. Esta suposição, por sua vez, presume que a história das 'pessoas comuns', mesmo quando estão envolvidos aspectos explicitamente políticos de sua experiência passada, não pode ser dissociado das considerações mais amplas da estrutura social e do poder social.[3]

E. P. Thompson, por exemplo, nos traz importantes subsídios ao que se refere às resistências sociais, partindo da análise dos costumes, dos usos e dos direitos comuns na Inglaterra pré-industrial, trazendo a tona as estratégias montadas pelas "pessoas comuns" diante das mudanças do capitalismo que então se delineava no decorrer do século XVIII. As classes subalternas – tanto no campo quanto na cidade – reivindicavam direitos com base nos costumes locais, adiando e modificando as bases de uma transformação que entrava em choque com os interesses da "plebe".

O autor valoriza, com isso, as atitudes e comportamentos das "pessoas comuns" a partir de seu cotidiano. Estratégias que por muito tempo foram interpretadas como manifestações insignificantes, motivadas apenas pela fome.[4]

---

[2] Expressão utilizada por Ronaldo Vainfas, em seu estudo *Os Protagonistas Anônimos da História:* micro-história. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

[3] SHARPE, Jim. A História Vista de Baixo. In BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História:* novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. pp. 54-55.

[4] THOMPSON, E. P. *Costumes em comum estudos sobre a cultura popular tradicional.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Essa "resistência teimosa"[5] em muito se parece com o cotidiano do cativeiro que, diante de uma realidade normativa violenta, buscava, nas brechas do sistema, a ruptura ou a negociação dentro dos limites da sociedade escravista.

Em nosso estudo, também se fez importante a análise de trajetórias individuais, com o objetivo de compreender o cotidiano da resistência como um campo dos possíveis, do imprevisível, de conquistas e de frustrações, buscando romper com idéias determinantes que o contexto mais geral pode "impor" aos desdobramentos do dia-a-dia. Assim, devemos compreender que:

> [...] toda ação social é vista como o resultado de uma constante negociação, manipulação, escolhas e decisões do indivíduo, diante de uma realidade normativa que, embora difusa, não obstante oferece muitas possibilidades de interpretações e liberdades pessoais. A questão é, portanto, como definir as margens - por mais estritos que possam ser - da liberdade garantida a um indivíduo pelas brechas e contradições dos sistemas normativos que o governam.[6]

A partir desta perspectiva, nossos esforços, em busca de avançar no estudo do cotidiano da escravidão e das múltiplas faces da resistência escrava, têm como pressuposto básico a análise das entrelinhas da *negociação* e dos *conflitos* entre os senhores e os cativos no século XIX, assim como, as conquistas diárias empreendidas pelos escravos diante do regime senhorial vigente.

Este cotidiano - envolvido por teias repressivas e disciplinares - deve ser tomado como campo de conflitos, cujas redes de "vigilância" estavam sempre atentas à movimentação das camadas subalternas. No entanto, compreendemos que tais redes opressivas deixaram brechas que possibilitavam aos escravos recriarem suas próprias redes de sociabilidade. Assim, tomando as palavras de Michel de Certeau, podemos considerar que:

> Se é verdade que por toda a parte se estende e se precisa a rede da 'vigilância', mas urgente ainda é descobrir como é que uma sociedade inteira não se reduz a ela: que procedimentos populares (também 'minúsculos' e cotidianos) jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los; enfim. Que 'maneiras de fazer' formam a contrapartida, do lado dos consumidores (ou 'dominados'?),

---

[5] Idem. p. 102.

[6] LEVI, Giovanni. Sobre a Micro-História. In BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História:* novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. pp. 135-136.

> dos processos mudos que organizam a ordenação sócio-política.[7]

Compreendemos, então, que as práticas do cotidiano contribuem para alterar as estruturas de funcionamento das redes de "vigilância", através dos modos de proceder dos indivíduos e grupos, com suas "astúcias", "táticas", formas "sub-reptícias" contra a violência dos mecanismos disciplinares da sociedade. Encaramos, assim, o cotidiano como campo da "antidisciplina"[8] e que os indivíduos – escravos e outros setores – tinham consciência de suas possibilidades e limitações.

Pretendemos, com isso, "reavaliar o político no campo da história social do dia-a-dia".[9] Os escravos, ao contrário do que se defendia na historiografia dos anos 1960 e 1970, faziam a sua própria leitura dos acontecimentos ao seu redor, interpretando-os e adaptando-os ao seu cotidiano, mesmo quando resultavam em interpretações radicais.[10] Segundo Maria Odila Leite da Silva Dias:

> [...] o quotidiano tem se revelado na história social como área de improvisação de papéis informais, novos e de potencialidade de conflitos e confrontos, em que se multiplicam formas peculiares de resistência e luta. [...] o estudo do quotidiano dos escravos vem desvendando uma experiência cumulativa de improvisação, aculturação e resistência ao poder, que é nova e vem transformar a historiografia social da escravidão.[11]

Nossas referências teóricas também pousam em território de historiadores da escravidão, que há muito vêm contribuindo com novos temas, abordagens e metodologias. Estudos como os de João José Reis, Eduardo Silva, Marcus J. M. de Carvalho, Robert Slenes, Hebe Maria Mattos e outros, nos dão importantes subsídios teóricos e metodológicos que ampliam nossas visões acerca da análise de indícios muitas vezes tão diluídos na documentação

---

[7] CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano*: 1. artes de fazer. Petrópoles, Rj: Vozes, 1994. pp. 41-42.

[8] Idem.

[9] DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995. pp. 14-15.

[10] REIS, João José. "Nos Achamos em Campo a Tratar da Liberdade": a resistência negra no Brasil oitocentista. In *Viagem Incompleta. A Experiência Brasileira (1500 - 2000)*. Formação: histórias. Carlos Guilherme Mota (org.). São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 2000. p. 254.

[11] DIAS, Maria. op. cit. pp.14-15.

encontrada. Na verdade, estes autores – como outros – contribuem de forma significativa no que se refere à questão das fontes, principalmente quando procuramos – como neste trabalho – analisar a escravidão numa perspectiva do escravo.

Mas, apesar de percebermos grandes avanços na historiografia sobre a escravidão no Brasil, compreendemos que poucos foram os estudos que deram maior importância aos pequenos plantéis e áreas não-exportadoras, à exceção dos trabalhos de história econômica e demográfica.[12] Vários desses autores constataram que a posse de escravos se caracterizou não pela grande propriedade, como tradicionalmente se afirmava, mas sim, por pequenos proprietários até pelo menos a primeira metade do século XIX, em regiões como Minas Gerais e São Paulo, por exemplo. Isso se verifica não apenas em áreas urbanas, como também rurais, onde muitos senhores de um a cinco escravos utilizavam-nos para a subsistência.[13]

No entanto, compreendemos a importância de voltarmos nossa atenção para áreas que estavam fora, tanto do padrão de posse de escravos há muito estudado, quanto para regiões que apresentavam outras faces da escravidão. Em Olinda, por exemplo, a escravidão aparece, à primeira vista, em franca decadência, se simplesmente considerarmos o número de escravos e senhores existentes a partir da segunda metade do século XIX.

Consideramos, contudo, que "onde houve escravidão houve resistência",[14] pois os cativos, mesmo fora dos grandes plantéis ou centros economicamente mais dinâmicos, também possuíam suas próprias expectativas de liberdade, como também, sofreram a violência e a vigilância características das tensões que marcaram a trajetória dos escravos no Brasil.

Em relação às fontes, optamos em trabalhar com uma documentação variada, tanto quantitativa quanto qualitativa, que melhor respondessem as nossas questões. Dessa forma, procuramos trilhar nosso caminho a partir dos indícios encontrados na documentação, que dessem conta das questões acerca da resistência do cotidiano, dos seus conflitos, das conquistas e das trajetórias de nossos sujeitos. Em relação à carência de fontes que tragam o discurso do cativo, Eduardo Silva afirma que "o historiador [...] está condenado a trabalhar com as fontes que encontra, não com as que deseja. Esta é, aliás, sua sina, ciência e arte".[15] Consideramos ainda, que:

---

12 MATTOS, Hebe. Escravidão e Abolição no Brasil. In CARDOSO, Ciro Flamarion S. (Org.). *Escravidão e abolição no Brasil*: novas perspectivas. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1988. pp. 32-46.

13 MATTOS, op. cit.

14 REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Org.) *Liberdade por um fio*: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 09.

15 REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito*: a resistência escrava no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. pp. 14-15.

> O pouco que temos deve ser adequadamente explorado, eis um primeiro ponto. Qualquer indício que revele a capacidade dos escravos, de conquistar espaços ou amplia-los segundo seus interesses, deve ser valorizado. Mesmo os aspectos mais ocultos (pela ausência de discursos) podem ser apreendidos através das ações.[16]

Os "rastros", os "vestígios" e os "sinais" estiveram em todo momento de nossa investigação os quais procuramos articulá-los as nossas questões e objetivos que se encontram no decorrer de cada capítulo. Ainda sobre as fontes, concordamos com Ginzburg quando afirma que:

> [...] não são nem jaulas escancaradas, como acreditam os positivistas, nem muros que obstruem a visão, como pensam os cépticos: no máximo poderíamos compará-las a espelhos deformantes. A análise da distorção específica de qualquer fonte implica já um elemento construtivo. Mas a construção [...] não é incompatível com a prova; a projeção do desejo, sem a qual não há pesquisa, não é incompatível com os desmentidos infligidos pelo princípio de realidade. O conhecimento (mesmo o conhecimento histórico) é possível.[17]

A partir do que foi exposto, podemos afirmar que o ponto de partida de nosso estudo teve como base as informações contidas na *Lista de Classificação dos Escravos de Olinda*. Esta lista reproduz a maioria das informações contidas na "matrícula especial" criada pelo artigo 8° da Lei 2040, como podemos observar a seguir:

> Art. 8.° - O Governo mandará proceder à matricula especial de todos os escravos existentes no Império, com declaração de nome, sexo, estado, aptidão para o trabalho e filiação de cada um, se for conhecida.

Contudo, grande parte destas "matrículas especiais" foi destruída com o advento da República, por ordem do então ministro Rui Barbosa. Mas,

---

[16] Idem.

[17] GINZBURG, Carlo. *Relações de Força*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 44-45; Cf. GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas, Sinais*: morfologia e historia. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

segundo Robert Slenes, uma das maneiras de se recuperar parte desta documentação é através das listas de escravos classificados para serem libertados pelo Fundo de Emancipação, pois:

> Em 1873, as juntas de classificação de escravos, constituídas nos municípios, eram obrigadas a fazer uma lista de todos os escravos residentes nas suas respectivas localidades, agrupando-os nas categoriais especificadas pela lei que regia o Fundo. As juntas baseavam seu trabalho nos livros da matrícula de 1872, e as listas que fizeram reproduziram a maioria das informações da matrícula para cada escravo [...].[18]

Slenes afirma ainda que "os livros das juntas classificadoras escaparam da queima ordenada pela portaria de 1890 porque não faziam parte da documentação das coletorias", local onde se encontravam as "matrículas especiais". Segundo Robert Slenes "tudo indica [...] que estas listas das juntas de classificação, embora sejam fontes valiosas, são relativamente raras [...]".[19]

Por sorte nossa, as listas de Olinda *Rui Barbosa não queimou*, deixando uma "valiosa" fonte para nosso estudo. Com isso, pudemos perceber que os escravos matriculados por seus senhores - entre 1872 e 1876 - apresentavam diversas informações reproduzidas nas Listas de Classificação, tais como: idade, cor, pessoas da família, valor, moralidade, aptidão para o trabalho, profissão e nome do senhor, além de um espaço destinado a observações, na qual encontramos importantes informações sobre fuga, embriaguez, nome de cônjuges e filhos, etc.

Estes dados foram cruzados com outras fontes mais qualitativas, tais como: o *Diario de Pernambuco* e ofícios da *Câmara Municipal de Olinda*, da *Repartição Central de Polícia* e dos *Promotores Públicos*. Estas e outras fontes se encontram distribuídos nas seguintes instituições: Arquivo Municipal de Olinda, Arquivo Público Estadual de Pernambuco, Instituto Histórico e Geográfico de Pernambuco e o Laboratório de Pesquisa e Ensino de História da UFPE.

Fontes, problemas e discussões se encontram diluídos no decorrer dos capítulos, dentre os quais o primeiro intitula-se "A Cidade em Movimento: espaço, economia e população". Pretendemos apresentar nesta parte os principais elementos que caracterizaram Olinda nas últimas décadas da escravidão, como a organização do espaço urbano e o processo de

---

[18] SLENES, Robert W. O que Rui Barbosa não Queimou: novas fontes para o estudo da escravidão no século XIX. *Estudos Econômicos*. 13 (1): 117-149, Jan/Abr. 1983. p. 142.
[19] SLENES, op. cit. p. 143.

modernização e os seus conseqüentes conflitos. A chegada dos novos tempos contrastava com os limites e com a violência que os melhoramentos urbanos impunham a sociedade local, caracterizada pela pobreza, pela exploração dos recursos naturais disponíveis e pela persistência da escravidão.

No segundo capítulo, "O Cotidiano do Trabalho Escravo", nos propomos a analisar as relações que marcaram o dia-a-dia do trabalho desempenhado pelos cativos, adentrando em um universo complexo que era regrado por momentos de atividade intensa e de lazer e ampliação das redes comunitárias. O padrão de trabalho dos escravos não poderia ser dosado apenas pela violência, mesmo que muitos senhores buscassem impor uma rotina disciplinada por uma noção de tempo que não correspondia a uma realidade ainda "pré-industrial".

Na terceira parte, "Relações de Força e Malhas de Solidariedade", senhores e escravos construíram e reconstruíram suas próprias estratégias diante das transformações que afetavam o cotidiano do cativeiro nos últimos anos da escravidão. A posse de escravos se fazia cada vez mais concentrada nas mãos de poucos, contribuindo para modificar as relações que há muito marcaram os alicerces que sustentavam as bases do poder moral dos senhores. A família escrava e a ampliação das redes comunitárias também se fazem presentes nesta discussão, assim como as fugas temporárias e rupturas com o cativeiro, em constante diálogo com os desdobramentos que marcaram as discussões em torno da questão servil.

1. A Cidade em Movimento: Espaço, Economia e População

1.1. Organização do espaço urbano

Em novembro de 1887, um interessante relato do destacado abolicionista Joaquim Nabuco dava notícia sobre a visita do literato português Ramalho Ortigão que, em sua companhia, chegou a Pernambuco manifestando o seguinte desejo: "Só quero que me mostre alguma igreja antiga". Joaquim Nabuco logo procurou satisfazer o visitante, decidindo levá-lo à velha capital da província. "[...] e eu achei melhor em matéria de igreja e antiguidade levá-lo à Olinda, à cidade deserta do primeiro passado pernambucano", afirma o autor, "e que, se o Recife por suas águas lembra Veneza, ela também lembra Piza pela sua desolação e abandono!".[1]

Muitos visitantes – não apenas estrangeiros – deixaram relatos sobre suas impressões da velha "Vila Duartina", uma mistura de exaltação de suas belezas e sentimentos de frustração, de melancolia e de saudosismo. Seu passado "heróico" e "glorioso", em contraposição a um "presente" de crise, de decadência, era parte integrante das poesias, dos relatos de viajantes, das autoridades locais e provinciais. No século XIX, Olinda não era mais o centro dinâmico de Pernambuco. Teria sucumbido em detrimento *a hegemonia do Recife*.

Para melhor compreendermos tal situação, voltaremos nosso olhar para o início de sua história. Sua cidade foi construída dentro da lógica da colonização da América, "acompanhada por gestos simbólicos que ressaltavam a relação entre o ato e a conquista da terra por intermédio das armas [...]".[2] Tal espaço urbano trazia em seu cerne a concepção de "cidade-fortaleza", com edificações que simbolizavam a presença da Coroa Portuguesa, demonstrando a efetivação de seu poder. Não poderiam faltar também os fundamentos da Igreja Católica, já que a colonização guiava-se pela conjunção de dois elementos básicos: a cruz e a espada.

A cidade que se erguia no início da colonização, pouco mudara até pelo menos a primeira metade do século XIX. As construções de Olinda "se

---

[1] GALVÃO, Sebastião de Vasconcelos. *Diccionário Chorográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905, vol. 1. p. 454.

[2] RAMINELLI, Ronald. Simbolismos do Espaço Urbano Colonial. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). *A mérica em Tempo de Conquista.* Rio de Janeiro: Zahar, 1992. p. 165.

erguiam igualmente sobre colinas, em um plano muito acima do mar. A vila era protegida por fortificações que seguiam a linha da praia, entre o oceano e a parte inferior das encostas".[3]

No período colonial, a cidade representava o centro do poder político e financeiro da Capitania, atraindo pessoas das mais diversas origens e ocupações. A "açucarocracia" exercia sua hegemonia sobre as outras localidades circunvizinhas. "Olinda era uma pequena Lisboa, dizia Brandônio*. A riqueza e a exuberância da região atraíam colonos de diversos pontos do litoral nordestino".[4] Até mesmo alguns governadores, que deveriam se instalar em Salvador, passavam mais tempo em Olinda do que no centro administrativo da colônia, como D. Diogo de Meneses e Diogo Botelho.[5] A prosperidade rondava Olinda nestes tempos.

No entanto, sua prosperidade transformou-se, no século XIX, em apenas uma lembrança dos tempos coloniais. Talvez, o que mais tenha permanecido como suporte simbólico da sociedade no decorrer dos séculos foi a presença marcante da Igreja, tanto em seus fundamentos ideológicos quanto arquitetônicos. Mas vale lembrar que ambos não permaneceram ilesos às agruras do tempo. Sua trajetória, desde os primeiros tempos de colônia até o fim da escravidão, foi marcada por ambigüidades e acomodações ao regime vigente. Evangelização e escravidão andaram juntas no decorrer do processo de expansão do cristianismo no Brasil.[6] Na América como um todo, observamos que "os intelectuais da Igreja sempre cuidaram de justificar a escravidão negra, ora alegando, à moda de Aristóteles, a potencialidade de certos indivíduos para servir, ora vinculados a triste existência da escravidão à natureza decaída da humanidade após o pecado original".[7]

Já nas primeiras décadas da colonização, encontramos jesuítas, franciscanos, carmelitas e beneditinos construindo suas igrejas e conventos espalhados pelo espaço urbano de Olinda. Tal presença marcou não apenas a paisagem urbana da cidade, mas, principalmente, da vida religiosa e da própria escravidão. Quando, na segunda metade do século XIX a posse de escravos em

---

[3] RAMINELLI, op. cit. p. 165.

* Essa expressão refere-se a um dos diálogos entre Brandônio e Alviano, no qual o primeiro afirmara que: "[...] Dentro da vila de Olinda habitam inumeráveis mercadores com suas lojas abertas, colmadas de mercadorias de muito prêço, de tôda a sorte, em tanta quantidade que semelha uma Lisboa pequena.

[4] RAMINELLI, op. cit. p. 167.

[5] Idem.

[6] Cf. HOORNAERT, Eduardo. A Igreja Católica no Brasil Colonial. In: BETHELL, Leslie (org.). *América Latina Colonial*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1998. V. I.

[7] VAINFAS, Ronaldo. Escravidão, Ideologias e Sociedade. In: CARDOSO, Ciro F. (org.). *Escravidão e Abolição no Brasil*. pp. 49-50.

Pernambuco parecia privilégio de poucos, as ordens religiosas mantinham em seu poder somas contraditórias ao próprio discurso emancipatório desencadeado pela Igreja após a Lei de 1831, que abolia o tráfico de escravos para o Brasil - lei esta que ficou só no papel. Mas, não só o clero regular trazia em seu cerne a célebre ambigüidade da evangelização e cativeiro. Isso porque, o clero secular, espalhado pelas paróquias e no próprio Seminário de Olinda, não abria mão da posse de escravos, mesmo de um ou dois para servi-los em suas necessidades diárias.

O poder da Igreja também se infiltrava, de certa forma, por entre a organização espacial das diversas regiões do país, através das freguesias e bispados. E Olinda não escapou a esta regra. O seu núcleo urbano - no fim do século XIX - estava dividido da seguinte forma: a freguesia da Sé - com sua igreja matriz, denominada *São Salvador do Mundo* - e a de São Pedro Mártir, anexada a primeira no final do século.[8] Mais ao norte, passando por diversas praias (como Janga, Pau Amarelo, Maria Farinha), e interior (com matas, rios e engenhos) estava outra freguesia, a de Nossa Senhora de Maranguape, atual município de Paulista.[9] Assim, percebemos que a Olinda do século XIX era muito maior que o município atual, ocupando um vasto litoral e áreas de difícil acesso para as autoridades locais, ideal como esconderijo para escravos fujões.

No entanto, é interessante observarmos como um perímetro urbano relativamente pequeno e com limites naturais aparentemente intransponíveis - colinas, montes, matas, mangues - pode acomodar uma diversidade arquitetônica religiosa tão intensa na paisagem da cidade. São mais de vinte edificações religiosas, entre igrejas, capelas e conventos,[10] além de outras construções espalhadas por seus arrabaldes.

Mas, no decorrer do século XIX, a Igreja via seus símbolos de poder ruírem diante das pressões de um tempo marcado por grandes transformações que abalaram todas as estruturas da sociedade. No entanto, se instituições como a escravidão e a monarquia não resistiram aos ataques fulminantes dos "novos tempos", a Igreja seguiu adiante - mas, sem dúvida, fortemente abalada. O início do século XX foram tempos de reforma e reestruturação de suas bases, agora sem a intervenção e a proteção do Estado.

Já a inversão hegemônica entre Olinda e Recife se acentuou no início do século XVIII, consolidando-se em 1827, quando a primeira perdeu seu posto de capital da Província de Pernambuco. Neste percurso, configura-se, no decorrer do século XIX, principalmente, a inversão simbólica da cidade de

---

[8] Série: Assuntos Eclesiásticos (AE - 17, p. 240, 1876).

[9] NOGUEIRA, Severino Leite. *O Seminário de Olinda e seu fundador o Bispo Azeredo Coutinho*. Recife: FUNDARPE, 1985. p. 73.

[10] GALVÃO, op. cit., pp. 455 - 464, vol. 1.

Olinda. Na cidade "decadente" do século XIX – inabalavelmente "Duartina" – só restavam lembranças. Lembranças de um passado "glorioso", posto abaixo com a expulsão dos holandeses e, principalmente, após a Guerra dos Mascates. Contudo, as ligações entre as duas cidades iam além das "rivalidades", tão cantadas em "verso" e "prosa" até os dias de hoje.

Fig. 1. Carta Chorographica do Estado de Pernambuco, detalhe.

Em oposição aos simbolismos, que foram construídos sobre Olinda nos primeiros tempos de colonização, no século XIX, a cidade é reconstruída sobre outros signos, regados de "saudosismo" e "melancolia", "tranqüilidade" e

"abandono", como nos relatos de inúmeros viajantes do começo deste século.[11] Sua economia não era mais a mesma dos "tempos coloniais", período de seu "apogeu", e que durante muito tempo (talvez até hoje) carregara o fardo de não mais trazer os ares de antiga capital e centro dinâmico da Província. Muitas autoridades – e muitos autores – contribuíram para a construção de uma história da cidade carregada de "melancolismo" e de "desolação", com ênfase em sua "decadência" em oposição à ascensão de sua maior "rival": o Recife.[12] Mas, na segunda metade do século XIX, mudanças trouxeram alguma movimentação para a antiga cidade duartina, como anunciavam os jornais e relatos bem humorados de Mário Sette:

> Viva o progresso! O assentamento dos trilhos da via férrea de Olinda faz-se com rapidez. A locomotiva já caminha até a pontezinha de João de Barros, além da capela. No fim desta semana chegará à encruzilhada de Belém e até o fim do mês alcançará os Arrombados. Antes de findar junho fará ouvir seu apito civilizador nas fraldas da pitoresca Olinda.[13]

A cidade – que nascera encravada nos montes e colinas próximas ao litoral – ganhara novos ares a partir da década de 1840, percebendo-se os primeiros sinais de mudança, com a abertura de novas estradas que a ligavam a Recife (1844) e com a instalação dos bondes de burro (1841),[14] contribuindo para uma maior aproximação entre estas duas cidades. Pessoas se movimentavam constantemente pelos caminhos irregulares e mal conservados

---

[11] Muitos autores destacaram não apenas a sua tranqüilidade, como também seu aspecto solitário, decadente, despovoado, etc., ao mesmo tempo em que realçaram suas belezas naturais e a presença marcante da arquitetura religiosa. Cf.: GARDNER, George. Viagens no Brasil e HENDERSON, James. History of Brasil: compring its geography, commerce, colonization, aboriginal Inhabitants. In: MAIOR, Mario Souto; SILVA, Leonardo Dantas (org.). *A Paisagem Pernambucana*. Recife: FUNDAJ – Ed. Massangana. Gov. do Estado de Pernambuco/Sec. de Educação, Cultura e Esportes, 1993; GRAHAM, Maria. *Diário de uma Viagem ao Brasil (e uma estada nesse país durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823)*. Londres, 1824; reedição: São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1956; TOLLENARE, L.F. *Notas Dominicais Tomadas durante uma Viagem em Portugal e no Brasil, 1816, 1817 e 1818*. Salvador: Pregresso, 1956; KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Recife: Editora Massangana, 2002.

[12] Sobre o cotidiano da cidade, ver a série: *Câmaras Municipais* – Olinda (APEJE) e *Ofícios e Documentos da Câmara de Olinda* (Arquivo Municipal de Olinda); ver também: BONALD NETO, Olimpio. *Palco e palanque*: contribuição a crônica pitoresca de Olinda. Prefeitura de Olinda; Depto. de Comunicação da Secretaria, 1988.

[13] SETTE, Mário. *Arruar*: história pitoresca do recife antigo. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978. p. 115.

[14] SILVA, Luiz Geraldo. *A Faina, a Festa e o Rito*: uma etnografia histórica sobre as gentes do mar (séculos XVII ao XIX). Campinas: Papirus, 2001, p. 152.

da "antiga capital", seguindo pelos rios, pelos mangues e pelas matas, fosse a pé, a cavalo, de mula ou de canoa, quando não era possível ingressar nas novidades dos transportes. A cidade, que dispersava gente, também possuía suas estratégias para atrair pessoas das várias localidades circunvizinhas, pelo menos em tempo de festa e veraneio.

Estes caminhos, que ligavam Olinda a seus arrabaldes e à capital, traziam alguns inconvenientes aos seus habitantes, pois estes dependiam principalmente do transporte das canoas – pelo menos até o final do século XIX – que levavam água, pessoas e produtos em geral. No entanto, a partir de 1870, inaugurou-se um novo transporte urbano que veio a dinamizar o cotidiano da cidade: os pequenos trens da *Companhia Trilhos Urbanos*, popularmente chamados *Maxambombas*. De uma estação do Recife (na rua da Aurora, esquina com a rua Princesa Isabel), partia as locomotivas, passando pelas estações:

> [...] do Príncipe (esquina da rua do Príncipe com a rua Gervásio Pires), de João de Barros, do Espinheiro, da Encruzilhada. Da Encruzilhada partia um ramal para Beberibe, fazendo estações em Ponto de Parada, Estrada Nova, Água Fria, Fundão, Porto da Madeira e findando em Beberibe, donde regressava. Seguindo da Encruzilhada para Olinda, passava pelo Hipódromo, Campo Grande, Salgadinho, Duarte Coelho, Santa Tereza, Varadouro, Milagres e Carmo, onde havia a estação terminal, na praça do mesmo nome.[15]

Os "ônibus"[16] e as canoas deixaram de ser os principais transportes da região, dando lugar ao "apito civilizador" da Maxambomba. Percebemos, a partir daí, que a cidade se renovara, atraindo mais e mais pessoas, na época de veraneio ou em tempo de festa. Mais tarde, muitas pessoas passaram a se mudar para o lugar, em meio a crescente especulação imobiliária. Tais transformações

---

15 PARAHYM, Orlando. *Traços do Recife*: ontem e hoje. Governo do Estado de Pernambuco/Secretaria de Educação e Cultura. Recife: 1978. pp. 115-116.

16 Segundo Mário Sette, "a primeira condução coletiva puxada a muar, no Recife, foi a diligência, que se chamou também ônibus. Puxado por quatro cavalos e tendo, às vezes, dois andares. O de cima apreciado nas noites de luar ou tardes de verão [...]. Em 1847 publicava-se uma lei contratando o serviço de ônibus entre Recife e Olinda logo que estivesse concluída a ponte da Tacaruna; e de fato estabeleceu-se esse transporte, que somente cessou em 1871, quando para aquela cidade se inaugurou o tráfego dos trens da Cia. Trilhos Urbanos. Já na época dos bondes de burros que chegavam até o Asilo, em Santo Amaro, tentou a própria empresa uma ligação, por meio de diligências, entre aquele ponto terminal e o Varadouro. Publicaram-se horários em correspondência com os dos bondes, mas não se ofereceram vantagens reais e depressa as diligências deixaram de correr".

resultaram não apenas da implantação da *via férrea*, mas da conjunção entre esta e os dois maiores atrativos da cidade na época: as festas religiosas e os banhos de mar.

Fig. 2. Bonde de Burro, Recife, século XIX. Coleção Allen Morrison

Mário Sette destacou, em suas obras, este momento da história de Olinda, uma "revolução social" apresentada com muito bom humor. O calor do verão e as festas atraíam a atenção de muita "iaiá" de outras localidades, que buscavam convencer os pais a passar um tempo naquela cidade:

> - [...] O Antunes me disse hoje que se eu quisesse ir passar a festa no Monteiro me cedia uma casinha que alugara. Não pode ir porque tenciona embarcar para Lisboa em novembro. Até razoável o preço: 500$000 pela temporada.
> - Ora, no Monteiro! Esse arrabalde já passou da moda. Tão triste! Eu preferia Olinda. Tem mais graça... Tia Sunça vai para lá com as meninas.[17]

[17] SETTE, Mario. *Maxambombas e Maracatus.* Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981.

Os "banhos salgados" de Olinda atraíam um grande número de pessoas para suas praias, que se estendiam por um vasto litoral. As mais procuradas ficam nas proximidades do centro urbano, em meio ao cotidiano dos pescadores e jangadeiros da região. A missa, as festas e os banhos salgados ganharam um grande impulso com os trilhos urbanos. E nos jornais anúncios evidenciavam esses novos tempos. Dinamizavam-se os diversos negócios, direta ou indiretamente envolvidos, como os imobiliários e o vestuário:

> Na cidade de Olinda, praia de S. Francisco, tem uma casa de pedra e cal preparada para alugar-se ou vender-se, perto do banho e da missa [...], perto da estrada de estação da maxambomba. Quem pretender a ela em quanto tempo é tempo [...].
>
> Aluga-se uma excelente casa na rua do Carmo em Olinda, acabada de nova ou pelo tempo de festa para os banhos salgados ou por ano [...].
>
> Atenção – Retalha-se [...] alguns lotes de terrenos, que restam, no sítio Aguasinha, em Beberibe, por preços razoáveis. A posição topográfica do terreno muito o recomenda, sobretudo por ficar próximo da estação projetada da via férrea [...].
>
> Para os Banhos de Olinda – Lindos costumes de lã enfeitados próprios para banhos, chegados pelos últimos vapores, vendem-se na loja do Barateiro a rua da Imperatriz, n. 32, pelo baratíssimo preço de 15$000!!!.[18]

Os tais banhos salgados ganharam fama, também, por suas qualidades "medicinais", receitados por médicos de famílias e requisitados por muitas "iaiás", que desejavam aproveitar o verão nas belas praias de Olinda. Os versinhos populares davam notícia da novidade:

> Hoje os tais banhos salgados
> Estão na ordem do dia
> Servem para hipocondria,
> Pra dores do coração,
> Pra qualquer forte emoção,
> Para dores de barriga

[18] Diario de Pernambuco, 08 de outubro de 1870, 02 de janeiro de 1871 e 01 de outubro de 1870, respectivamente.

> Feitiço, olhado, estupor,
> E também é de supor
> Para as chamadas caseiras:
> Sarnas, mazelas, gafeiras...[19]

É época também de Teatro, e Olinda já possuía o seu. "Grandes e variados espetáculos" eram anunciados no principal jornal da capital, com acrobatas, cenas cômicas e jovens artistas. Em 1870, o Diario de Pernambuco anunciava mais um espetáculo que alegrava a população da cidade, com a participação do artista Flaviano, que cantaria a "bem conhecida ária: Meu Yoyo Você me Mata".[20]

Este momento trouxera uma maior movimentação para a cidade, favorecendo, inclusive, o "ir" e "vir" daqueles que queriam circular clandestinamente pelas ruas, ladeiras e demais esconderijos da região. Ou mesmo, se utilizar de outros artifícios, misturando-se a população mestiça livre e escravos de outras localidades, que acompanhavam seus senhores. Como se vê, a cidade crescia também em habitantes, temporários ou não. E, com isso, a Companhia de Trilhos Urbanos parecia demonstrar grande ânimo com a instalação do novo transporte, investindo na modernização do sistema. Um grande negócio estava em vista, e a empresa não tardara em dar atenção ao crescente público da região.[21]

Em 1871, a Câmara de Olinda anunciava ao governo provincial este importante momento pelo qual a cidade passava, aproveitando para lembrar os problemas que a mesma ainda apresentava, e a necessidade de melhoramentos:

> [...] É atualmente notável o impulso que tem dado a esta antiga Capital os trilhos urbanos do Recife a Olinda, já com relação a sua animação, até bem pouco tempo sem vida, em quase completo silêncio, já quanto aos seus prédios, que hoje são alugados por alto preço, e em outras condições de aceio; parecendo que uma bem auspiciosa época vai-se abrindo para esta antiga e gloriosa Capital de Pernambuco. Nos domingos e dias santificados, causa admiração como é esta cidade visitada por um concurso imenso de pessoas, que vem admirar-se das belezas naturais, e raríssimas, que a circunda, assim como

[19] SETTE, Mario. *Arruar:* história pitoresca do recife antigo. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978. p. 117.
[20] Diario de Pernambuco, 08 de outubro de 1870.
[21] Diario de Pernambuco, 19 de outubro de 1870.

> observar os despojos de seus antigos e históricos monumentos.

Com a intensa movimentação que vivia a cidade, principalmente com as maxambombas, a Câmara aproveitava para fazer não apenas propagandas dos novos tempos, mas também para lembrar ao governo provincial dos antigos problemas da cidade, tais como: aterros para o melhoramento da linha férrea, canal para o esgoto das águas do rio Beberibe, etc. Eram tempos, também, de barganhar verbas e outras providências das autoridades da Província. Tais obras, afirmava a Câmara:

> [...] além de trazer a grande vantagem pelo lado higiênico, acabando com os miasmas que se desenvolvem nas estações calmosas, pelo lamaçal que fica naquele lugar nas ocasiões das vazantes da maré, e torna por isso assaz insalubre esta localidade, virá a formar uma vasta praça que por certo tornará ainda mais bela a entrada desta cidade, hoje toda cheia do prenúncio de grandes prosperidades.[22]

Mas, tal "prenúncio", que a modernidade trazia, não alcançava a grande parcela da população, restando a muitas pessoas - que não possuíam os "requintes" e recursos para freqüentar determinados melhoramentos e ambientes sociais - recorrer às antigas práticas de um cotidiano em constante transformação, ainda mais acelerado com a chegada do "progresso". As canoas, evidentemente, não saíram totalmente de cena, além do que, a grande parcela da população livre e escrava continuava a recorrer às velhas e sempre presentes caminhadas a longas distâncias, em busca da subsistência.

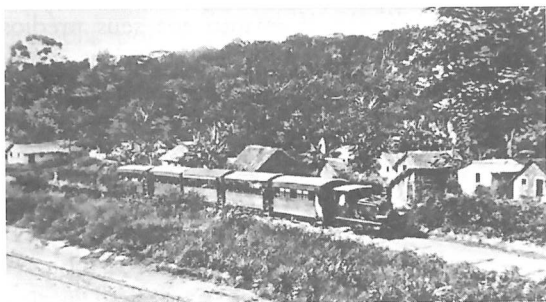



Fig. 3. Trilhos Urbanos do Recife a Olinda e Beberibe, século XIX. Coleção Allen Morrison.

[22] Câmara de Olinda (CM) - 60, Fl. 266, 09 de fevereiro de 1871.

Um exemplo das dificuldades do dia-a-dia enfrentadas por essa parcela da população, refere-se ao grande problema da época: a falta de água potável. A história da ligação entre o abastecimento de água do Recife a partir de Olinda foi inúmeras vezes relatada pelos viajantes que passaram pela região, a exemplo do diplomata inglês James Henderson, que esteve no Brasil entre 1819 e 1821, descrevendo o sistema da seguinte forma:

> [...] Os habitantes [do Recife] bebem água principalmente do rio Beberibe, coletada de um açude em Olinda, formada por uma espécie de barragem chamada Varadouro, que impede o avanço da maré e acumula água fresca. Este quebra-mar, que também serve como uma ponte para Olinda, é em parte coberta por uma bela arcada, sob a qual a água passa através de tubos circulares e nas outras partes por grandes e quadrados canais, apresentando ao todo vinte e quatro bicas, por onde a água sai em jato, formando agradáveis cascatas. Daqui é transportada por canoas cobertas para o abastecimento do Recife.[23]

Sua descrição minuciosa nos mostra como o mecanismo de abastecimento da cidade se encontrava bem estruturado já nas primeiras décadas do século XIX. Contudo, devemos destacar que esta estrutura nem sempre foi suficiente e satisfatória para a cidade de Olinda, devido à ação do tempo e de sua má conservação. A questão da água potável e sua importância no cotidiano da população local foi amplamente documentada pela Câmara de Olinda, assim como, as grandes dificuldades pelas quais passavam seus habitantes.

A importância do rio Beberibe para a cidade – como principal fonte de água potável para a sua população e regiões circunvizinhas – aparece de forma até exaustiva na documentação da Câmara, enviada as autoridades provinciais. Como alguns exemplos: o "arrombamento" de encanamentos, misturando-se a água salgada a do rio; o calor do verão, causando secas; as obras ineficazes; a poluição. "Um dos grandes males com que luta esta cidade", afirmava a Câmara, "é, sem contradição, a falta d'água potável".[24] Esta foi, sem dúvida, uma questão que persistiu durante toda a segunda metade do século XIX,

---

[23] HENDERSON, James. History of Brasil: compring its geography, commerce, colonization, aboriginal Inhabitants. In: MAIOR, Mario Souto; SILVA, Leonardo Dantas (org.). *A Paisagem Pernambucana*. Recife: FUNDAJ – Ed. Massangana. Gov. do Estado de Pernambuco/Sec. de Educação, Cultura e Esportes, 1993, p. 109.

[24] Câmara de Olinda (C.M. - Vol. 52, Fl. 143). Arquivo Público Estadual de Pernambuco (APEJE).

evidenciado pelos inúmeros ofícios encaminhados pela Câmara de Olinda ao Presidente da Província.

Para resolver o tão emblemático problema da água, o governo provincial mandou construir um encanamento entre o rio Beberibe e a cidade de Olinda. Mas tais melhoramentos estavam longe de resolver esta questão. Em 1868, um ofício relatava que tal obra mandada fazer pelo governo da Província não tinha correspondido a sua expectativa. As águas não chegavam às torneiras, e a população via-se "forçada a tirar água dentro da vala, onde pela falta de polícia fluvial", se banhava e lançava "imundices". No inverno, a situação tornava-se ainda pior, período em que comumente desmoronava-se a dita vala, "avistado seu estado".[25]

E, ao que parece, muitas vezes a questão da água virou caso de polícia. Além das repreensões aos "banhos" e "imundices" lançadas no rio, a população, a partir de 1871, ficaria submetida aos rigores da lei, caso contrariassem os interesses públicos em proteger e manter a qualidade do Beberibe. *Posturas Municipais* foram criadas, mas dificilmente obedecidas em sua totalidade:

> Art. 2°. Fica proibido:
> Par. 1°. Lançar-se como despejo qualquer objeto que corrompa as águas do rio Beberibe em todo o seu curso; os infratores serão punidos com a multa de 10$000 reis, ou oito dias de prisão, e o dobro nas reincidências.
> Par. 2°. A lavagem de roupa no mesmo rio das seis horas da tarde as sete horas da manhã; os infratores serão punidos com a multas de 6$000 reis, ou três dias de prisão, sendo o dobro nas reincidências.
> Art. 3°. Fica proibido em todo o curso do rio Beberibe, derrubar-se e inutilizar-se por qualquer modo, as árvores que, em suas margens, lhe sombreiam as águas; os infratores serão punidos com a multa de 20$000 reis, ou oito dias de prisão, e o dobro nas reincidências.[26]

Era difícil mudar os costumes e as práticas cotidianas da população local, que se utilizava de diferentes formas do meio em que vivia, como do corte de árvores para a produção de carvão, do aterramento das áreas próximas ao rio – com objetivos diversos – e até da lavagem de roupas – feito tanto por mulheres livres, quanto por escravas – que tanto caracterizara a fisionomia do

---

[25] CM – 56 (1868), Fl. 168.
[26] CM - 60, Fl. 292, 16 de novembro de 1871.

Beberibe no decorrer dos séculos. Muitas dessas práticas contribuíram para o uso desmedido das águas, principalmente com o aumento da população ribeirinha no decorrer do século XIX.

Cada vez mais a sujeira dificultava o acesso à água de boa qualidade, prejudicando o seu consumo. Também a lavagem de roupa – que marcou por séculos a rotina no rio – tinha suas responsabilidades, como afirma Marcus J. M. de Carvalho, pois esta "tinha o mesmo efeito" em relação à poluição. Além do que, "era na povoação do Beberibe, onde se lavava a maior parte das roupas da cidade. Muitas dessas lavadeiras eram inclusive escravas. Estavam onipresentes nos anúncios dos jornais na primeira metade do século passado, quando tanto poderiam trabalhar para uma só casa, como viver do ganho".[27]

As Posturas Municipais – citadas anteriormente – visavam regularizar as práticas cotidianas dos usos das águas do Beberibe, em sintonia com o projeto de instalação da *Companhia Santa Tereza*, empresa que viria a ser responsável pelo abastecimento da cidade. É um momento de evidente choque de visões e de interesses, entre a modernização do sistema e as práticas cotidianas de uma população que construíra suas próprias estratégias contra o problema da água.

Percebemos, assim, que o "costume vigorava num contexto de normas e tolerância sociológicas. Vigorava igualmente na rotina cotidiana de ganhar o sustento. Era possível reconhecer os direitos costumeiros dos pobres e, ao mesmo tempo, criar obstáculos a seu exercício".[28] Contudo, cada vez mais as autoridades locais buscavam suprimir ao máximo qualquer idéia de direito "costumeiro" que contrariasse os interesses do "progresso", fosse o corte de árvores ou mesmo a navegação pelo rio.

E quando o Beberibe era "impedido" de levar água à cidade, a população se abastecia de outras fontes na própria localidade, enfrentando as dificuldades do dia-a-dia. Mesmo com a construção do encanamento do rio Beberibe e a instalação da *Companhia Santa Tereza*, os problemas persistiram. Bicas, cacimbas e chafarizes públicos eram as verdadeiras fontes de suprimento de água para os moradores da cidade. Já a população de seus arrabaldes, dependia dos rios mais próximos ou mesmo de valas que eram abertas para a retirada de água do Beberibe, ligando-o a outros povoados.

Era um cotidiano marcado não apenas pela presença de pessoas livres pobres, mas também de escravos, que lavavam roupa, carregavam água a longas distâncias e, é claro, se divertiam entre banhos e brincadeiras. A concepção de *direito comum* ao uso das águas dos rios, também fazia parte do cotidiano dos

---

[27] CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade*: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2001. p. 27.

[28] THOMPSON, E. P. *Costumes em comum estudos sobre a cultura popular tradicional* . São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 89.

escravos tanto da cidade, quanto dos subúrbios, possivelmente dividido entre os conflitos e restrições do regime escravista e dos embates com os usuários livres.[29] Os escravos também procuraram se aproveitar dos limites e das brechas da ordem senhorial, procurando, como os livres, exercer o *direito* sobre os usos dos recursos disponíveis para a sobrevivência e para o exercício do trabalho.

As fontes também eram utilizadas como ponto de reunião de escravos e outras pessoas que conviviam com o problema da falta de água. Era o local ideal para as interações do cotidiano, colocando-se a conversa em dia, ou mesmo, "conspirando" contra um senhor. Mesmo com a existência destas fontes, a precariedade do abastecimento era latente. A Câmara Municipal insistia no problema, pressionando o governo a tomar providências, mas os resultados de sua empreitada foram, no geral, insatisfatórios. No verão, as poucas cacimbas e outras fontes secavam, "e por essa razão só com grande custo e dificuldade [...]" obtinha-se "água de má qualidade e por alto preço". Devido a tal custo, a Câmara novamente insistia, recorrendo ao Presidente da Província:

> [...] E como a Assembléia Provincial sem dúvida reconhecendo tão grande inconveniente consigna-se a quantia de dez contos de reis para abastecimento d'água para mesma cidade, esta Câmara vem rogar a V. E. se digne e tomar em consideração o expendioso afim de que desapareça tão terrível flagelo.[30]

Ao que parece, os melhoramentos trazidos com a modernização do abastecimento de água na cidade pouco agradara a população local, ao mesmo tempo em que as práticas e usos costumeiros não davam sinais de grandes mudanças. Além do que, a situação da população mais carente, que não podia se dar ao luxo de comprar água de melhor qualidade nos tempos mais difíceis – principalmente no verão –, tinha que contar com aquelas fontes mais próximas e que estavam presentes, muitas vezes, desde os tempos coloniais.[31]

Quando, em inúmeras vezes, o encanamento do rio Beberibe para a cidade apresentava algum problema – como o "arrombamento" que ocorreu em 1862, misturando-se a água do rio com a salgada –, a população ficava à

[29] Segundo Thompson, o *Direito Comum* "[...] é um vocabulário sutil e às vezes complexo de usos, reivindicações de propriedade, hierarquia e acesso preferencial a recursos, adaptação às necessidades, que, sendo *Lex Loci*, deve ser investigado em cada localidade e não pode ser jamais tomado como 'típico'". THOMPSON, op. cit. p. 124.
[30] CM – 52, Fl. 151, 8 de julho de 1865.
[31] CAVALCANTI, Vanildo Bezerra. *Olinda do Salvador do mundo*: (biografia da cidade). [S.l]: Asa Pernambuco, 1986. pp. 127-133.

mercê das possíveis obras de reparo da *Repartição de Obras Públicas* – tão requisitados pela Câmara. Recorriam, então, a uma "pequena fonte d'água potável denominada Bica do Rosário".[32] Talvez não seja à toa que existisse um povoado nesta época denominado "Arrombados", mais tarde chamado Duarte Coelho.

A Bica do Rosário existia desde o século XVI – assim como outras fontes e cacimbas abertas por seus governantes –, conservando-se no decorrer do tempo. Sua importância no cotidiano da cidade era tanta que, quando danificada, trazia grandes inconvenientes à população. Tanto que o Imperador D. Pedro II, em sua visita em 1859 à cidade, deixou um conto de reis destinado aos reparos da mesma fonte, dinheiro este que custou a ser aplicado em seu objetivo principal.[33]

Os embates do cotidiano continuaram, mesmo com a instalação de uma empresa responsável pela regularização do abastecimento. Não que a população resistisse às mudanças dos novos tempos – isso também pode ter acontecido –, mas, principalmente, à "violência" com que estas inovações eram implantadas, além de seus próprios limites de alcance e eficiência. Com a implantação do novo sistema de abastecimento pela *Santa Tereza*, os choques de interesses ficaram evidentes. De um lado, a empresa, que visava à modernização do sistema, e do outro, os usos costumeiros dos recursos disponíveis dos rios, das valas, das cacimbas e das bicas pelos habitantes da região, tanto os livres, quanto os cativos.

Mas, bem antes da instalação da empresa, a Câmara de Olinda havia há muito requisitado, junto ao Governo Provincial, a construção de um sistema regular de abastecimento. O Recife não mais dependia das águas transportadas por canoas que saiam de Olinda guiadas por negros. Seu abastecimento fazia-se pela *Companhia do Beberibe*, instalada nesta cidade em 20 de dezembro de 1838.[34] Pela proximidade de suas instalações, a Câmara apresentara inúmeras vezes – como em 1863 – as vantagens e possibilidades de se estender o sistema até o Varadouro.[35]

As dificuldades eram muitas, mas, apesar do constante apelo em nome do "flagelo" onde se encontrava os habitantes da cidade, esta esperaria até 1870 para ter seu sistema de abastecimento regularizado – mas não resolvido. Ainda em 1867, a Câmara insistia na expansão dos encanamentos provenientes das construções da *Companhia de Beberibe*, mas sem grandes avanços.

---

[32] CM – 48, Fl.54, 18 de setembro de 1862.
[33] CM – 44, Fl 178, 17 de agosto de 1860.
[34] SETTE, Mário. *Arruar*: história pitoresca do recife antigo. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978. p. 214.
[35] CM – 49, Fl. 89, 26 de março de 1863.

No *Varadouro*, onde existia um dique natural que separava a água salobra da doce, local artificialmente modificado no decorrer dos anos para melhorar o abastecimento, era a principal porta de entrada da cidade, para quem vinha do Recife.[36] Tais melhoramentos, como o encanamento junto ao *Varadouro*, construído pelo Governo Provincial, não corresponderam às expectativas, continuando a cidade "a sofrer falta d'água, em conseqüência dos muitos arrombamentos que quase todos os dias se [...]" davam nos aterros do mesmo encanamento.

A Câmara insistia na expansão do encanamento por parte da *Companhia do Beberibe*, alegando que "muito dinheiro se pouparia [...], visto como, achando-se o encanamento [...] da Companhia em Santo Amaro e no forte do Brum ou Buraco, pouco custaria o seu prolongamento até [...]" a cidade. "Ter-se-ia", segundo a Câmara, "uma obra duradoura e não estaríamos ainda hoje a sofrer por falta d'água".[37] A idéia, desde sua elaboração, era estender o encanamento que se construíra na Fortaleza do Brum - fortificação esta localizada em uma das entradas do Recife - até chegar por trás do Mosteiro de São Bento - no bairro dos Milagres - e dividindo "em dois braços seguindo um para o Varadouro e o outro para o largo do Carmo".[38] Mas tais considerações não foram colocadas em prática como se desejava, realizando-se tais melhoramentos apenas a partir de 1870.

Em 15 de outubro deste mesmo ano, a *Companhia Santa Tereza* instalou-se em Olinda, com o objetivo de abastecer a cidade - e seus arrabaldes - com água potável, com o intuito de regularizar e acabar com os problemas há muito vividos pela população.[39] A empresa ficaria responsável, também, pela iluminação pública, a partir da construção de uma empresa de gás em terreno aforado pela Câmara.[40] Mas, ao que parece, a questão da água continuou problemática, e a iluminação ineficiente. A situação foi retratada nos versinhos populares da época, que não perdoavam ninguém:

> Olinda é a linda cidade
> Que a todo mundo seduz
> Mas de dia lhe falta água
> E de noite lhe falta luz.[41]

---

[36] CARVALHO, op. cit. p. 27.
[37] CM - 55, Fl. 131.
[38] CM - 52, Fl. 143.
[39] TOLEDO, Veríssimo. *Almanaque Administrativo, Mercantil, Industrial e Agrícola da Província de Pernambuco*. Recife: Empresa D'a Província, Typographia do Correio Pernambucano, 1870 (APEJE). 1871, p. 161.
[40] CM - 59, Fl. 268.
[41] CAVALCANTI, Vanildo Bezerra. *Olinda do Salvador do mundo*: (biografia da cidade). [S.l]: Asa Pernambuco, 1986. p. 132.

No Diario de Pernambuco, um anúncio anônimo chamava a atenção do "arrematante da iluminação pública" da cidade de Olinda, pelo desleixo com que o serviço era realizado por seus empregados, principalmente na parte alta da cidade. Queixava-se, o anunciante, da má iluminação da rua Nova, na qual "poucas noites têm os lampiões acesos". Continuando sua denúncia, afirmava que, quando estes se encontravam acesos, era sempre por uma ou duas horas, ficando a rua às escuras no resto da noite. Finalizara a sua crítica de forma bastante persuasiva: "esperamos o devido remédio".[42]

Segundo Mário Sette, a cidade, que teve iluminação a gás carbônico com a instalação da empresa, retornara mais tarde a ser iluminada por lampiões de rua alimentada por querosene. "Uma volta ao passado", afirma o autor. O problema da iluminação só veio a ser amenizado com a inauguração da iluminação elétrica, em 14 de julho de 1913.[43]

Já sobre a água, a população continuou utilizando-se das tradicionais fontes públicas para o seu abastecimento, havendo, inclusive, denúncias de que a *Companhia Santa Tereza* teria mandado quebrar as antigas bicas da cidade, numa tentativa de acabar com tal prática.[44] A companhia, segundo o deputado Pinto Pessoa (1877), teria mandado fechar a *Bica do Rosário*, destruiu a *Bica dos Quatro Cantos*, "entulhou" a cacimba denominada *Poço do Conselho* – "cuja fonte servia ao pobre para lavar os seus andrajos" – e outra na praça do Carmo. Até mesmo a cacimba dos *Milagres* foi fechada, construindo-se um muro em sua volta, "para que o povo não se locupletasse do benefício da Providência!".[45]

Houve certa resistência, dos habitantes do local, em deixar de utilizar as águas das bicas, cacimbas e valas espalhadas pela cidade, mesmo quando a empresa insistia em impor a modernidade à população, restringindo o acesso às fontes tradicionais. E, além do que, a empresa não conseguia convencer a população de sua eficiência, por motivos mais do que justos. Com isso, a Câmara percebia a importância de se preservar as fontes tradicionais para que a população não sofresse mais ainda com o problema – pelo menos até o total funcionamento do novo sistema –, assim como das valas e cacimbas que foram construídas nos tempos mais difíceis:

> Com quanto já esteja contratado o encanamento d'água potável para esta cidade, julga esta Câmara conveniente a

[42] Diario de Pernambuco, 21 de outubro de 1870.
[43] SETTE, op. cit. p. 287
[44] Idem, p. 132.
[45] A cacimba dos Milagres, que deu origem ao nome do bairro, tem sua denominação associado a uma lenda, pelo "fato de um boi ter encontrado, num período de rigorosa seca, justamente dentro de um mangal que então ali existia, uma fonte onde todo dia ia calmamente dessendentar-se".

> conservação da vala, no lugar do Varadouro, uma vez que fique em estado de perfeita limpeza e abundância, até a conclusão daquela obra; visto como é dali que os moradores desta mesma cidade se fornece, d'água na época atual do verão, em que por certo é ela mais difícil de ser encontrada.[46]

Posteriormente, algumas dessas bicas foram recuperadas pelo município, a exemplo da Bica do Rosário, reconstruída em 25 de fevereiro de 1916. Cacimbas também foram reativadas, e funcionaram até pelo menos a primeira metade do século XX.[47] Isso demonstra como estas fontes permaneceram presentes no cotidiano e nas práticas da população local, mesmo quando o sistema de abastecimento já se encontrava ativado, não necessariamente em bom funcionamento. Hoje, algumas destas bicas ainda fazem parte da paisagem da cidade, não possuindo, contudo, a mesma importância de tempos passados.

Fig. 4. Bica de São Pedro.

[46] CM – 60, Fl. 268/269, 1871.

[47] CAVALCANTI, op. cit. p. 133.

Fig. 5. Praça do Carmo (1965). Ao fundo, a igreja do Carmo e em frente uma cacimba destinada ao abastecimento de água.

Devemos compreender, com isso, os costumes como território de conflitos e resistências, mesmo quando o caminho traçado pelos *usuários* fosse de reação ao "novo". Muitas vezes, recorriam às tradições para manter direitos e privilégios não mais compatíveis com a modernidade. Recorrendo novamente a Thompson, consideramos que "os usos do direito comum estavam presos por um fio à árvore da tradição, e muitos estavam mais do que maduros, prontos para cair". Mas em algumas áreas os usos do *direito comum* ainda constituíam papel imprescindível na subsistência de elementos da população.[48]

Choques eram inevitáveis, principalmente quando o racionalismo das autoridades – e outras forças maiores – tentava impor as regularidades do sistema, mesmo quando visavam controlar a ira da natureza – arrombamentos de canos, soterramento de valas, invasão da maré no Varadouro – ou mesmo dos próprios excessos daqueles que se apropriavam dos recursos – as barragens, os aterramentos e a lavagem de roupas.

As lavadeiras eram presença garantida na beira dos rios, mesmo quando esta prática passara a ser vista como ameaça a qualidade do Beberibe. Pessoas subiam e desciam as várias ladeiras da cidade, entre ruas mal calçadas e de traçado bastante irregular, para suprir suas próprias necessidades ou a serviço de algum "patrão". Já as casas mais abastadas, possuíam suas próprias fontes ou, quando não, tinham seus recursos para pagar o alto preço da água. Ou mesmo, quando um grande proprietário de terras se apropriava e monopolizava rios e outras fontes naturais a seu domínio. Mas, mesmo assim, este necessitava do braço do trabalhador para subir e descer no dia-a-dia da labuta. Talvez, a expressão "lata d'água na cabeça" não poderia ser melhor aplicada ao cotidiano da cidade nestes tempos.

As águas, que muitas vezes simbolizavam as dificuldades do cotidiano, também traziam riquezas, cercada pela diversidade de vida que se esgueirava pelos rios, mangues, praias e matas, fornecendo à população da cidade e de seus

---

[48]THOMPSON, op. cit., p 144.

arrabaldes recursos aparentemente inesgotáveis, desde peixes e crustáceos até matérias-primas para os inúmeros artesãos da região. O Beberibe – assim como o Capibaribe – não fazem parte apenas da paisagem de Pernambuco, são partes integrantes de sua história. Segundo Gilberto Freyre,

> [...] são os dois rios mais cheios de tradições de Pernambuco. O Capibaribe mais dramático: mais ligado a engenhos grandes, a canaviais, a senzalas, aos horrores da escravidão, ao abolicionismo, a crimes, a cheias, a raptos de moças, a revoluções. O Beberibe mais lírico: ligado menos a engenhos grandes que sítios e baixas de capim; que a troças e banhos de estudantes de Olinda; que a passeios alegres de rapazes do Recife com atrizes, cantoras e cômicas. Um desses rapazes diz a tradição que foi Castro Alves.[49]

Assim, entre rios, igrejas, coqueiros, jangadas, cajueiros e montes, circulavam a população de Olinda, além daqueles que iam e vinham pelos demais caminhos que levavam à cidade. Homens pescando pelos mangues – "negros velhos pegando caranguejo pela lama também preta"[50] –, pelos rios e por um litoral grandioso. Circulavam também escravos, trabalhando em nome de um "patrão" – ou em seu próprio benefício – ou mesmo com objetivos diversos daqueles combinados com o senhor, refugiando-se por esconderijos bem distantes do olhar vigilante das autoridades. A mesma água, que trazia vida, poderia trazer também liberdade.

1.2. Caminhos e descaminhos da escravidão

A cidade de Olinda – e seus subúrbios – se apresentava, na segunda metade do século XIX, ora como ponto de partida, ora como ponto de chegada de escravos, que fugiam, trabalhavam e se divertiam nas festas e em outras eventualidades. Cativos iam ao Recife vender seus produtos, se alugar ou se esconder, ocorrendo também o caminho inverso. A proximidade com a capital da Província contribuiu para que o "ir" e "vir" de pessoas em suas atividades diárias se transformassem em alternativa de sobrevivência para aqueles que não queriam – ou não podiam – romper definitivamente com o meio em que viviam, utilizando-se da migração sazonal para regiões próximas a seu lugar de origem.

---

[49] FREYRE, Gilberto. *Olinda:* 2° Guia Prático, Histórico e Sentimental de Cidade Brasileira. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1944. pp. 27-28.
[50] Idem, p. 24.

Para muitos funcionários do governo e outros trabalhadores livres que conseguiram alguma ocupação na capital, Olinda ia, aos poucos, se transformando em cidade dormitório para aqueles que mudaram de local de trabalho, mas não de moradia. No entanto, as atividades, a disciplina e o tempo não funcionavam da mesma forma para os trabalhadores pobres e para os escravos que não estavam inseridos neste universo oficial, pois possuíam sua própria lógica ao desempenhar suas atividades diárias. Pegar madeira para o artesanato ou para o carvão; entrar no mangue em busca do caranguejo; lavar roupa no rio; são atividades que, apesar das tentativas de regulamentação e vigilância, possuíam regras próprias que muitas vezes contrariavam as autoridades locais e senhoriais. O movimento entre a diversidade do meio, em busca de recursos para a sobrevivência, era um deles.

Este espaço de mobilidade não se limitava aos centros urbanos da época, pois os cativos circulavam com certa autonomia entre as brechas do regime senhorial vigente, com a permissão ou não de seus senhores. A profissão, o grau de confiança que possuíam junto ao senhor, etc., poderiam ser alguns dos elementos que contribuíam para a autonomia que alcançavam dentro do cativeiro. E é a partir de algumas destas trajetórias que pretendemos explorar os "caminhos e fronteiras" que possibilitaram aos escravos mover-se entre as redes de opressão e de vigilância da segunda metade do século XIX.

Seguindo as pistas deixadas por estes cativos, compreendemos que não é possível limitar as suas ações – fossem rupturas ou outras práticas do cotidiano – a um determinado espaço configurado nas divisões oficiais de um município, de uma cidade ou de uma vila. Seus atos não se resumiam aos limites impostos pelas autoridades locais, ou mesmo, como ocorreu muitas vezes, se realizavam contra as determinações do senhor, seguindo por outros caminhos que não estavam nos planos. Visitar parentes, ir ao batuque ou tomar banho de rio poderiam ser alguns dos caminhos que o cativo poderia tomar antes ou depois de realizar a tarefa determinada.

Pessoas livres, escravos e mercadorias transitavam entre os caminhos muitas vezes imprecisos das divisões oficiais. Além do que, tais divisões passaram por muitas mudanças no decorrer dos séculos, principalmente Olinda, que perdeu muito de sua configuração original desde os "tempos duartinos". Freguesias, comarcas, termos, tiveram seus limites constantemente reelaborados, principalmente em tempos de disputas acirradas entre os grupos políticos da Província. Estes interferiam de forma incisiva nestas divisões, fossem liberais ou conservadores, com objetivos de "eleger mais juízes de paz, comandantes da guarda nacional, designar agentes da polícia civil, oficiais dessa e daquela milícia, e ainda empregar os apaniguados no serviço público,

beneficiando assim suas bases locais". Da mesma forma, localidades eram unificadas ou limites modificados, de acordo com o jogo político da época.[51]

Olinda foi muitas vezes solapada por estas mudanças, ora comarca, ora termo, ora comarca. Em 30 de maio de 1815, um alvará decretava a criação da Comarca de Olinda, tendo como termos Goiana, Igarassu, Limoeiro e Pau d'Alho, desmembradas do Recife. Já em 29 de maio de 1833, foi anexada como termo do Recife, voltando a ser comarca em 13 de maio de 1862, anexando Igarassu como termo.[52] As freguesias também sofreram modificações, quando em 1876 a de São Pedro Mártir foi anexada a da Sé,[53] ficando o município dividido entre esta e a de Nossa Senhora de Maranguape, mais tarde – no século XX – desmembrada e transformada em outro município: Paulista.

Estes limites e fronteiras de Olinda muitas vezes se entrelaçavam entre as práticas da população local e os usos do meio que a circundava. Em muitos pontos, Recife, São Lourenço e Igarassu – municípios que faziam limites com Olinda – eram cortados por matas, por rios e por morros, além das práticas cotidianas que não respeitavam tais fronteiras. Nesta época, possuía um litoral de aproximadamente 34 Km, desde a Cruz do Patrão até a ponte do rio de Maria Farinha. Ao longo da costa e em direção ao interior, existiam vários povoados, além de engenhos e de sítios, sem contar as inúmeras propriedades arrendadas ou ainda em desuso.

Entre estes caminhos, trajetórias individuais se fizeram únicas, revelando os usos estratégicos daqueles que se apropriaram dos meios social e natural a sua volta, contribuindo para a formação do espaço em que viviam, assim como, para a ocupação humana nos diversos pontos além da cidade. Além do que, até o século XIX, como bem colocou Kátia Mattoso:

> [...] a cidade e o campo são no Brasil estreitamente inter-relacionados. No espaço, seus limites são imprecisos; economicamente, vivem em estreita simbiose. Seus habitantes não hesitam em deslocar-se de um para o outro num contínuo vaivém de cavalos, mulas, palanquins e pedestres. As cidades são 'pomares', hortas, campos urbanizados.[54]

Esse "vaivém" poderia acontecer tanto pelos caminhos oficiais – estradas, ruas, vias férreas – quanto por trilhas mal desenhadas nos mapas. O certo é que, entre Olinda e Recife, os caminhos se estreitavam, tanto para a

---

51 CARVALHO, op. cit., p. 42.
52 GALVÃO, op. cit. p. 419.
53 Série: Assuntos Eclesiásticos (AE), vol. 17, p. 240.
54 MATTOSO, Kátia Queiroz. *Ser Escravo no Brasil.* São Paulo: Brasiliense, 1982. pp. 12-13.

faina diária, quanto para esconderijos. No Diario de Pernambuco de outubro de 1872, anunciava-se a fuga da preta Anastácia, apresentada da seguinte forma: "já velha, bastante feia, pés inchados, trajando vestido de riscadinho verde, um pouco desbotado, chalé de lã velho, levou um saco de dois fios; julga-se que foi para as bandas do sul; quem a apreender queira levá-la ao Varadouro na cidade de Olinda, casa caiada de amarelo".[55]

A imprecisão, com que o anunciante descreve o possível paradeiro da fugitiva, mostra as inúmeras possibilidades com que alguns escravos contavam na hora de escolher seus destinos, ao mesmo tempo em que muitos deixavam importantes pistas dos caminhos pelos quais percorriam, como familiares, antigos senhores, companheiros de diversão e amores. A escrava Anna, "mulata, já de seus 36 anos", teria fugido do Monteiro (Recife) em 30 de dezembro de 1860. Segundo o seu senhor, a escrava fumava muito rapé, era alta, havia levado bastante roupa e devia estar andando de luto.

Desconfiava de que estivesse acoitada no Cabo ou Poço da Panela, ou mesmo em para Beberibe, "por estar lá um preto do seu conhecimento".[56] As possibilidades de movimentação de Anna se demonstram pelo fato de que o Cabo e o Beberibe se localizarem em pontos completamente opostos, principalmente nestes tempos de caminhos inóspitos até para um fugitivo. Também neste anúncio, constatamos como a possível ligação entre a escrava e um "conhecido", poderia ser um forte indicativo de seu destino. As malhas de solidariedade eram poderosas armas em diversos momentos, muitas vezes decisivas na vida de um escravo.

Muitos cativos seguiam por trilhas tortuosas até chegar a um destino "seguro", encontrando amigos, familiares, amores. Ou mesmo, um antigo senhor, que poderia acoitá-lo e se utilizar de sua estadia em proveito próprio. Como poderia ter acontecido com um escravo que fugiu do Convento do Carmo do Recife e "logo apreendido para as bandas de Maria Farinha", localidade que demarcava os limites ao norte da fronteira de Olinda. Foi um longo caminho percorrido por este escravo, até alcançar seu objetivo. Mas o cativo fugiu novamente e, ao que parece, para o mesmo destino. Segundo o anunciante, o fujão "deu-se por escravo do sr. Manuel Buarque", mas conseguiu novamente fugir com a chegada dos apreensores. Este escravo freqüentava a casa do sr. Buarque, como seu barbeiro.[57]

Por caminhos tortuosos, mal conservados e irregulares, os escravos circulavam em busca da sobrevivência, na construção de redes de solidariedade ou nos momentos de rupturas. Os caminhos oficiais, mesmo com a abertura de

---

[55] Diario de Pernambuco, 01 de outubro de 1872.
[56] Diario de Pernambuco, 07 de janeiro de 1860.
[57] Diario de Pernambuco, 16 de fevereiro de 1860.

novas estradas entre Olinda e Recife a partir de década de 1840, eram mal estruturados e recebiam pouca atenção das autoridades responsáveis, pelo menos até a década de 1870, quando a cidade conseguiu barganhar providências junto ao Governo Provincial, como demonstra o documento abaixo:

> O mau estado em que se acha a estrada dessa cidade para esta, a começar da ponte da Tacaruna, traz a esta Câmara o dever de ir solicitar de V.Ex. a providência de mandar continuar o calçamento começado na mesma e que já se acha nas proximidades da dita ponte. A cidade de Olinda embora decaída de sua antiga prosperidade começara todavia a tomar alguma animação, não só por circunstâncias que lhes são particulares, se não também pelo grande número de pessoas que aqui afluem, em razão dos banhos salgados que ela oferece, vê-se entretanto hoje quase que reduzida ao estado em que esteve depois da mudança da Faculdade de Direito para o Recife, pelas más condições em que se acha a estrada, visto como as dificuldades do trânsito, bem tem trazido verdadeiros males e feito assaz diminuir o número de pessoas que a ela concorrem.[58]

A "animação" e os sinais de "novos tempos" tiveram maior impulso com a instalação da via férrea da Companhia de Trilhos Urbanos, ligando Olinda a Recife, e estes a seus arrabaldes. Com isso, outras vias de comunicação foram abertas ou melhoradas, "existindo uma boa estrada de rodagem entre o Recife e Olinda e desta até a cidade de Goiana, passando por Paulista e Iguarassú", segundo Sebastião Galvão, no início do século XX.[59]

As pontes também constituíam importantes recursos no dia-a-dia de constante circulação de pessoas, fossem livres ou escravas. Pedidos para construção de novas pontes ou conservação das já existentes aparecem nos documentos da Câmara de Olinda, que pediam providências necessárias às autoridades responsáveis.[60] No povoado do Rio Doce – principal via de acesso dos moradores da freguesia de Maranguape para a cidade – pedia-se a construção de uma ponte, "da qual se tirará grande utilidade pública, podendo o peixe e mais viveres chegar ao mercado deste município, e ao do Recife com

58 CM-55, Fl. 164, 30 de Dezembro de 1868.
59 GALVÃO, op. cit. p. 467.
60 CM-50, Fl.93, 30 de janeiro de 1864; ver também CM-49, Fl. 91, 21 de maio de 1863.

maior brevidade, evitando-se a demora e o prejuízo a que se expõem os viajantes, com a enchente das marés".[61]

As ligações entre estes povoados e a cidade se faziam de diferentes formas, seguindo-se o traçado das estradas oficiais ou pelos mangues, matas e rios. As próprias ruas da cidade eram mal conservadas, restando poucos recursos para a conservação das principais vias de comunicação, principalmente aquelas afastadas dos centros mais dinâmicos e isoladas em direção ao interior. A Câmara, sempre ao relatar as necessidades materiais nos diversos ofícios enviados ao governo provincial, deixava evidente a necessidade de conservação do calçamento das ruas da cidade, gastando-se boa parte do orçamento previsto para tal execução. Até mesmo a cadeia, quando foi destruída, devido ao seu "estado de ruína", teve suas pedras destinadas ao reparo das ruas, conduzindo-se os seus presos ao *Aljube*[62] lá existente. Numa época de imprecisões, as casas começaram a ser numeradas, e, aos poucos, referências como "casa caiada de amarelo" eram substituídas, pelo menos parcialmente.[63]

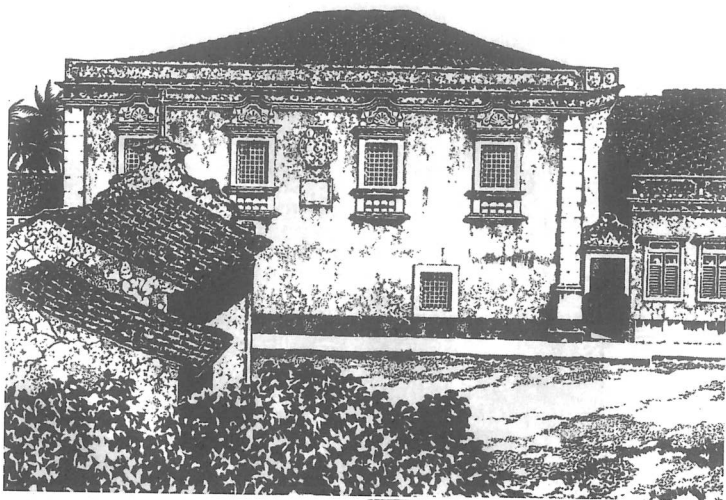



Fig. 6. Aljube de Olinda.

[61] CM-59, Fl. 227, 10 de fevereiro de 1870.

[62] O *Aljube* era uma cadeia eclesiástica, construída no século XVIII, "destinado aos padres ou presos civis por motivos religiosos, pois os componentes das ordens religiosas regulares expiavam seus delitos em cárceres privados dos respectivos conventos". Defronte ao prédio foi construído uma capela para as práticas religiosas dos detentos. No final do século XIX foi transformado em cadeia pública. Atualmente, seu edifício está ocupado pelo Museu de Arte Contemporânea. Ver: CAVALCANTI, op. cit., pp. 297-298.

[63] CM-60, Fls. 266, 268, 272, 274, 278.

Ruas, ladeiras e becos eram partes integrantes da paisagem urbana de Olinda, que conduziam pessoas de diferentes ramos da sociedade, como comerciantes, artesãos, militares, padres e vendedores ambulantes. Estes últimos poderiam alcançar um alto grau de autonomia, circulando entre as diferentes localidades de um município ou mesmo mover-se para outras cidades, com a desculpa de estar em plena função de sua atividade. Foi o que aconteceu com a escrava Bonifácia que, em 29 de dezembro de 1867, "ausentou-se" da casa de seu senhor. Com 45 anos de idade, "baixa e de pescoço curto", o anunciante destacava um importante aspecto da cativa: era "bastante regrista". E pelo tempo de festa, tinha de costume ausentar-se para andar vendendo frutas por Afogados e por Olinda.[64]

No entanto, apesar dos melhoramentos urbanos – como aberturas de estradas, dos trens urbanos, etc. – muitos caminhos continuaram, ao longo dos anos, acessíveis a poucos, principalmente aqueles freqüentados por fugitivos que buscavam ir para bem longe das malhas de vigilância e das forças policiais da época. Fronteiras não limitavam suas ações, caminhos eram reconstruídos a todo o momento. Comunidades inteiras nasciam à revelia das autoridades locais e provinciais.

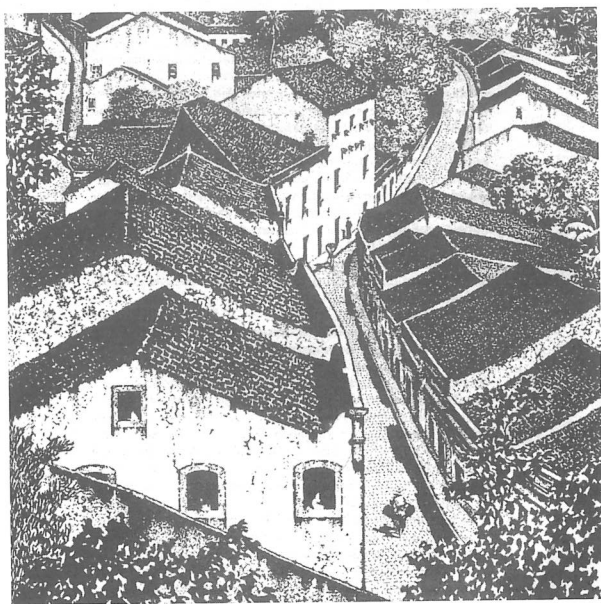



Fig. 7. Rua do Amparo

[64] Diario de Pernambuco, 08 de janeiro de 1867.

Num documento enviado pela Câmara de Olinda ao presidente da província, no qual deveria dar importantes informações estatísticas sobre a situação do município (estado de sua economia, trabalhadores, espécies agrícolas, etc.) fica evidente a grande dificuldade das autoridades locais de se penetrar na diversidade deste universo que compunha o cotidiano destas comunidades. Segundo o mesmo ofício:

> [...] a informação que vai prestar esta Câmara em cumprimento [...] é bastante defeituosa por faltar a municipalidade os recursos e os meios apropriados a se obter os esclarecimentos precisos. [...] e V.E. bem conhece a ausência quase completa que entre nós se dá dessa valiosíssima mola da administração pública. Assim a exposição que a Câmara apresenta a V. E. não passa de um juízo vago e sob uma apreciação comum.[65]

Daí, por isso, compartilhamos aqui desta mesma dificuldade em dar algum limite preciso a este território, marcado por uma constante mutação. Restando-nos, então, seguir os rastros deixados por aqueles que se apropriaram da diversidade do meio em suas andanças, na tentativa de delinear o seu espaço de sobrevivência.

Em direção ao interior, encontramos outros caminhos que caracterizaram o cotidiano da escravidão neste período. Isso porque, os arrabaldes de Olinda se constituíam por diversos povoados que se formaram em torno de rios, de matas ou próximo às praias, locais onde a população extraía da natureza os recursos necessários para a subsistência. Encontramos, nestas localidades, grandes e pequenas propriedades, constituídas por engenhos e por sítios, além de terras arrendadas a pequenos agricultores que cultivavam tanto para o próprio consumo, quanto para o mercado, como coqueiros e capim.

Na primeira metade do século XIX, numa extensa mata que se estendia desde o Recife a Goiana, passando pelos arrabaldes de Olinda, escravos fugidos formaram uma comunidade que foi duramente reprimida pelas autoridades provinciais na década de 1830, entrando para a história como Quilombo do Malunguinho. Esta região, que serviu de esconderijo para escravos fujões, era denominada de Floresta do Catucá, "que começava nos matagais e nos morros na saída das cidades irmãs, Recife e Olinda, para o interior, entre os açudes de Apipucos e Dois Irmãos, passando pelo rio Morno, até a beira do rio

---

[65] CM-60, Fl. 233, 24 de fevereiro de 1870.

Beberibe".[66] "Deviam haver", observa Marcus Carvalho, "muitas trilhas para lá, uma delas está claramente indicada num mapa de 1836, com o sugestivo nome de 'caminho do homem do mato'".[67] O autor afirma ainda que "a partir daí, a mata se lançava para dentro do continente, curvando-se para o norte na altura de Macacos, Cova da Onça[68] e Paratibe. O caminho da fuga, portanto, começava numa área que hoje está totalmente urbanizada, parte do nexo urbano Recife-Olinda".[69]

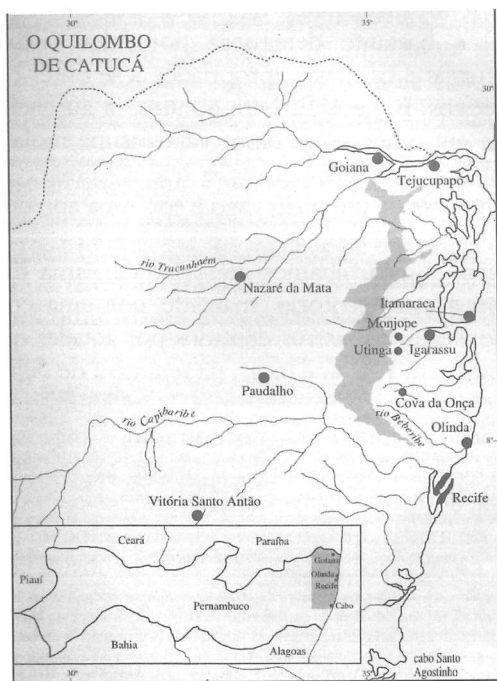



Fig. 9. Quilombo do Catucá.

[66] CARVALHO, Marcus J. M. O Quilombo de Malunguinho: O Rei das Matas de Pernambuco. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Org.) *Liberdade por um fio*: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. pp. 407-409.

[67] CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade*: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2001, p. 181.

[68] Segundo Sebastião Galvão, *Cova da Onça* era lugarejo (e riacho) do município de Olinda, "a 12 Kms dali, existiu, fundada em 1828 (desta 12 Km do Recife) uma colônia Alemã", chamada *Amélia*. "Extinta depois, em 1831, pelo abandono dos colonos que, medrosos, a deixarem pelos roubos feitos por escravos foragidos saídos do Catucá, buscaram o rio Grande do Sul, depois do massacre de uma família alemã - Cristiani - assassinada por ser roubada".

[69]CARVALHO, Marcus J. M. O Quilombo de Malunguinho: O Rei das Matas de Pernambuco. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Org.) *Liberdade por um fio*: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. pp. 407-409.

Mas, apesar do Quilombo do Malunguinho ser destruído na década de 1830, o Catucá[70] continuou como local de esconderijo para aqueles que fugiam das autoridades policiais e senhoriais da época. Além dos esconderijos naturais existentes, muitos fugitivos encontravam a solidariedade de pessoas que possuíam algum vínculo ou interesse em acoitá-los. A população, que se encontrava entre Paratibe e Cruz de Rebouças, era constituída, segundo as autoridades, de "negros", de "cabras" e de "sócios" dos quilombolas, "que compravam pólvora para eles e davam 'asilo' aos fugitivos".[71]

Em 15 de abril de 1866, a delegacia de Olinda registrava um fato um tanto curioso, referente a um escravo que havia fugido da casa de sua senhora – a viúva pobre D. Paula Joaquina de Mello – há mais de um ano, e que as autoridades sabiam com certa exatidão o paradeiro do fugitivo. No entanto, o problema era que, o escravo Eugenio – pardo, canoeiro, 45 anos de idade – além de se encontrar acoitado em *Macaco* – imediações do Catucá –, o cativo desafiava as autoridades locais, ameaçando abertamente quem pretendesse prendê-lo.[72] O conhecimento da região e o estabelecimento de laços com a população local poderiam dar alguma segurança e até certa ousadia aos escravos acoitados.

Outro local que não podemos deixar de destacar é o povoado do Beberibe – no qual parece ter sido o mais importante –, que se originou a partir do rio de mesmo nome. Além deste, outros tantos compunham a paisagem do antigo município de Olinda, muitos dos quais não mais pertencentes, hoje, a sua jurisdição. Como é o caso de povoados que passaram a pertencer, no século XX, ao município de Paulista; como exemplos: Janga, Pau Amarelo, Maria Farinha, Paratibe e Nossa Senhora do Ó.

O viajante inglês Henry Koster conheceu bem grande parte destes povoados além das colinas da cidade, instalando-se em uma propriedade bem próxima a região, denominada de Jaguaribe. Assim como a população local, Koster se utilizou cotidianamente dos caminhos irregulares que ligavam os subúrbios de Olinda às regiões circunvizinhas, como o Recife e Goiana. Passando pelo "lugarejo Beberibe", atravessando "um regato com lindas e transparentes águas", chegou, mais adiante, "à solitária povoação de Paratibe, onde as plantações de mandioca e fumo se entremeiam às casas". O autor continua sua descrição sobre o povoado, alargando nossa visão sobre a

---

[70] *Catucá* – "lugar do mun. de Olinda, notável na história pernambucana, por um combate travado em suas matas, em 10 de dezembro de 1848, entre a força do governo e os revoltosos, sendo da parte d'aquele os mortos – 15 soldados, e feridos 5, e do lado destes – 12 os mortos e 36 os feridos[...]".

[71] CARVALHO, op. cit. p. 417.

[72] Série: Repartição Central de Polícia (RCP): Fundo – SSP/Delegacia de Olinda, fl. 169, 15 de abril de 1866.

dinâmica da população local e suas relações com o meio no qual estavam inseridos. Segundo Koster:

> [...] os habitantes são, em maioria, trabalhadores livres, brancos, mulatos e negros. As casas, construídas à margem da estrada, intervaladamente, tomam a distância de uma milha. [...] Depois da aldeia, o caminho é relativamente horizontal mas ainda irregular pelas elevações repetidas e desiguais. Vêem-se os engenhos e grande número de casinhas. A passagem dos moradores, com cavalos carregados de algodão, couros e outros produtos da zona, *e voltando do Recife com várias espécies de mercadorias, carne e peixe salgado, é, para bem dizer, contínua.*[73] [Grifo nosso].

Era por essas bandas que se encontravam os engenhos do município, tais como: o Paulista, o Fragoso, o Genipapo, o Jardim, entre outros. Apesar destes não mais se apresentarem como grandes produtores de açúcar, como nos tempos de prosperidade, a escravidão ainda se fazia presente, persistindo como elemento integrante desta sociedade local, mesmo não sendo a principal mão-de-obra empregada, devido ao crescimento, ao longo da segunda metade do século XIX, da concorrência dos trabalhadores livres e libertos.

E quando tais escravos fugiam, seus senhores se utilizavam dos mesmos mecanismos de vigilância que outros de regiões diversas, recorrendo, principalmente, aos jornais. Quando o escravo Nereu, evadiu-se do engenho *Forno da Cal*,[74] seu senhor rogava "as autoridades policiais, pedestres e capitães de campo de prendê-lo e levá-lo ao dito engenho[...]". Segundo o anunciante, o escravo costumava ocultar-se pelas cidades de Olinda e de Recife, local este onde se encontrava sua mãe, que era forra e trabalhava como ama em uma casa da rua Imperatriz.[75]

Estes caminhos, em que o escravo Nereu e tantos outros ousavam transitar, eram repletos de esconderijos e armadilhas para os que residiam na região, atraindo um grande número de pessoas que objetivavam isolar-se do mundo. Entre o engenho *Aguiar* – localizado em Igarassu – até o engenho *Paulista* – freguesia de Maranguape – Henry Koster nos dá uma idéia de como estes caminhos poderiam servir para os mais diferentes objetivos. Por este

---

73 KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil.* Recife: Editora Massangana, 2002. v. 1. pp. 124-125.

74 Sobre este engenho, Sebastião Galvão afirma que se localizava a 4 Km a oeste da cidade, "onde Jeronymo de Albuquerque [...] fundou a 1ª fábrica de açúcar que se levantou em Pernambuco". GALVÃO, op. cit., p. 261, vol. 1.

75 Diario de Pernambuco, 16 de janeiro de 1860.

percurso, depois de ter passado por quatro engenhos e chegando ao denominado "Utinga de baixo", descrevera a região da seguinte forma:

> [...] é situado num anfiteatro circundado por altas colinas, cobertas de grandes árvores. Essa mata é pouco transitada e é refúgio de enorme quantidade de caça [...]. *Muitos criminosos e negros vagabundos estão escondidos nesses bosques*. Os habitantes de Utinga parecem todos separados do resto do mundo. O próprio caminho que leva ao povoado não é facilmente distinguido. As últimas três léguas que percorremos no escuro, eram cobertas de bosques virgens. A estrada era estreita e os ramos das árvores se entrecruzavam em todas as direções. Nosso guia galopava na vanguarda e muito tempo sua cabeça nos serviu de rumo.[76] [Grifo nosso].

Os rios também ganhavam grande importância no vaivém de pessoas entre os diferentes rumos desejados. Além de extraírem destes rios indispensáveis recursos para a subsistência, muitos eram navegáveis e imponentes na formação de vários povoados. Em torno destes rios, engenhos e outros tipos de propriedades e usos do meio deram origem a diversas comunidades, que, no decorrer do tempo, receberam seu nome: rio Doce, Paratibe, Timbó, Beberibe.

As praias também figuravam entre as escolhas daqueles que buscavam asilo longe do olhar das autoridades senhoriais. Em todo o litoral, encontramos vários povoados espalhados pela costa, vivendo da pesca e de outras atividades afins, como a plantação de coqueiros. Além dos banhos salgados, estas localidades atraíam muitas pessoas para suas festas religiosas ou em outras datas festivas. Estes caminhos pelo litoral poderiam trazer possibilidades de trabalhos temporários, e mesmo eventuais, para escravos fugidos. Ajudar a puxar a rede na praia ou esperar as sobras de peixes abandonados a beira do mar – prática, ainda hoje comum, que desloca pessoas de localidades vizinhas para áreas de pesca – poderiam representar tanto um contato com comunidades pesqueiras, ou, pelo menos, garantir a refeição nos dias mais difíceis da empreitada.

Estes caminhos pelos quais passamos, seguindo as pistas deixadas por seus andarilhos, nos mostram como as práticas cotidianas iam além dos limites previstos pelas camadas dominantes, bem como seus recursos imprecisos na construção de redes de vigilância, nunca alcançando total sucesso. Os mapas não davam conta do meio social e natural que compunham o território mutante de Olinda, além de seus inúmeros "tentáculos" que mergulhavam sobre a

[76] Diario de Pernambuco, 16 de janeiro de 1860.

paisagem irregular e penetrante nas áreas circunvizinhas. O homem comum, juntamente com os cativos, que o regime teimava em preservar, se apropriaram do meio a partir de lógicas próprias, preservando ou degradando, à sua maneira, os recursos disponíveis da natureza, de acordo com suas necessidades de sobrevivência ou mesmo a partir de interesses exclusos do poder senhorial vigente.

1.3. População e vida material

Talvez, duas palavras poderiam melhor caracterizar a população de Olinda na segunda metade do século XIX: *dispersão* e *movimento*. As pessoas transitavam de forma contínua em busca dos meios necessários à subsistência, por caminhos pouco atraentes aos olhos atuais. Na cidade, ruas mal calçadas e ladeiras irregulares; nos arrabaldes, mangues, rios, praias. O meio social e natural pareciam ora aliados, ora algozes daqueles que dependiam de seus recursos para a sobrevivência.

Encontramos em Olinda semelhantes contradições existentes nos vários cantos do país, como a pobreza e a extrema miséria de um lado, e do outro, grandes propriedades sob o domínio dos antigos "clãs" que se perpetuavam no poder desde os "tempos imemoriais". Isso porque, apesar da grande agricultura se encontrar em crise geral, engenhos e canaviais ainda faziam parte da paisagem da região, disputando espaço com outras culturas mais voltadas ao mercado local e à subsistência de pequenos agricultores.

Tentaremos aqui, "arbitrariamente", apresentar esta população em forma de dados, com o objetivo puro e simples de visualizarmos melhor a sua composição, sem ter a pretensão de minimizá-la a números estáticos e estéreis. A dinâmica social da época contribuiu para que as pessoas se movimentassem de um lugar a outro sem necessariamente deixá-lo. Pessoas iam e viam e, muitas vezes, buscavam vida melhor em outras bandas. Mas, boa parte procurava se estabelecer perto das áreas que melhor conhecia, sem romper com as práticas e costumes há muito enraizados em seu cotidiano. Profissões passavam de pai para filho, conhecimentos transmitiam-se por gerações. O rio, a mata, o mangue, a praia. Tudo isso tinha seu valor nos *usos cotidianos, e afastar-se deles poderia significar romper laços afetivos, econômicos e religiosos. Daí, então, percebermos práticas tão enraizadas como a pesca, as canoas e as diversas festas de padroeiras protetoras de confrarias unidas em torno de grupos étnicos e profissionais.

Esta população se encontrava justamente dispersa por este meio, entre seu extenso litoral e densas matas do interior. Cativos e livres viviam dos mais variados recursos, favorecendo o desenvolvimento das mais diversas ocupações econômicas, que visavam, principalmente, a sobrevivência. Eram pequenos

agricultores, lavadeiras, artesãos, carregadores, etc. Atividades que se esgueiravam entre os limites da vida material disponível. Muitos escravos gozavam de grande autonomia, outros, se espremiam entre as brechas de dominação e opressão que nem afrouxaram, nem deixaram de existir nestes tempos. Juntamente com os livres, compactuavam dos limites da vida cotidiana e ocupavam muitos espaços de sociabilidade.

Seus habitantes, como em grande parte das regiões que estavam fora do circuito exportador, viviam de parcas economias, margeando a fronteira imprecisa da *pobreza* e da *miséria*. Muitos escravos carregavam um duplo fardo dentro do cativeiro, pois, além de terem privada a sua liberdade, muitas vezes eram a base de sustento de senhores pobres.

Pessoas circulavam entre as três freguesias que compunham Olinda, das quais a Sé – e parte de São Pedro Mártir – formavam a área mais urbanizada. A freguesia de Maranguape, mais ao norte e ocupando grande parte do interior do município, era composta por inúmeras comunidades de pescadores, além de sítios e propriedades arrendadas por lavradores.

Apesar de sua economia local não mais integrar o mercado exportador, e ocorrer certo fenômeno de atração pela vizinha Recife, sua população livre continuou a crescer, desde, pelo menos, meados do século XIX até o seu final. Por volta da década de 1840, sua população livre contava 9.689 pessoas, espalhadas por todo o município, sendo 4.000 concentrados na cidade.[77] Já na segunda metade do século, seus habitantes chegavam a 11.606, segundo o Recenseamento de 1872.[78] A freguesia da Sé e de São Pedro Mártir, juntas, somavam 7.429 habitantes. Contudo, devemos frisar que estas duas freguesias possuíam a dupla característica de vida urbana e rural, com uma população em constante circulação entre a diversidade do meio existente.

Isso porque, os limites, do que chamamos de *cidade*, eram bastante imprecisos nestes tempos, ao passo em que a população transitava e habitava os espaços com bastante irregularidade, impossibilitando arbitrariedades em sua determinação. E, em relação à escravidão, "nuançava-se no dia-a-dia dos relacionamentos sociais, principalmente na cidade, muito embora seus limites quase se confundiam com os do mundo rural".[79]

O "velho burgo duartino" pouco mudara em suas feições no decorrer dos séculos, mas a sua população insistia em alargar os seus limites. Seu

---

[77] FIGUEIRA DE MELLO, Jeronymo Martiniano. *Ensaio Sobre a Estatística Civil e Política da Província de Pernambuco*. Recife, 1852; reedição: Recife, Conselho Estadual de Cultura, 1979.

[78] "Quadro Geral da População Livre Considerada em Relação aos Sexos, Estados Civis, Raças, Religião, Nacionalidades e Grao de Instrução, com Indicação dos Números de Casas e Fogos". In: Recenseamento de 1872.

[79] MOURA, Denise Aparecida Soares de. *Saindo das Sombras*: homens livres no declínio do escravismo. Campinas: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1998. pp. 226-227.

crescimento se fazia bem visível a partir da década de 1870, decorrente dos melhoramentos urbanos e da ampliação das moradias pelas áreas ao redor da antiga cidade. Seu perímetro urbano ganhou maior contorno a partir daí, possibilitando à cidade expandir-se em direção ao litoral.

Olinda possuía, também, uma característica interessante de aumento populacional temporário, nos tempos de festa ou, mais intensamente, para os banhos salgados. Esse aspecto caracterizara a cidade mesmo antes do aperfeiçoamento das vias terrestres que a ligam as outras regiões, como bem testemunhou o viajante inglês Henry Koster que, já no início do século XIX, ao chegar ao Recife em 7 de dezembro de 1809, observou que:

> Como se tivesse chegado durante o verão, um grande número de moradores estava fora da cidade, habitando em pequenas casas em Olinda e nas margens dos rios, para gozar o ar puro e o divertimento e conforto dos banhos, durante os meses mais sujeitos ao calor da estação ardente.[80]

Considerando os dados referentes aos habitantes por freguesia, na segunda metade do século, percebemos um número maior de pessoas livres no centro urbano do município, correspondente a Sé e parte de São Pedro. No entanto, pelo interior e litoral ao norte – correspondendo à freguesia de Maranguape – não podemos deixar de considerar o número total de habitantes vivendo entre o campo e a cidade. Lembremos aqui, que boa parte de São Pedro Mártir era formada pelos arrabaldes de Olinda, ora próximos, ora distantes da área mais urbana, a exemplo do povoado de Beberibe.

A Sé fazia fronteira com as duas outras freguesias, estendendo-se ao norte até os rios Doce e Paratibe – limite com Maranguape – e ao sul com São Pedro Mártir pelas ruas do Carmo, do Bonfim, do Beco-das-Cortesias e dos Quatro-Cantos, dividindo a cidade nestes pontos, seguindo, ainda, em linha reta até o rio Beberibe. São Pedro Mártir limitava-se ao sul com duas freguesias do Recife. Ao sul, com a freguesia de São Frei Pedro Gonçalo, pelo istmo, até a fortaleza do Buraco. E com a Boa Vista, pela camboa da Tacaruna, com Salgadinho e com Campo Grande. Seus limites englobavam também a principal entrada da cidade, para quem vinha do Recife, passando pelo caminho do Convento Santa Tereza até chegar ao porto das Canoas (ou Varadouro).

A freguesia de Nossa Senhora dos Prazeres de Maranguape tinha seus limites com a Sé (ao sul), com Iguarassu (ao norte), com São Lourenço da Mata (a oeste) e com o oceano (a leste). Possuía um litoral grandioso, desde a entrada

---

[80] KOSTER, p. 82.

das águas do rio Doce até o extremo norte, a chamada barra de Maria Farinha.[81] No início do século XIX, Koster relatou, ao passar por essas bandas, que:

> A reunião de pessoas era considerável. Por toda a parte onde a rebentação não é violenta, a praia é densamente povoada na extensão da costa, entre Olinda e a barra de Goiana. N'alguns pontos as baixas choupanas de palha são reunidas, formando uma rua de meia milha de comprido. Casinhas brancas, cobertas de telhas, são espalhadas aqui e além. Igrejas e Capelas são construídas, mas restam pequenos intervalos despovoados.[82]

A ocupação desses espaços se fez de forma bastante espaçada, de modo que o contato, entre si, era feito por caminhos um tanto tortuosos pelas comunidades locais, principalmente para quem vinha das áreas mais ao interior. Em números mais gerais, podemos ter uma idéia da ocupação deste espaço na segunda metade do século XIX:

Tabela 1. Distribuição da População Livre e Escrava Por Freguesia

Freguesias	*Livres*	*Escravos*
Sé	4.623	215
São Pedro	2.806	274
Maranguape	4.177	324
Total	11.606	813

Fonte: Recenseamento de 1872

Percebemos, a partir da tabela acima, que a Sé possuía um número maior de pessoas livres em comparação as outras freguesias, chegando a cifra de 4.623 habitantes. Contudo, fica difícil deduzirmos a quantidade de pessoas concentradas na cidade, pois parte dos habitantes de São Pedro constituíam, junto com grande parte da Sé, o núcleo urbano. O que explicaria um número tão reduzido de habitantes na freguesia de São Pedro Mártir? Talvez isto se explique pelo fato de seus arrabaldes se constituírem, em boa parte, de mangues, de alagados e de pântanos. Ao mesmo tempo, era nesta localidade que se encontrava o povoado "mais importante" do município, denominado Beberibe.

E em relação ao número de pessoas vivendo na cidade, seu número tendeu a crescer, principalmente a partir de 1870, como já destacamos. Podemos observar melhor este crescimento ao analisarmos a primeira década

---

[81] FIGUEIRA DE MELLO, pp.134-137.
[82] KOSTER, op. cit. p. 381.

do século XX, quando a população de Olinda chegou a triplicar, somando 36.000 habitantes. A freguesia da Sé, neste período, já havia incorporado a de São Pedro que concentrava uma população de 25.000 habitantes, enquanto em Maranguape chegava a 11.000.[83] Nesta última, o número de pessoas também quase que triplica, mas a Sé apresentava um número de crescimento bastante rápido, desde a década de 1870 até início do século XX.

Já em relação à população escrava, de acordo com a Tabela 1, percebemos que Maranguape possuía o maior número de cativos, ou seja, 324, enquanto São Pedro e a Sé possuíam 274 e 215, respectivamente. Contudo, em termos proporcionais, São Pedro Mártir contava com uma escravaria que chegava a 8,9% em relação à população total de sua freguesia, enquanto a Sé e Maranguape chegavam a 4,4% e 7,2% cada. Como um todo, os escravos de Olinda representavam 6,5% de seus habitantes.[84]

Com isso, constatamos que os cativos não mais figuravam como principal mecanismo da economia local, mas estavam presentes no cotidiano de muitas casas, confundindo-se com a população mestiça cada vez mais crescente, disputando com a população livre os recursos da vida material. Eles estavam lá, na lavagem de roupa, no corte da madeira, na pesca, na lavoura. Na verdade, é importante destacarmos que esta realidade se aproximava de outras localidades espalhadas pela província, considerando que a população escrava de Pernambuco – segundo o Recenseamento de 1872 – representava 10,6% de seus habitantes.[85]

Outros dois elementos interessantes na constituição da população de Olinda, referem-se à distribuição por *Sexo* e às *matizes raciais* que a compunham. Vejamos, então, como a população livre, segundo o *Sexo*, se apresentava neste período:

Tabela 2. População Livre Distribuída Por Freguesia

	São Pedro Mártir	*Sé*	*Maranguape*
Homens	1.126	2.119	2.029
Mulheres	1.680	2.504	2.148

Fonte: Recenseamento de 1872

[83] GALVÃO, Op. cit., vol. 1, p. 453.

[84] Segundo o Recenseamento de 1872, dos 813 escravos citados 59 eram africanos, correspondendo a 7,2% do total, sendo 43 homens e 16 mulheres. Não encontramos outras informações relevantes acerca de escravos africanos, tanto no Censo de 1872 quanto na Lista de Classificação.

[85] Cf.: EISENBERG, Peter L. *Modernização Sem Mudança*: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas, 1977.

Neste ponto, em todas as três freguesias, o número de mulheres era superior ao dos homens. Aquelas disputavam com estes não só o mercado de trabalho, como também os recursos necessários à sobrevivência. Em todas, as escravas representavam mais de 50% dos habitantes, tanto nas áreas mais afastadas do perímetro urbano, quanto no centro dinâmico da cidade. Encontramos, também, entre os escravos, um número equilibrado entre homens e mulheres, existindo, apenas em São Pedro, uma cifra um pouco mais elevada de cativas. Na verdade, estas eram a maioria entre a população escrava tomada como um todo, chegando a somar 418, contra 395 homens.

Tabela 3. População Escrava Distribuída Por Sexo

Freguesias	*Homens*	*Mulheres*
Sé	110	105
São Pedro	119	155
Maranguape	166	158
Total	395	418

Fonte: Recenseamento de 1872

As cativas representavam 51,4% do total de escravos no município, demonstrando, assim, que as mulheres possuíam grande importância na ocupação do espaço tanto urbano, quanto rural, dedicando-se a diversas atividades econômicas, tais como: lavadeiras, quitandeiras, serviços domésticos e também na agricultura. Esses dados nos mostram que a escravidão adquiriu faces diferentes nas mais diversas realidades do país, desconstruindo as imagens tradicionais que, durante tanto tempo, marcou a sua história.

A idéia de superioridade masculina caracterizara-se nos grandes plantéis e nas áreas tradicionais do Brasil, mas em regiões que não mais se encaixavam no perfil agro-exportador, com população escrava ainda "persistente", o sistema tendeu a se reconfigurar a partir das realidades locais. As cativas ganharam papel determinante na vida econômica de muitos senhores, muitas vezes representando o principal ganha-pão daqueles que viviam das poucas economias advindas de um ou dois cativos, revelando-nos um pouco desta outra escravidão dentro do próprio regime.

Partindo para o segundo ponto, ou seja, a *raça* na composição da sociedade local, importantes questões podem ser levantadas acerca da identidade dos diferentes segmentos que compunham a população do país, tendo em vista a conjuntura de crise da escravidão e dos novos paradigmas raciais em voga na Europa e importados para o Brasil. Segundo Ivana Lima:

> [...] o censo de 1872 indica uma mudança iniciada na forma de conceber e gerir a população, orientada cada vez mais por certo entendimento – ainda que sempre indefinido – do

> conceito de raça; o que significava, evidentemente, deixar de lado a cor, mas acomodá-la em suporte pretensamente mais rígido. Com a crise mais acentuada da escravidão e do regime monárquico, e consequentemente empobrecimento dos pilares, tidos como naturais, de distinção social, a cor e a raça tornaram-s quase obrigatórios.[86]

Durante muito tempo, os censos – no decorrer do século XIX – oscilaram em dividir ou não a população pelas cores.[87] As dificuldades advinham tanto daqueles responsáveis diretamente pela tarefa, ou seja, o recenseador, quanto da população, sempre desconfiada com os censos. Ivana Lima afirma ainda que "percebe-se que talvez o problema do olhar do recenseador não fosse exatamente de mascarar uma realidade, mas a dificuldade, imanente à dinâmica social, de mapear claramente a divisão por cores".[88]

Sobre os dados referentes *às matizes raciais*, encontramos os seguintes resultados para cada freguesia. Tanto na freguesia da Sé, quanto na de Maranguape, obtivemos um número de *pardos* significante em relação aos outros elementos integrantes na composição "racial" da população livre. Na primeira (Sé), chegavam a representar 50,3% (ou 2.327 pessoas) de seus habitantes, enquanto em Maranguape representavam uma cifra ainda maior: 66% (ou 2.757). Ao que parece, estes números refletem o crescimento dos mestiços em grande parte do país no século XIX. No entanto, o número de pessoas, representadas pela *raça preta*, aparece ocupando apenas o terceiro lugar, significando 20% e 16,2%, respectivamente. Em Maranguape, a porcentagem de brancos se aproximava das dos pretos, representado 17,7%. Considerando tais números a partir da distribuição por sexo, temos os seguintes resultados:

Tabela 4. Freguesia da Sé Segundo Raça e Sexo

Cor	*Branca*	*Parda*	*Preta*	*Cabocla*	*Total*
Homens	739	941	417	22	2119
	34,9%	44,4%	19,7%	1,0%	
Mulheres	595	1386	501	22	2504
	23,8%	55,3%	20%	0,9%	
Total	1334	2327	918	44	4623
	28,8%	50,3%	19,9%	1,0%	

Fonte: Recenseamento de 1872

86 LIMA, Ivana Stolze. *Cores, Marcas e Falas*: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. p. 121.

87 Idem, p. 121.

88 Idem, p. 123.

Tabela 5. Freguesia de Maranguape Segundo Raça e Sexo

Cor	*Branca*	*Parda*	*Preta*	*Cabocla*	*Total*
Homens	373	1304	350	2	2029
	18,3%	64,2%	17,2%	0,1%	
Mulheres	366	1453	327	2	2148
	17%	67,6%	15,2%	0,1%	
Total	739	2757	677	4	4177
	17,7%	66%	16,2%	0,01%	

Fonte: Recenseamento de 1872

Decidimos deixar para analisar a freguesia de São Pedro Mártir em separado pelo fato desta trazer dados bastante intrigantes e díspares em relação às outras. Isso porque, ao contrário do afirmado sobre o crescimento de homens livres mestiços em várias partes do Império e o mesmo verificado nas duas primeiras freguesias, a porcentagem de brancos chegava a 56,1%, enquanto pardos e pretos representam 30,5% e 12,1%, respectivamente. Estes últimos, juntos, chegavam à cifra de 1.195 pessoas, ou seja, 42,6% do total de habitantes nesta freguesia, não alcançando o número de brancos lá existentes, representados por 1.574 indivíduos. Os considerados caboclos somavam 37 pessoas, ou 1,3%.

É curioso observar que entre os livres – incluindo aí, os libertos – o número de *pretos* é bastante reduzido, revelando um pouco do estigma de associar-se à *cor* (ou à *raça*) a condição social do indivíduo, principalmente nestes tempos de escravidão, onde ser preto aproximava-se ainda mais da ascendência africana. Mas quem era responsável por tal estigmatização? O recenseador ou o próprio indivíduo? Ivana Lima nos dá uma idéia deste processo:

> Em meio a variados suportes e instâncias administrativas [...], a relação do Império com as cores de sua população oscilou segundo o olhar do recenseador, que foi constrangido por diferentes variáveis e situações, e estava longe de ser um seguidor fiel de instruções. Organizar o recenseamento era atividade que se distribuía entre distintos braços da administração, como párocos, subdelegados, juízes, presidentes de província. Ao longo do tempo, tais braços mostraram-se inermes. Chefes de família, que teriam a tarefa de preencher as fichas, também resistiram a estas, bem como ao olhar do recenseador.[89]

[89] LIMA, op. cit., p. 90.

Através do olhar do recenseador ou mesmo dos chefes de família, distanciar-se da cor preta parece ter sido uma prática comum nestes últimos anos do Império. Na verdade, ser pardo já demonstrava que o indivíduo possuía algum vínculo com a escravidão, mesmo que separado por gerações. No entanto, "indivíduos poderiam tornar-se pardos, mais do que nascer assim, a partir de relações pessoais, comunitárias e de certos atos. Há casos em que a identificação sofria uma alteração, de acordo com a mudança de condição social".[90] A exemplo disto, Henry Koster, em suas andanças pelos arredores de Olinda, presenciou um fato um tanto intrigante:

> Conversando numa ocasião com um homem de cor que estava ao meu serviço, perguntei-lhe se certo Capitão-Mor era mulato. Respondeu-me: *Era, porém, já não é! E como lhe pedisse eu uma explicação, concluiu: Pois Senhor, um Capitão-Mor pode ser mulato?* [Grifo nosso][91]

A *Cor* pode até ter "desaparecida" ou substituída nos censos e outras formas de registros no Segundo Reinado, mas, aos olhos das redes de vigilância e de policiamento, a condição social, a criminalidade ou qualquer outro "pré-requisito" para a desconfiança tinham fortes ligações com a pigmentação da pele. Talvez por isso, uma das estratégias para afastar-se da ascendência escrava era "ingressar" na imprecisa e cada vez mais crescente população parda.

Considerando as *raças* entre os escravos, os pretos chegavam a representar 70,4%, ou 572 cativos, enquanto os pardos 29,6%, ou 241. No geral, mesmo quando observamos homens e mulheres separados, a porcentagem de pretos e de pardos se aproximava dos números citados anteriormente, apesar de haver algumas variações referentes a cada freguesia. Para melhor visualizarmos a questão da *Raça* em sua totalidade, encontramos os seguintes números referentes ao município de Olinda:

Tabela 6. População Livre Distribuída Por Raça e Sexo

	Branca	*Parda*	*Preta*	*Cabocla*
Homens	1.711	2.636	891	36
Mulheres	1.936	3.303	1.044	49
Total	**3.647**	**5.939**	**1.935**	**85**

Fonte: Recenseamento de 1872

[90] Idem, p. 125.

[91] KOSTER, op. cit. v. 2, p. 598.

A partir destes dados, observamos que, no geral, a sociedade, aqui apresentada, seguia a tendência destes fins de século, ou seja, de mestiçagem da população. E, ao contrário do que muitos intelectuais e autoridades do período afirmaram – no final do século XIX e início do XX – a população não tendeu a *branquear*, para a decepção de muitos.[92] Neste contexto, os escravos do município tenderam a cair progressivamente, seguindo os rumos da política imperial de emancipação gradual. Ao mesmo tempo em que percebemos que alguns poucos proprietários persistiram com a instituição, até os últimos instantes, visando, talvez, alguma indenização por parte do Governo, como bem demonstram os dados abaixo:

Tabela 7. Número de Escravos de Olinda – 1872 a 1887

Ano	*1872*	*1873*	*1876*	*1887*
Nº de Escravos	*813*	*786*	*637*	*240*

Fontes[93]

Em Olinda, esse número reduzido de escravos deve ter contribuído de diferentes formas no cotidiano do cativeiro, pois, ao mesmo tempo que as opções de esconderijos aumentavam com os melhoramentos urbanos e o vai e vem de pessoas entre as festas, as praias e os banhos ficava cada vez mais difícil identificar um cativo em meio a uma população crescentemente mestiça. Se o número de livres superava e muito o de escravos, diluir-se a esta população parecia peça importante nos caminhos traçados em direção à liberdade. "A cidade que escondia, porém, ensejava aos poucos a construção da cidade que desconfiava, que transformava todos os negros em suspeitos".[94]

Para melhor compreendermos essa dinâmica na qual viviam os escravos e sua complexa rede de relações com os livres, exploraremos, a seguir, os alicerces da vida material que caracterizara nossa "cidade esconderijo", entre a diversidade do meio que a compunha. Grande parte de sua população vivia dos recursos disponíveis na natureza, sobrevivendo à revelia dos interesses maiores, ditados pela lógica e pela disciplina do mercado. As pessoas viviam da

---

[92] Sobre as principais teorias raciais e seus ideólogos, ver: Ventura, Roberto. Um Brasil Mestiço: raça e cultura na passagem da monarquia à república. In *Viagem Incompleta. A Experiência Brasileira* (1500 - 2000). Formação: histórias. Carlos Guilherme Mota (org.). São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 2000.

[93] Estes dados foram retirados, respectivamente: Recenseamento Geral de 1872; DELGADO, op. cit., p. 29; Lista de Classificação - 1876; Resumo Geral dos Escravos Matriculados no Município de Olinda - 1887.

[94] CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade:* uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p.192.

pesca, do artesanato, do carvão e do caranguejo. Aos olhos das autoridades locais e provinciais, estas atividades contribuíam para o "atraso" em que se encontrava o município, principalmente pelo fato de não se integrarem ao sistema de grande lavoura.[95]

Além dos aspectos de subsistência, sua economia também se caracterizava pelas demandas advindas do mercado interno local, podendo se estender a Recife e outras localidades próximas. Luiza Rios Volpato, estudando os escravos e "pobres livres" em Cuiabá – no século XIX – também destacou a relação entre a população local, a natureza e a não integração da economia com o mercado externo, de forma relevante. A autora afirma que:

> [...] à semelhança das populações pobres de outras regiões do Brasil, tinham uma vida muita integrada à mata, ao cerrado e aos rios, [...] de onde procuravam tirar o seu sustento. A riqueza da flora e da fauna, a piscosidade dos rios e ainda a presença de um clima quente e seco possibilitaram a sobrevivência, apesar de uma vida bastante pobre.[96]

É importante destacar, também, como o fez Luiza Volpato, a interação constante entre livres pobres e escravos nos mais diversos ramos da vida cotidiana, nos divertimentos, no trabalho e na religião. É objetivo nosso, também, perceber as interações e os conflitos entre os vários segmentos sociais de então, delineando, primeiramente, os espaços e alicerces que forjaram o dia-a-dia desses sujeitos.

A partir daí, devemos deixar claro que, apesar de muita coisa ter mudado nas últimas décadas do século XIX, com o aperfeiçoamento das estradas e de outras vias de comunicação e com a chegada de novos investimentos (como os trens urbanos, as fábricas de tecido, de doces e até uma Usina), os mecanismos "tradicionais" de sobrevivência continuaram fortemente ativos para a grande parcela da população. Assim como Thompson teria percebido – com as devidas particularidades – "a economia dos pobres ainda era local e regional, derivada de uma economia de subsistência".[97]

A fauna era algo inseparável do cotidiano dos habitantes das mais diversas localidades, desde "grandes" e "pequenos", livres e escravos. Denise Soares Moura, em seu estudo sobre os "livres pobres" em Campinas – no

---

[95] CM – 50, Fl. 90, 22 de junho de 1864.
[96] VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Cativos do Sertão*: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá: 1850/1888. São Paulo: Ed. Marco Zero; Cuiabá, MT: Ed. Universidade Federal de Mato Grosso, 1993. p. 199.
[97] THOMPSON, op. cit. p. 167.

século XIX –, também destacou a constante interação entre os diversos segmentos sociais, afirmando que:

> [...] nas suas idas e vindas à cidade, à vila ou a freguesia, nos caminhos e na vida de roça rompiam os limites que os separavam momentaneamente dos segmentos mais favorecidos. Nesses espaços, todos se encontravam para comprar, rezar, festejar e divertir-se. Cotidianamente, os vários segmentos sociais se relacionavam em questões de trabalho e negócios, possibilitando-lhes elaborar uma visão própria de cada um.[98]

E em relação ao convívio entre cativos e livres, a autora afirma que era "difícil não notar este viver tão juntos [...]".[99] Isso era favorecido pela persistência da escravidão, ao mesmo tempo questionada por muitos, mas com presença garantida entre alguns proprietários urbanos e rurais. Associado a estes últimos, encontramos pelo menos cinco engenhos que possivelmente ainda resguardavam, em suas instalações, cativos destinados à lavoura. Poderosos proprietários e grandes comerciantes concentravam em suas mãos o poder político e econômico através da Câmara e outros cargos espalhados pelo município, tipo: juízes, delegados, guarda nacional etc. Constatamos que, neste período, *os Cavalcanti de Albuquerque* possuíam grande poder político e econômico na região, aparecendo como os principais proprietários de escravos de Olinda, segundo a *Lista de Classificação de 1876*.[100] Observemos agora a tabela abaixo:

Tabela 8. Número de Engenhos e seus Respectivos Proprietários

Nome do Engenho	*Nome do Proprietário*
Fragoso	Antonio Gonçalves da Silva
Genipapo	João de Sá Cavalcanti de Albuquerque
Jardim	José de Sá Cavalcanti de Albuquerque
Paulista	José de Sá Cavalcanti de Albuquerque
Timbó	Dr. Francisco G. V. de Albuquerque e outros.

Fonte: Almanaque Administrativo, Mercantil, Industrial e Agrícola da Província de Pernambuco para o ano de 1871.

---

[98] MOURA, op. cit. p. 40.
[99] Idem, p. 215.
[100] Sobre a posse de escravos em Olinda, ver Capítulo 3.

Percebemos, então, que dos cinco engenhos relacionados acima, quatro pertenciam aos integrantes da família Cavalcanti de Albuquerque. Alguns de seus membros tinham vida ativa na política local, integrando a Câmara e participando de suas decisões. Em outros documentos, nos deparamos com mais dois engenhos, mas não conseguimos determinar quem eram seus proprietários: o *Forno da Cal* e o *Sapucaia*.[101] Do primeiro, teria fugido um escravo de nome Nereu, anunciado no Diario de Pernambuco, em 16 de janeiro de 1860. Neste engenho foi fundada a primeira fábrica de açúcar que se levantou em Pernambuco, cujo proprietário seria *Jerônimo de Albuquerque*.[102]

Neste mesmo engenho teria ocorrido outro fato envolvendo um escravo, em que um cativo de nome Paulo teria assassinado Augusto, com onze anos de idade, em 15 de outubro de 1867. O escravo foi logo preso, mas assassinado pelo Subdelegado do Curato da Sé, instaurando-se, com isso, um processo para apurar o caso.[103] Curiosamente, o Delegado do Termo de Olinda era nada mais nada menos que *Joaquim de Sá Cavalcanti Albuquerque*,[104] outro membro do importante "clã" em Olinda.

Mas, não apenas de cana-de-açúcar vivia a população, mas também dos mais variados produtos de subsistência, tais como: a mandioca, o milho, o feijão, etc. É interessante o fato de produtos como o *capim* e o *coco* se apresentarem como importantes gêneros da economia local. Muitas pessoas se dedicavam a sua produção, criando-se espaços de conflitos e de disputas oficiais e pessoais em torno destes produtos. Encontramos inúmeros documentos que demonstram a importância destes dois gêneros entre aqueles que desejavam aumentar sua renda ou manter determinado poder sobre estes setores.

A Câmara periodicamente arrematava os impostos sobre os inúmeros produtos que faziam parte integrante da economia local e eram taxados em forma de lei. Mascates, boceteiras, carga de farinha, legumes, gado vacum, eram os principais produtos arrematados em "haste pública", além dos "coqueiros de produção para negócios" e do "dízimo do capim".[105] Ao que parece, os produtores deste gênero não estavam satisfeitos com o chamado "dízimo" cobrado pela Câmara e cedido aos respectivos arrematantes. Segundo a Câmara, "tem-se tornado difícil a arrecadação sobre a verba capim de planta, porque os plantadores de capim [...] dizendo que eles somente são obrigados a pagar com

[101] Diario de Pernambuco, 16 de janeiro de 1860; e GALVÃO, Sebastião de Vasconcelos. *Diccionário Chorográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905, p. 470, respectivamente.

[102] GALVÃO, op. cit. p. 261, vol. 1.

[103] Série: Repartição Central de Polícia (RCP) - Fundo: SSP/Delegacia de Olinda. Fl. 260, 15 de outubro de 1867.

[104] RPC - Fl. 93, 01 de outubro de 1865.

[105] CM - 49, Fl. 80; CM - 52, Fl. 163; CM - 55, Fls. 02, 16, 22.

a décima parte de capim, e com o mesmo gênero [...]". Fazia-se necessário, assim, mudar o termo "dízimo sobre o capim de planta", para "imposto sobre o capim de planta".[106] Os pequenos plantadores sabiam muitas vezes encontrar brechas nos mínimos espaços deixados pelas autoridades responsáveis em empregar a lei.

Possivelmente, devido à existência de produção de "gado vacum" na região – como demonstram as inúmeras arrematações de seus impostos – o capim tivesse papel imprescindível associado a este tipo de empreendimento, como também a criação de cavalo, importante elemento na composição econômica e social da época. Inclusive, em vários anúncios no *Diario de Pernambuco* a respeito de casas, de sítios e de terrenos à venda, encontramos como importante referência do anunciante as "grandes baixas de capim"[107] lá presentes:

> Vende-se um sítio no caminho de Beberibe [...], oferece grandes vantagens por a casa ser nova, *como pela grande baixa de capim*, como também por este lugar marcado para a estação da via férrea [...].[108] [Grifo nosso].

À primeira vista, percebemos que este tipo de plantação se daria nas áreas mais ao interior, ou seja, nas localidades de vida mais rural onde a produção pudesse correr com maior liberdade. No entanto, próximo à cidade também encontramos referência à importância de se ter em mãos este produto:

> Vende-se uma propriedade na cidade de Olinda, colocada da maneira seguinte: na frente da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, tendo na mesma uma linda campina, boa vista para o mar e recife, muito perto dos banhos salgados, rodeado dos primeiros templos daquela cidade. O dito prédio é um sobrado de um andar com cômodos para duas grandes famílias, com dois portões de ferro grandes, sítio todo murado, alguns arvoredos, *com baixa para capim*, e lavoura tanto de inverno como de verão por ter bastante água com um olho de água doce permanente, que nunca seca [...].[109] [Grifo nosso].

Em 19 de outubro de 1870, um "negro ganhador" deveria entregar duas caixas com batatas para embarcar no "porto do capim" para Apipucos,

---

106 CM – 52, Fl. 140.

107 Segundo o Dicionário Aurélio, o termo *Baixa de Capim* refere-se a: "terreno úmido em que se cultiva capim-de-planta".

108 Diario de Pernambuco, 10 de janeiro de 1870.

109 Diario de Pernambuco, 30 de dezembro de 1869.

mas entregou a outro canoeiro, "talvez de Olinda ou Beberibe", como informava o anunciante que pretendia readquirir a mercadoria perdida.[110] Sem dúvida, o capim fazia parte do cotidiano de muitas pessoas que possivelmente o utilizavam para alimentar seu gado, seu cavalo ou mesmo alugando o espaço da plantação para quem dependesse deste produto.

O "gado vacum" também aparece como um dos produtos que tinham seu imposto arrematado pela Câmara, demonstrando a sua participação na economia local. Associado a este produto, existia um Matadouro Público que era sempre mencionado na documentação da Câmara, quando enviava ao Governo Provincial informações acerca da situação e das necessidades gerais do município.

Sobre este estabelecimento, a Câmara informava, em 26 de março de 1863, que pretendia melhorar suas acomodações futuramente com a renda adquirida com os "impostos de 500 e 100 reis do gado recolhido nos currais desse estabelecimento".[111] Olinda também possuía oito açougues, destinados, provavelmente, à venda da carne que vinha das localidades próximas.

Nas imediações do povoado de Beberibe, a Câmara demonstrava preocupação com o estado de ruína em que se encontrava a ponte desta povoação, receando que ficasse "em pouco tempo interceptando o trânsito da *estrada denominada de boiadas* [...]".[112] Assim como o capim, o gado também estava lá, ocupando seu espaço no mercado local e arrabaldes da cidade.

O coqueiro era outro produto que estava fortemente integrado ao cotidiano e à economia do município, ou melhor, de toda a Província. O viajante inglês Henry Koster, no início do século XIX, testemunhou a importância deste produto para os habitantes de diversos pontos ao longo do litoral, enquanto participava de festas e interagia com moradores de comunidades marítimas. Ao chegar ao povoado de Nossa Senhora do Ó – litoral norte de Olinda – descreveu a paisagem pela qual se vislumbrara e minuciosamente descrevera em seu diário:

> Essas terras são plantadas de coqueiros, a mais proveitosa árvore do Brasil [...]. Esses coqueirais, através dos quais o olhar alcança lonjuras, e as choupanas, feitas inteiramente de palhas das mesmas árvores, situadas entre elas, formam recantos de visão muito pitoresca. E, como frequentemente sucede, quando a casinha fica na orla do bosque, onde finda o

---

110 Diario de Penambuco, 19 de Outubro de 1870.

111 CM – 49, Fls. 86-87.

112 CM – 50, Fl. 93, 30 de janeiro de 1864. [Grifo nosso].

> coqueiral, e de onde se vê por detrás, a folhagem verde-escura da mata, a paisagem se torna romântica.[113]

O litoral de Olinda era povoado por pequenas comunidades de pescadores que dependiam tanto do peixe, quanto do coqueiro para a subsistência. Koster afirma ainda que "as terras arenosas do litoral onde se planta o coqueiro seriam, sem ele, desvalorizadas e inúteis". O autor afirma ainda que a renda dos coqueirais tornavam tais terras valiosas. Isso porque "os terrenos ocupados por essas plantações dão uma renda segura aos seus proprietários que os cultivavam sem dificuldades quando para as demais culturas muitos esforços são exigidos".[114] Os coqueiros proporcionavam à população "a sombra e o alimento" necessários ao dia-a-dia:

> [...] do seu tronco e de suas palmas constroem cabanas; de suas raízes fibrosas tecem os cestos e as cordas são fornecidas pela entrecasca. O fruto dá alimento e bebida, e se obtém um excelente óleo, depurando o sumo que se extrai prensando a sua polpa. O fruto é de uso geral na cozinha da gente pobre, e constitui um dos principais artigos no comércio interno.[115]

Mas, a produção do coqueiro não era tão "inocente" quanto parece, muitas vezes quebrando-se o "romantismo" de muitos autores e viajantes que deixaram suas impressões sobre o assunto. Isso porque, relações de poder permeavam o cotidiano daqueles que dependiam do produto para extraírem seu sustento, seus objetos de uso geral e até sua moradia. Bem próximo à linha da praia, habitam os pescadores marítimos artesanais, "onde construíam, sobretudo à base de folhas de coqueiros, suas moradias e suas caiçaras (galpões onde fabricavam, guardavam e conservavam seu material de pesca)".[116]

Luis Geraldo Silva, em seu estudo sobre "as gentes do mar", entre os séculos XVII e XIX, defendeu a idéia de que existia uma estreita relação entre *os coqueiros* e *os currais de peixes* construídos ao longo do litoral. Segundo o autor, "a posse dos currais e coqueiros era a chave de acesso à dominação do povo comum que habitava as comunidades marítimas".[117] Desde pelo menos o início do século XIX, já existia certa "monetarização da renda do curral", e que pescadores livres, em comunidades, articulavam a cultura do coco e da pesca,

---

[113] KOSTER, op. cit. pp. 381-382.
[114] KOSTER, op. cit. p. 568.
[115] Idem, p. 568.
[116] SILVA, Luiz Geraldo. *A Faina, a Festa e o Rito*: uma etnografia histórica sobre as gentes do mar (séculos XVII ao XIX). Campinas: Papirus, 2001. pp. 99-100.
[117] Idem, p. 108.

inclusive destinados ao mercado interno regional. Muitas vezes, pescadores arrendavam conjuntamente currais e lotes em sítios de coqueiros, onde poderiam construir suas habitações e pagar uma "certa quantia, a título de foro, a seus proprietários".[118]

As relações de poder e de dependência interna entre os proprietários e as comunidades marítimas, se traduziam no estreito vínculo coqueiral/curral, ao ponto em que "o pagamento do foro era estabelecido por pé de coqueiro existente no sítio (em 1816, no litoral norte de Pernambuco, 12 vinténs por ano por coqueiro)".[119] Encontramos, ainda, além das inúmeras arrematações dos impostos de coqueiros anunciados pela Câmara, um número significativo de petições que visavam conseguir licença (ou renovação da mesma) para abrir um curral de peixe. Era necessário obter licença tanto da Capitania do Porto, quanto da Câmara, como demonstra o documento abaixo, datado de 18 de maio de 1867:

> Martinho dos Santos Sousa, já tendo obtido licença da Capitania do Porto, para levantar seu curral de pescaria na praia de Nossa Senhora do Ó, lugar onde não ofenda a navegação, como afirma a licença junta e como não o possa fazer sem licença dessa Ilustríssima Câmara vem respeitosamente pedir a V.Sª. que lhe conceda dita licença, com o que lhe fará especial mercê.[120]

A licença tinha validade de dois anos, mas o dito curral deveria ser levantado no prazo de quatro meses, caso contrário, ficaria sem efeito a determinação das autoridades responsáveis. Estas petições contemplavam quase todo o litoral de Olinda, passando pelas diversas praias e comunidades marítimas, desde os pontos mais próximos à cidade até o extremo norte do município: São Francisco, Janga, Pau Amarelo, Maria Farinha e Conceição dos Milagres.

Apesar de percebermos a grande importância que o peixe possuía no mercado local, não podemos pensar estas comunidades pesqueiras apenas pela dimensão econômica, pois a cultura, que produziram no decorrer dos séculos articulando as práticas de subsistência, a religiosidade e as festas, representou muito de suas vivências demonstrando que a vida material estava em estreita sintonia com o universo simbólico no qual estavam inseridos. Em seus ritos,

---

[118] Idem, p. 109.
[119] Idem, p. 109.
[120] Arquivo Municipal de Olinda. Fundo: Câmara Municipal de Olinda – Série: Petições (Vol. 1, Cx. 2, Doc. 55).

tanto o sagrado, quanto o profano se faziam presentes, muitas vezes tão imbricados ao ponto de se tornarem indissociáveis.

Além da pesca - prática comum também nas águas doces nos povoados afastados do litoral - os habitantes dependiam das pequenas lavouras dos mais diversos gêneros para seu abastecimento, assim como, dos produtos do mercado local, tais como: milho, feijão, fruteiras e, principalmente, a mandioca. Além das pequenas roças espalhadas por todo o município, existiam algumas propriedades que se apresentavam bem equipadas para a produção de determinados produtos, como farinha de mandioca, coqueiros, algodão e até café:

> Atenção. Vende-se um sítio no lugar Paratibe, perto da Estrada-Nova, com casa de pedra e cal com quatro quartos, duas salas, *casa de farinha*, estribaria, perto do banho de água doce, com *70 pés de coqueiros*, *100 ditos de cafezeiros*, 50 ditos de laranjeiras, e outras diversas fruteiras [...].[121] [Grifo nosso].

Muitos destes produtos poderiam ser consumidos na própria localidade em que eram produzidos, ou comercializados nos povoados vizinhos ou mesmo chegando até o centro da cidade. Nesta, existia o *Mercado da Ribeira*, em atividade desde pelo menos o século XVII. Este local - construído próximo aos Quatro Cantos, "local sempre preferido para as atividades mercantis" - era composto por inúmeras "casinhas" (ou lojinhas) que eram alugadas através de arrematação realizada pela Câmara. Durante muito tempo, pensava-se que a Ribeira seria um antigo mercado de escravos, mas neste local não se comercializava este tipo de "mercadoria".[122]

Além da carne e do peixe, vendiam-se farinha de mandioca e outros tantos gêneros de primeira necessidade. Este espaço também trazia, em seu cerne, os conflitos que tanto marcaram o cotidiano desta população que, muitas vezes, dependia da intervenção das autoridades locais para negociarem ou consumirem os produtos indispensáveis à subsistência. Em 16 de setembro de 1865, a Câmara enviava um pedido ao Governo da Província requisitando um soldado para auxiliar o fiscal da cidade, com o objetivo de conduzir "a ribeira gêneros de primeira necessidade, em conseqüência do monopólio que fazem com ditos gêneros".[123]

Possivelmente, a partir de 1870, com a instalação dos trens urbanos, o mercado local teria ganhado maior mobilidade, levando e trazendo mercadorias, principalmente com a capital, mas também com seus arrabaldes. *A Companhia de*

[121] Diario de Pernambuco, 12 de Janeiro de 1870.
[122] CAVALCANTI, op. cit. p. 139-140.
[123] CM - 52, Fl. 154.

Trilhos Urbanos anunciava, no *Diario de Pernambuco*, que a partir de 24 de outubro de 1870, teria início o transporte de cargas para todos os pontos. Criou-se, inclusive, uma tabela de preços para bagagens e mercadorias, seguindo-se o trajeto das respectivas *Estações*: rua S. Isabel, do Príncipe, João de Barros, beco do Espinheiro, Encruzilhada, Belém, Campo Grande, Salgadinho, Arrombados e Olinda.[124]

Além do Mercado da Ribeira, do matadouro público, das cocheiras, dos engenhos, dos açougues e das peixarias anteriormente citadas, Olinda possuía outros estabelecimentos espalhados pelo município, mas principalmente localizados na cidade. Existiam, segundo documento da Câmara, cento e trinta e um estabelecimentos comerciais, assim como vinte e nove "indústrias".[125] Os estabelecimentos comerciais e "industriais" ficavam assim distribuídos, quando especificados os diversos ramos:

Tabela 9. Estabelecimentos Comerciais e Industriais

Comerciais	
Molhados	*115*
Açougues	*8*
Lojas de Fazendas e Miudezas	*3*
Boticas	*2*
Loja de Louça Fabricadas no País	*1*
Cocheiras	*2*
Total	**131**

Industriais	
Fornos de Queimar Cal	*15*
Lojas de Marcenaria	*3*
Loja de Funileiros	*2*
Padarias	*2*
Refriações	*2*
Fábricas de Charutos	*1*
Fábricas de Cigarros	*1*
Loja de Ourives	*1*
Loja de Alfaiates	*1*
Olaria	*1*
Total	**29**

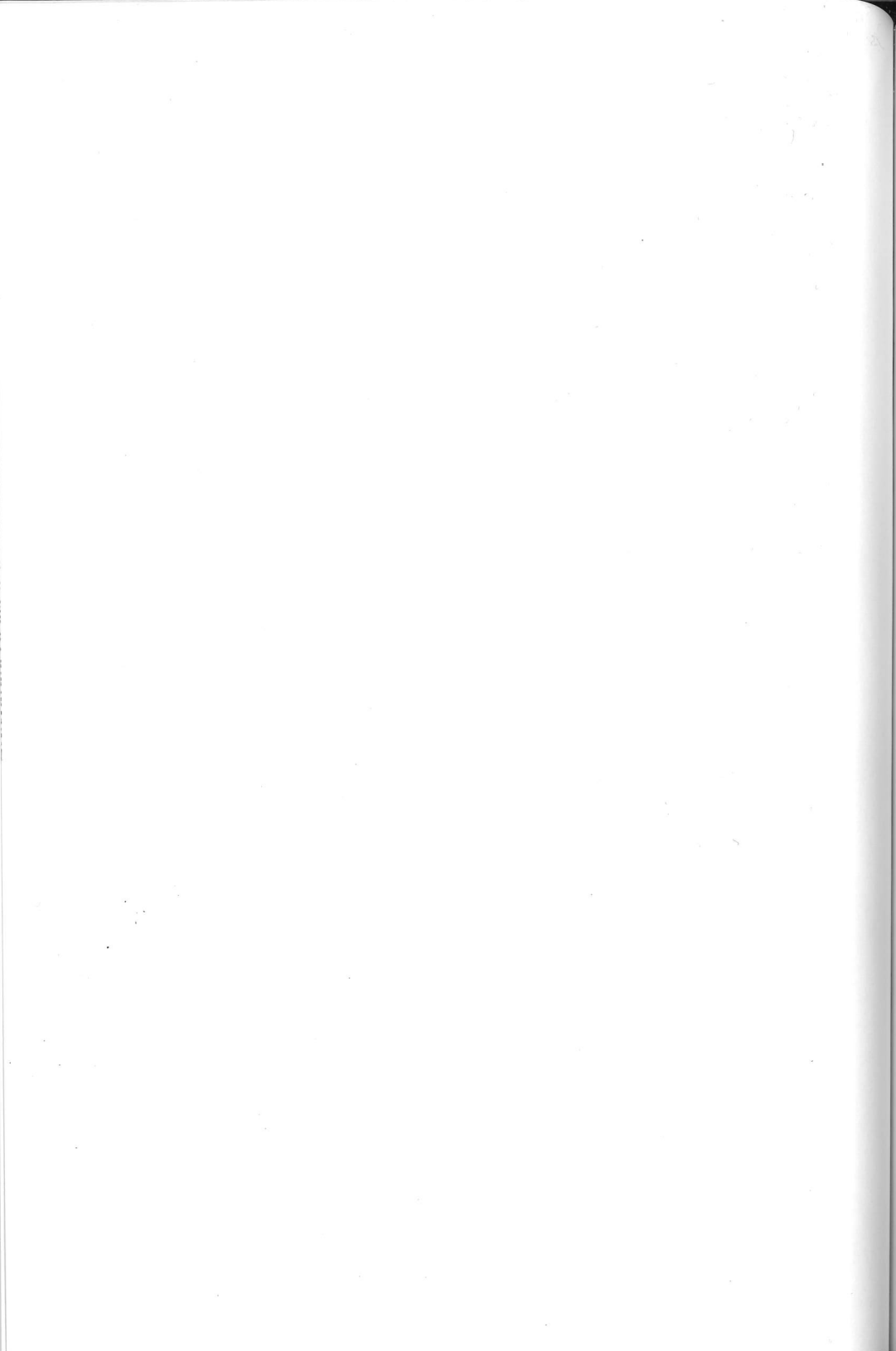
Fonte: Câmara Municipal de Olinda, 26 de Março de 1868

[124] Diario de Pernambuco, 19 de Outubro de 1870.
[125] CM – 56, Fl. 143, 26 de Março de 1868.

Outro estabelecimento nos chama a atenção nos documentos enviados pela Câmara ao Governo da Província, relatando o estado e as necessidades do município. Estamos nos referindo ao *Cemitério Público* que, apesar de se distanciar dos tipos de negócios acima listados, também se inseria como importante fonte de renda para os cofres "públicos", como demonstra o seguinte trecho: "O estado deste importante estabelecimento encarado pelo lado econômico é por demais satisfatório. Outro tanto porém não pode esta Câmara afirmar pelo lado material por que as obras desse estabelecimento ainda estão muito aquém do que devem ser".[126] Em 13 de janeiro de 1870, foi publicado no Diario de Pernambuco o número de sepultados no cemitério, durante o ano de 1869, demonstrando que tanto homens livres, quanto escravos eram enterrados lá. Neste ano, foram sepultados 175 pessoas livres e 13 cativos.[127]

Os alicerces, que davam suporte a vida material, passavam por diversos ramos que compunham a paisagem natural e social de então, permeados pelas relações de poder que não poderiam faltar; não apenas nas áreas mais rurais, como também em outros setores da vida econômica, como foi mostrado. Esses espaços de sobrevivência foram marcados pela interação dos mais diversos segmentos sociais, incluindo os livres – em condições diferentes de vida – e os escravos. Estes aparecem aqui e ali, em grandes e pequenas lavouras, na pesca, no artesanato e na fuga. Constantemente, a pequena população de cativos ora diminuía, ora aumentava, dependendo da origem dos fujões. Devido à diversidade do meio e, possivelmente, de outras tantas oportunidades oferecidas, Olinda atraía e dispersava gente, ou ainda, apresentava-se como *encruzilhada* imprecisa para aqueles que procuravam distanciar-se do cativeiro.

---

[126] CM – 49, Fls. 86-87, 26 de março de 1863.
[127] Diario de Pernambuco, 13 de janeiro de 1870.

2. O Cotidiano do Trabalho Escravo

> Os escravos eram capazes de trabalhar arduamente, e realmente o fizeram, como já haviam feito antes seus ancestrais africanos. A acusação de indolentes não se sustenta. Mas resistiram à uniformidade e à rotina, que vieram a ser condição *sine qua non* da sociedade industrial, que os senhores tentaram lhe impor, apesar de rejeitarem eles mesmos, em grande parte, a ética burguesa de trabalho.[1]

A partir da citação de Eugene Genovese, retirado de seu livro "A Terra Prometida", onde o autor analisa a vida dos escravos das *plantations* do sul dos Estados Unidos – principalmente no século XIX – podemos extrair importantes elementos que marcaram o cotidiano do trabalho escravo no qual analisaremos no decorrer deste capítulo. Isso porque, até os últimos momentos da escravidão no Brasil, os senhores buscaram arrancar, ao máximo, as possibilidades de ganhos sobre o trabalho servil ao qual muitos resistiram, até o final, a abandonar velhas práticas e costumes que estavam arraigados em seu dia-a-dia, como detentores do poder econômico e moral.

Na ótica dos senhores, os escravos eram "indolentes" e "despreparados" para um mundo de trabalho sem as rédeas costumeiras do cativeiro. Estes eram argumentos comuns entre aqueles que buscavam justificar a continuidade da escravidão. "Uniformidade" e "rotina", palavras que, apesar de fazerem parte, muitas vezes, do vocabulário senhorial, não traduziam os reais valores de uma sociedade ainda escravista e – no dizer de Genovese – pré-industrial, mesmo que possa ser dito que os cativos não eram a principal mão-de-obra reinante, como em Olinda. Contudo, estes estavam presentes no dia-a-dia de muitas casas, assim como nos mercados, nos rios, no artesanato, nas padarias, nas praias, etc.; mesmo que fossem um aqui, outro ali, possuíam papel fundamental na vida daqueles que buscaram preservar suas posses até não mais conseguirem mantê-los, por razões diversas.

O trabalho, que os escravos desempenharam nestes últimos anos da escravatura, possuía diversas faces. Já os ritmos, variaram de acordo com a diversidade do meio social e as relações que possuíam com a natureza. Assim,

---

[1] GENOVESE, Eugene D. *A Terra Prometida*: o mundo que os escravos criaram. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 467.

seria anacrônico pensarmos em uma rotina de trabalho regida de forma disciplinada pelo relógio, por mais que os senhores desejassem extorquir ao extremo a força produtiva de seus cativos. A "noção de trabalho", ao mesmo tempo compartilhada e interpretada de forma particular por senhores e por escravos, tinha, em comum, os valores ainda persistentes de uma sociedade "rural", "pré-burguesa" e, sobretudo, "pré-industrial".[2]

2.1. Aspectos gerais

A exploração do trabalho escravo não cessou ou muito menos diminuiu seu ritmo na segunda metade do século XIX, mesmo diante de uma conjuntura marcada pela crise do sistema servil e crescimento da mão-de-obra livre. Estamos aqui nos reportando não apenas à exploração de tipo "clássica", quando nos vem em mente as lavouras de café do sul ou grandes engenhos ainda em plena atividade, mas também demonstrar que o escravo, enquanto propriedade mesmo de poucos, continuou a ser, em grande parte deste período, a mão-de-obra preferencial entre os que precisavam da prestação de algum serviço. Ser proprietário de um escravo era um privilégio de poucos, mas sempre havia aqueles que alugavam seus cativos para os que deles necessitavam.

Neste ínterim, algumas questões ainda foram pouco analisadas se considerarmos outras realidades que não a do "sul" cafeeiro, que "sugou" boa parte dos escravos existentes nas regiões "decadentes" do "norte": açúcar em crise, tráfico interno e leis emancipacionistas, questões que muito determinaram os rumos tomados pela escravatura no país. Mas, de que forma esta conjuntura geral afetou o cotidiano dos escravos em realidades tão diversas daquelas há muito estudadas pela historiografia? Qual o impacto e os desdobramentos em regiões onde a escravidão era pouco expressiva, mas persistente até os últimos anos do sistema? Qual o papel do escravo em uma economia como a de Olinda, considerada decadente e de pouca representação na Província? Que relações os escravos construíram diante das pressões e discussões acerca de seu futuro?

Com isso, é importante pensarmos os desdobramentos de uma conjuntura geral que há muito vem sendo debatida pela historiografia, na qual, muitas vezes, os acontecimentos mais gerais acabam por minimizar os aspectos "miúdos" do cotidiano, principalmente se partirmos das lacunas existentes sobre realidades fora dos grandes centros econômicos. Dessa forma, *Capitalismo, Escravidão e Transição* podem ser considerados um importante trinômio que esteve presente em ampla discussão sobre os últimos anos da escravatura no qual o processo de emancipação do trabalho escravo teria sido

[2] Idem.

conduzido de forma *lenta, gradual* e *disciplinada* pelo Estado.[3] Os abolicionistas também tiveram papel destacado nessa discussão e, durante algum tempo na historiografia, estes foram os verdadeiros articuladores e reais agentes políticos desse processo. "A abolição foi uma revolução branca", diria Octavio Ianne.[4]

Nos últimos anos, a participação dos escravos, no processo, foi revista, percebendo-se o importante papel, por eles desempenhados, na derrocada do regime. Todavia, ainda se faz necessário tomar o mundo do trabalho escravo a partir de outras perspectivas, buscando romper com os resquícios de uma historiografia que pouco se deparou com os conflitos e contradições cotidianas, levando-nos a crer em uma transição linear da mão-de-obra escrava para a livre. É importante questionarmos a persistência da escravidão em meio às pressões impostas pelas Leis Emancipacionistas, assim como seus desdobramentos em regiões à margem do sistema agro-exportador e em áreas em que a posse de escravos em pequeno número, nos conduz a repensarmos as generalizações sobre o tema.

Dessa forma, levantamos alguns números sobre a escravidão em Olinda, extraídos do *Livro de Classificação dos Escravos de 1876*. Esta lista é resultante da obrigatoriedade em que os senhores - a partir de 1871, através da Lei 2040 - se achavam em matricular todos os seus cativos no respectivo município residente. Isso porque, a conhecida Lei do Ventre Livre não se resumia apenas a "libertar" os escravos nascidos a partir daquela data, pois criava um complexo sistema que visava emancipar, progressivamente, os outros cativos existentes. A lei previa a criação de um *Fundo de Emancipação*, destinado a libertar os escravos matriculados na lista especial de cada município; matrícula esta que deu origem as Listas de Classificação.[5]

Em Olinda não foi diferente. Quatro listas chegaram hoje em nossas mãos, referentes aos anos 1873, 1874, 1875 e 1876. Todavia, não pretendemos discutir acerca da aplicação da Lei em si, mas, na verdade, a partir das informações contidas na Lista, adentrar no cotidiano dos cativos. Devido à

---

[3] Cf.: CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional:* o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977; IANNI, Octavio. *As Metamorfoses do Escravo*. São Paulo: Hucitec; Curitiba : Scientia et Labor, 1988; e COSTA, Emilia Viotti da. *Da Monarquia a Republica*: momentos decisivos. São Paulo: Brasiliense, 1985.

[4] IANNI, op. cit.

[5] Sobre a "Matrícula Especial" dos Escravos e sua relação com a Lista de Classificação, ver: SLENES, Robert W. O que Rui Barbosa não Queimou: novas fontes para o estudo da escravidão no século XIX. In *Estudos Econômicos*. 13 (1): 117-149, Jan/Abr. 1983. Sobre a Lei do Ventre Livre e o Fundo de Emancipação, ver: CONRAD, Robert. *Os Últimos anos da Escravatura no Brasil:* 1850-1888. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978; VASCONCELOS, Sylvana Maria Brandão de. *Ventre Livre, mãe escrava:* a reforma social de 1871 em Pernambuco. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1996.

riqueza de detalhes, nos concentraremos, principalmente, na lista correspondente ao ano de 1876, por entender que esta traz uma maior compilação das informações contidas nas primeiras.[6] Isso porque, entre 1873 e 1876, a escravaria registrada sofreu inúmeras alterações, do tipo: venda, alforria, "mudança" e morte. E para realizar esta árdua tarefa de classificar e de atualizar as listas, era necessário formar um pequeno grupo de pessoas responsáveis pelo registro, denominado de *Junta de Qualificação*.

Os trabalhos da Junta de Olinda tiveram início em 16 de abril de 1873, encerrando em 31 de outubro do mesmo ano.[7] Nos anos que se seguiram, as autoridades responsáveis deram continuidade aos trabalhos, atualizando algumas informações contidas na lista de 1873, dando origem àquelas outras citadas anteriormente. E a de 1876 "fecha", a nosso ver, essas atualizações.

Com isso, evitamos trabalhar com uma massa de dados e informações incompatíveis com os nossos limites e objetivos. Na Lista de 1876, já encontramos importantes detalhes que iremos analisar neste capítulo, principalmente ao que concerne à profissão, à idade, ao pecúlio e a outros elementos do mundo do trabalho escravo. Quando necessário, retomaremos algumas questões que nos levam às listas anteriores.

Partindo então da Lista de 1876, encontramos, no primeiro olhar, 513 escravos matriculados, seguindo as orientações correspondentes à lei. No entanto, constatamos que o número de escravos matriculados era muito maior do que aqueles que se encontravam distribuídos nas primeiras colunas da Lista, onde várias informações eram acrescidas a seu nome, tais como: idade, cor, pessoas da famílias, valor, profissão, aptidão, moralidade e nome do senhor.

Isso porque, ao analisarmos a coluna correspondente a "Observações" – último campo da lista –, nos deparamos com outras tantas informações não só sobre o cativo matriculado, mas sobre casamento, família, pecúlio, fugas, etc. Mas o que queremos destacar, neste momento, é que quando um determinado cativo tivesse constituído família ou pelo menos casamento, apenas um integrante seria posto em destaque na Classificação, enquanto que os outros constariam como "pessoas da família", com algumas especificações nas "Observações".

Constatamos que, além dos 513 escravos matriculados, devemos acrescentar 141, correspondendo aos filhos menores de 21 anos e aos cônjuges, chegando à cifra de 654 cativos. Estes se encontravam dispostos de acordo com os critérios criados a partir de decretos referentes, especificamente, à

---

[6] Também não foi possível manusear o Livro de 1873, por não se encontrar em boas condições. Contudo, encontramos no trabalho de Luiz Delgado importantes informações acerca desta Lista, onde o autor descreveu as principais informações contidas no documento.

[7] DELGADO, Luiz. *Escravos em Olinda Sob a Lei Rio Branco*. Recife: Ministério da Educação e Cultura, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1967. p.14.

Classificação para o Fundo de Emancipação, importante para compreendermos algumas questões. O artigo 27 do regulamento, que visava orientar a classificação, determinava o seguinte:

> 1º. - Na libertação por famílias, preferirão:
>
> I - os cônjuges que forem escravos de diferentes senhores;
> II - os cônjuges que tiverem filhos nascidos livres em virtude da lei e menores de oito anos;
> III - os cônjuges que tiverem filhos livres menores de 21 anos;
> IV - os cônjuges com filhos menores escravos;
> V - as mães com filhos menores escravos;
> VI - os cônjuges sem filhos menores.
>
> 2º. - Na libertação por indivíduos, preferirão:
> I - a mãe ou pai com filhos livres;
> II - os de 12 a 50 anos de idade, começando pelos mais moços do sexo feminino e pelos mais velhos do sexo masculino.[8]

Estes critérios deveriam determinar as "preferências" dispostas na lista especial organizada pelas autoridades locais que compunham as Juntas de Qualificação. Entre estes, proprietários de escravos da região. A partir da lista citada, encontramos os seguintes números referentes aos escravos agrupados segundo a idade. Contudo, devemos alertar que, neste capítulo, trabalharemos apenas com 637 cativos, pois não incluímos nessa primeira análise 17 escravos que não tiveram suas idades declaradas.[9] Com isso, destacamos os seguintes números abaixo:

Tabela 10. Número de Escravos Segundo Idade

Até 7 anos	*8 a 14 anos*	*15 a 40 anos*	*41 a 50 anos*	*51 e mais*	*Total*
60	117	318	101	41	637
9,4%	18,4%	49,9%	15,9%	6,4%	

Fonte: Livro de Classificação dos Escravos de Olinda - 1876

Considerando os números acima, constatamos que aproximadamente 50% da população escrava de Olinda era composta por cativos no auge da

---

[8] DELGADO, op.cit. p. 13.
[9] No Capítulo 3, onde abordaremos a questão da posse de escravos, incluiremos todos os escravos encontrados na Lista, ou seja, 654 cativos.

produtividade, ou seja, entre 15 e 40 anos de idade. Estes escravos compunham um universo ocupacional diverso, mas se concentravam, como veremos mais adiante, no serviço doméstico e na agricultura. Apesar de muitos trabalhos definirem as idades produtivas até 40 anos, agrupando os demais a partir dos 41 em diante, achamos importante destacar os escravos que possuíam até 50 anos, por considerar que estes representavam um número significativo no conjunto da escravaria. Na verdade, como será visto mais adiante, os senhores usufruíam do trabalho escravo até não mais conseguirem extrair a força vital de suas posses.

Todavia, consideramos que esta delimitação das idades nos ajuda a entender melhor a proporção de cativos empregados no "ápice" de sua força produtiva, necessária na execução da dura jornada exigida pelos senhores, já que, desde muito cedo até os últimos sinais de esgotamento das forças, o trabalho escravo era extorquido de acordo com os interesses de cada senhor.

Comparando alguns pontos da tabela anterior, observamos que os mais jovens, entre 2 e 14 anos, juntos somavam 177 escravos, representando 27,7% do total, número mais elevado em comparação aos mais velhos, entre 41 e 70 anos, que chegavam a 142, ou 22,2%. Se considerarmos ainda o número de crianças nascidas sob a "proteção" da Lei do Ventre Livre aos primeiros – os chamados "ingênuos", que somavam 37 –, o número se eleva para 214, ou 33,5%. Ou seja, os senhores de Olinda teriam em seu poder uma porcentagem razoável de cativos jovens para o trabalho futuro, preparados desde cedo para as atividades cotidianas.

Pelas peculiaridades e poucos estudos que se referem às duas categorias que ocupam partes opostas da tabela (crianças e velhos), decidimos analisá-las a parte, neste capítulo, e em um momento oportuno. Os mais jovens (8 a 14 anos) também serão enquadrados com estes. Seguindo na análise dos dados, ao reagruparmos os cativos, segundo idade e sexo, encontramos os seguintes dados abaixo:

Tabela 11. Número de Escravos Segundo Sexo e Idade

Homens					
Até 7 anos	**8 a 14 anos**	**15 a 40 anos**	**41 a 50 anos**	**51 anos e mais**	**Total**
36	70	140	64	21	331
10,9%	21,1%	42,3%	19,3%	6,4%	52,0%
Mulheres					
Até 7 anos	**8 a 14 anos**	**15 a 40 anos**	**41 a 50 anos**	**51 anos e mais**	**Total**
24	47	178	37	20	306
7,8%	15,4%	58,2%	12,1%	6,5%	48,0%

Fonte: Livro de Classificação dos Escravos de Olinda – 1876

Em números gerais, percebemos um grande equilíbrio entre homens e mulheres que compunham a escravidão em Olinda, com relativa predominância masculina. Todavia, ao destacar os cativos entre 15 e 40 anos, considerada a fase mais produtiva, observamos que as escravas ocupavam um papel destacado na escravatura de então, superando o número de homens nesta faixa etária. Mas, se tomarmos ainda todos os escravos até os 40 anos, os cativos do sexo masculino chegariam a 246 e as mulheres a 249, tornando a equilibrar-se. Isso demonstra também – como já havíamos mencionado – que uma porcentagem significativa de cativos, capaz de trabalhar e de renovar os plantéis, chegava à cifra de 495 escravos, ou 77,7%, entre homens e mulheres.

Percebemos, então, que, apesar das forças econômicas e políticas conseguirem abalar de forma contundente a escravidão enquanto força produtiva, os valores da sociedade pouco avançaram no que diz respeito à mentalidade senhorial e a seus alicerces morais e ideológicos. Robert Slenes e Roberto Carvalho de Mello, por exemplo, ao analisarem a "economia da escravidão no Brasil", evidenciaram que:

> [...] Diferindo de outros ativos econômicos pela sua natureza humana, os escravos sempre foram tratados – tanto na elaboração quanto no cumprimento da lei – como uma forma peculiar de propriedade em que razões de ordem emocional sempre interferiram e influenciaram bastante as decisões de ordem puramente econômica.[10]

Slenes e Mello evidenciam – mesmo tratando-se de um estudo sobre a "natureza econômica da escravidão" –, que "os escravos teimavam em não se comportar como bens desprovidos de vontade própria", pois não faltam exemplos de formas diversas de resistência no cotidiano de suas vidas, fossem elas "passivas" ou "ativas", de acordo com cada circunstância vivida.[11]

Tomando como referência alguns trabalhos sobre a escravidão no nordeste, como o estudo de Jalila Ribeiro sobre o Maranhão, observamos que o número de escravos e de escravas, no geral, também apresentava certo equilíbrio, como em Olinda, representando 48,8% para os homens e 51,2% para as mulheres, mas, sem dúvida, com presença marcante destas. Os escravos, entre 15 e 40 anos, representavam 47,2% da população total, ou seja, em idade

[10] MELLO, Pedro de Carvalho de; SLENES, Robert W. A Natureza Econômica da Escravidão. In NEUHAUS, Paulo (org.). *Economia Brasileira*: uma visão histórica. Rio de Janeiro: Campus, 1980. p. 90.

[11] Idem.

produtiva.[12] Em outro estudo sobre o nordeste, referente ao Ceará, novamente os números demonstram que não havia uma predominância significativa das mulheres, que chegavam a 53% dos cativos, mantendo-se certo equilíbrio entre escravos e escravas, não ocorrendo grandes disparidades entre eles.[13] A relativa superioridade das mulheres também pode ser observada na Paraíba, segundo o estudo de Diana S. de Galliza.[14]

Talvez, de forma geral, esta crença na força masculina predominasse em alguns setores da sociedade escravista, mas, na realidade, muitos foram aqueles que exploraram, de forma intensiva, a mão-de-obra feminina, como bem demonstram trabalhos como de Maria Odila, Sandra Grahan, Maciel Silva, entre outros.[15] A idéia de *plantation* regida por uma grande quantidade de escravos ainda paira sobre nossa visão acerca do sistema escravista. Contudo, homens, mulheres, crianças e velhos possuíam papéis econômicos e sociais que foram moldados de acordo com os interesses e as realidades nas quais estavam inseridos. Todos tinham lugar no complexo sistema de exploração servil.

2.2. O mundo do trabalho

> O padrão de trabalho sempre alternava momentos de atividade intensa e de ociosidade quando os homens detinham o controle de sua vida produtiva. (o padrão persiste ainda hoje entre os autônomos – artistas, escritores, pequenos agricultores e talvez estudantes – e propõe a questão de saber se não é um ritmo 'natural' de trabalho humano.[16]

É importante termos em mente que a realidade a qual nos propomos analisar era bem diversa da que vivenciamos em nosso dia-a-dia. Em uma

---

[12] RIBEIRO, Jalila Ayoub Jorge. *A Desagregação do Sistema Escravista no Maranhão 1850-1888*. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1983. pp. 46-47.

[13] SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. *O Declínio da Escravidão no Ceará*. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1988, p.127.

[14] GALLIZA, Diana Soares de. *O Declínio da Escravidão na Paraíba, 1850-1888*. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1977.

[15] GRAHAN, Sandra Lauderdale. *Proteção e Obediência*: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910. São Paulo: Companhia das Letras, 1992; DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995; SILVA, Maciel Henrique Carneiro da. *Pretas de Honra*: trabalho, cotidiano e representações de vendeiras e criadas no Recife do Século XIX (1840-1870). Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004. Cf. também: LIBBY, Douglas Cole (Org.); FURTADO, Júnia Ferreira (Org.). *Trabalho Livre, Trabalho Escravo*: Brasil e Europa, séculos XVII e XIX. São Paulo: Annablume, 2006.

[16] THOMPSON, op. cit. p. 282.

sociedade regida pelo mercado, o relógio coordena todos os atos desempenhados no decorrer de um dia. O trabalho – maior referencial da vida cotidiana atual – é controlado, fiscalizado e doutrinado pela lógica dos "tempos modernos". Em contraposição a esta idéia de sociedade racionalizada pelo capitalismo, Thompson nos apresenta uma questão, da qual nos apropriaremos aqui, um tanto interessante para pensarmos a vida dos escravos nestes últimos anos da escravatura. Que ritmos de trabalho os escravos seguiam diante das pressões e dos diferentes níveis de exploração senhorial nestes últimos tempos da escravidão?

Estes ritmos "naturais", sem dúvida, estavam relacionados às práticas cotidianas nas quais os escravos se ocupavam, de acordo com as negociações e os conflitos que regiam seu dia-a-dia. Talvez aqui possamos arriscar a idéia de que estes cativos regessem seu dia através de uma "orientação pelas tarefas", pois esta seria "a orientação mais eficaz nas sociedades camponesas, e continua a ser importante nas atividades domésticas e dos vilarejos".[17] Contudo, como poderemos observar na tabela a seguir, alguns escravos também poderiam ser encontrados nas atividades que a "disciplina" e a "regularidade" do relógio exigissem um pouco mais de "uniformidade" ao trabalho desempenhado por eles, a exemplo dos que eram empregados nas padarias e nas olarias. Ao mesmo tempo no qual podemos observar que grande parte das ocupações destes cativos exigia outras referências de tempo, melhor compreendidas se observadas em suas particularidades.

Tabela 12. Número de Escravos Segundo a Profissão

Profissão	*Número*	*Profissão*	*Número*
Serviço Doméstico	176	Carpina	3
Agricultores	149	Carreiro	3
Cozinheira (o)	43	Padeiro	2
Engomadeira	16	Alfaiate	2
Costureira	12	Marcineiro	2
Ganhador	11	Jornaleiro	2
Canoeiro	10	Fiadeira	1
Lavadeira	9	Oleiro	1
Quitandeira (o)	9	Pescador	1
Sapateiro	6	Copeiro	1
Bolieiro	4	Pedreiro	1
Total		**464**	

Fonte: Livro de Classificação dos Escravos de Olinda – 1876

[17] Idem, p. 271.

Nesta tabela se encontram todas as profissões desempenhadas pelos cativos de Olinda matriculados na Lista de 1876. Outros 49 escravos foram matriculados sem especificação de atividade desempenhada, representando apenas 9,5% do total dos 513 matriculados.[18] A partir da tabela anterior, constatamos a forte presença dos cativos classificados como "serviço doméstico" , representando aproximadamente 38% do total com profissão declarada, seguida de agricultores, com 32,1%. No entanto, é importante destacar que "o escravo urbano nem sempre é tão especializado em seu trabalho quanto quer a tradição [...]", como bem colocou Kátia Queiroz Mattoso. A autora afirma ainda que "o escravo doméstico transforma-se facilmente em escravo 'ganha-pão' à vontade de seu senhor, em escravo que vende fora de casa sua engenhosidade, sua mercadoria, a força de seus braços. O escravo da cidade é eclético [...]. Estes vendem sua competência, se o mercado o requer".[19]

Ao mesmo tempo em que a rotatividade ocupacional do escravo estava condicionada aos mandos do senhor, sem dúvida, alguns cativos valiam mais por apresentarem habilidades diferenciadas e melhor requisitadas de acordo com a dinâmica na qual se encontravam. Especialização, necessidades do mercado e concorrência com outros cativos e mesmo com os livres levaram muitos senhores e requerentes - ou seja, aqueles que desejavam alugá-los - a valorizar mais os que melhor se enquadrassem para o serviço desejado. Além do que, determinados serviços exigiam dos cativos alto grau de conhecimento específico, principalmente em um período onde o crescimento da mão-de-obra livre buscava seu espaço em atividades antes majoritariamente dominadas por escravos.

Para melhor visualizarmos o "mundo do trabalho" escravo e suas relações com a realidade que os cercava, dividimos este universo em quatro agrupamentos gerais: *portas adentro*, *portas a fora*, *agricultura* e *artesanato*. Assim, as várias ocupações profissionais poderão ser melhor contempladas em nossa análise de forma mais detalhada. Mas, retornando à questão sugerida por Thompson, quando afirma que "o padrão de trabalho sempre alternava momentos de atividade intensa e de ociosidade quando os homens detinham o *controle de sua vida produtiva*", nos perguntamos se seria possível pensarmos esta dinâmica para os escravos aqui estudados. Evidentemente, à primeira vista, os cativos não tinham "o controle de sua vida produtiva", já que estavam presos a uma trama complexa de exploração e violência diária. Ao mesmo tempo,

[18] Estes dados referentes a profissão se encontram nas informações sobre os escravos *matriculados* na tabela principal, já que os demais que constam nas "Observações" não apresentam - com exceção de uma engomadeira e de uma costureira - ocupação declarada, pois a exigência recaía apenas aos primeiros.

[19] MATTOSO, Kátia Queiroz. *Ser Escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 140.

devemos pensar este cotidiano como espaços construídos pelos escravos na execução de suas tarefas, alternando momentos de pleno trabalho, lazer e ociosidade. Segundo Marcus carvalho:

> O sistema escravista penetra em todos os poros da cidade, da rua ao quarto de dormir. Não obstante, era modificado pelas estruturas urbanas. A escravidão adaptava-se para que pudesse continuar existindo. O calcanhar de Aquiles aqui era o desempenho de atividades que exigiam uma grande liberdade de movimento dos cativos. Essa mobilidade era a fonte de uma série de desdobramentos. Até mesmo porque sempre houve uma linha móvel entre o que era permitido aos escravos fazerem, e aquilo que eles faziam de qualquer maneira.[20]

A partir desta perspectiva, os cativos possuíam, de acordo com as atividades desempenhadas, algum controle sobre o tempo de trabalho, do lazer e outras manifestações que contrariam as visões clássicas de um cativeiro castrador da humanidade dos escravos – apesar de não desconsiderarmos as malhas opressivas e a violência cotidiana nestes tempos de grandes transformações da mão-de-obra. Vejamos agora como os escravos de Olinda se apresentavam de acordo com o primeiro agrupamento proposto:

Tabela 13. Escravos de Portas Adentro

Ocupação	*Nº*
Serviço Doméstico	176
Cozinheira (o)	43
Engomadeira	16
Costureira	12
Copeiro	1
Total	**248**

Fonte: Livro de Classificação dos Escravos de Olinda – 1876

Acima encontramos os escravos que, de modo geral, eram empregados no serviço doméstico, correspondendo a 53,4% dos cativos de Olinda. Contudo, devemos frisar que, em muitos lares, era comum a produção de gêneros que abasteciam o mercado local em conseqüência dos poucos estabelecimentos comerciais capazes de suprir as necessidades da população, possibilitando-nos afirmar que muitos desses cativos – principalmente cativas –

[20] CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade*: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2001. p. 257.

poderiam ser empregados na produção de doces, de alimentos e até de pequenas oficinas de roupas e etc.

Todavia, apesar desta distinção inicial entre as atividades exercidas pelos cativos, já foi colocado que nem sempre o trabalho do escravo é tão especializado. Segundo Maciel Silva, em seu estudo sobre "Trabalho, Cotidiano e Representações de Vendeiras e Criadas no Recife do século XIX":

> [...] o universo espacial de algumas domésticas era bem mais amplo do que os cômodos da casa. Havia aquelas que exerciam ao mesmo tempo ofícios de *portas adentro* e de *portas a fora*. Alguns anunciantes na imprensa pernambucana desejavam alugar 'pretas' que soubessem engomar, cozinhar e ainda comprar na rua.[21]

Antes de adentrarmos neste universo do trabalho doméstico, é importante destacarmos que não apenas as mulheres estavam presentes no exercício destas atividades. As cativas representavam 74,6% neste ofício, enquanto os cativos 25,4%, como pode ser visualizado na tabela abaixo:

Tabela 14. Número de Escravos Ocupados em Atividades Domésticas

Atividade	*Mulheres*	*Homens*
Serviço Doméstico	118	58
Cozinheiras (o)	39	4
Copeiro	-	1
Engomadeiras	16	-
Costureiras	12	-
Total	*185*	*63*

Fonte: Livro de Classificação dos Escravos de Olinda – 1876

Apesar das mulheres ocuparem lugar de destaque nas atividades referentes a casa, os homens também eram empregados em tais serviços, inclusive como cozinheiros, atividade esta dominada majoritariamente pelas cativas, como demonstra a tabela acima. No entanto, como a historiografia já havia demonstrado, a escrava era preferencialmente ocupada com o serviço doméstico, enquanto que os homens tinham suas forças direcionadas ao trabalho de *ganho*.[22]

---

[21] SILVA, Maciel, op. cit. pp. 89-90.

[22] DIAS, op. cit. p. 131; SOARES, Cecília Moreira. As Ganhadeiras: mulher e resistência negra. *Revista Afro-Ásia*, nº. 17, 1996, pp. 107-108.

Mas, primeiramente, destacaremos a atividade desempenhada pelas cativas (e cativos) no tocante à *cozinha*. Isso porque – lembrando aqui as palavras de Sandra Grahan – "dentro da casa, o trabalho se dava à volta da cozinha".[23] Sobre essa questão, Luce Giard já havia destacado a "sucessão de gestos e de passos, repetidos, obrigatórios", que cercam as práticas cotidianas em torno das "artes de nutrir". Atividade esta que não se resumia às funções específicas dentro dos limites físicos da cozinha. Era preciso ir à rua, ao mercado, às vendas, às fontes de água. Tarefas que exigiam ora "dentro", ora "fora", e recomeçar tudo no dia seguinte.[24] Tudo isso entre ladeiras mal conservadas, caminhos precários, abastecimento de água deficiente. Cativos iam e vinham no cumprimento de seus serviços de casa, mas, diversas vezes, não voltavam ou, pelo menos, não no tempo determinado pelo senhor.

Este dia-a-dia, regido pelas necessidades exigidas para o desempenho da atividade – ainda mais próximo do olhar vigilante do senhor –, requeria do cativo competências bastante complexas, não apenas físicas, mas também mentais. Lidar com equipamentos variados, com o tempo de cozimento, conhecimentos de forno e fogão, controle de mantimentos, exigiam força e habilidades alcançados com muito trabalho. Segundo Maciel Silva, devido ao cotidiano exaustivo e muitas vezes insalubre das cozinhas, as cozinheiras "[...] talvez, de todas as criadas, sejam as que mais trabalhavam, dependendo das circunstâncias específicas em que fossem engajadas".[25]

Ao mesmo tempo em que nos deparamos com este alto grau de especialização dos escravos de Olinda, devemos frisar que muitos cativos eram empregados de acordo com os interesses de seu senhor. No caso dos que eram oferecidos para o aluguel, muitas vezes exigia-se que acumulassem funções, tais como: cozinhar, engomar, lavar, costurar, comprar.[26] Talvez isso explique o número significativo de escravos classificados simplesmente como "serviço doméstico". Estes – que chegavam a 176, entre homens e mulheres, representando 38% dos 464 com profissão declarada – possivelmente acumulavam as diversas funções necessárias para um bom funcionamento de uma casa. E, se cativo de um pequeno plantel – ou mesmo única posse – suas funções deveriam ser ainda mais variadas e exaustivas, e em constante mutação, exercendo atividades ora fora, ora dentro dos alicerces senhoriais. Lembremos que, em Olinda, o número de senhores era bastante reduzido (que chegavam a 197), tornando o escravo um bem muito valioso no cotidiano da casa ou da

---

[23] GRAHAN, op. cit. p.45.

[24] GIARD, Luce. Artes de Nutrir. In: CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano*: 2. morar, cozinhar. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 269.

[25] SILVA, Maciel. op.cit. p. 256.

[26] Idem, p. 247.

renda de seu senhor. Era necessário usufruir de suas forças nas mais diferentes formas e espaços.

Esta mobilidade entre a casa e a rua, possivelmente, era a realidade da maioria dos cativos existentes em Olinda. Como já havíamos afirmado, o trabalho doméstico exigia do escravo idas e vindas entre os espaços existentes entre o cativeiro e a liberdade. Segundo Maciel Silva:

> [...] a reconhecida reclusão feminina dos tempos patriarcais, notada por viajantes europeus, não é uma condição que se deva atribuir às mulheres escravas, forras e livres pobres. A presença destas no meio urbano se dá, sobretudo, como um imperativo de busca pela sobrevivência, pela condição básica de exercício de seus ofícios; essas circunstâncias conferem a estas mulheres uma presença que está basicamente - mas não totalmente - vinculada à atividade do trabalho.[27]

Evidentemente, os cativos também poderiam sofrer com a reclusão de acordo com o interesse de cada senhor, principalmente as mulheres "protegidas" dos perigos das ruas e destinadas ao convívio mais íntimo com as rotinas da casa. Atividades como *Engomadeira* e *Costureira*, apesar de pertencerem ao grupo de *portas adentro*, muitas vezes estavam associadas a outras ocupações, pois estas poderiam integrar não apenas ao "lar", no qual se encontrava seu senhor, mas também, às empregadas no serviço de ganho, principalmente nestes tempos em que a mão-de-obra cativa se escasseava. Ou seja, *portas adentro*, mas de casa em casa, ou mesmo acumulando funções como engomadeira/costureira/lavadeira. Estes ofícios eram muitas vezes realizados de forma integrada, pois poucos requerentes poderiam alugar o serviço de várias escravas, ou mesmo os senhores que possuíam um número reduzido de cativos, os empregando em múltiplas funções.[28]

Eram atividades que exigiam conhecimentos e cuidados especiais por parte dos escravos, principalmente quando acumulavam funções necessariamente interligadas, como engomar e lavar. Novamente aqui destacamos os equipamentos e os materiais utilizados nesta atividade, onde qualquer desatenção poderia levar o escravo a estragar uma peça de roupa da senhora ou da patroa.

Outra atividade a destacar é a de *Costureira* que somava 12 cativas. Poucos senhores poderiam ter o luxo de possuírem uma escrava dedicada apenas ao serviço de costura, pois, como já mencionamos, o mais comum era

---

[27] SILVA, Maciel, op. cit. p. 60.
[28] Idem, p.256.

associar os ofícios correlatos. Talvez este destaque na hora da classificação se deu pelo fato destas cativas serem empregadas no serviço de ganho, ou ser este o ofício que melhor desempenhasse, ajudando nos concertos das roupas da casa ou até empregadas como ajudantes de lojas de roupas. Mulheres viúvas ou solteiras, muitas vezes, trabalhavam juntas as suas escravas para garantir uma maior produtividade e, assim, garantir o seu sustento.[29]

É importante destacarmos que existiam em Olinda três *Lojas de Fazendas e Miudezas*, além de uma *Loja de Alfaiates*. E segundo Sandra Grahan, apesar das costureiras exercerem suas atividades em várias casas, "alguns lares, contudo, continuaram a querer uma criada cuja tarefa principal era costurar [...]".[30] Poderiam também ter aprendido seu ofício com uma senhora dedicada a tal atividade, trabalhando juntas na própria residência. Eram muitas as opções para se explorar uma escrava especializada. Vejamos agora o universo de *portas a fora*:

Tabela 15. Número de Escravos Ocupados Portas a Fora

Profissão	*Quantidade*
Ganhadores	11
Canoeiros	10
Lavadeiras	9
Quitandeiras	9
Bolieiro	4
Carreiro	3
Jornaleiros	2
Pescadores	1
Total	*49*

Fonte: Livro de Classificação dos Escravos de Olinda – 1876

Neste grupo, composto por 10,5% dos escravos de Olinda, observamos que 31 (ou 63,3%) cativos são homens, enquanto que as mulheres somam 18 (ou 36,7%). Em relação aos escravos do sexo masculino, constatamos também uma maior diversificação dos ofícios, ao mesmo tempo em que as mulheres concentram-se em atividades dominadas tradicionalmente pelas cativas, como a lavagem de roupas e a venda nas ruas. Os homens, classificados simplesmente como *ganhadores*, poderiam ser empregados nas mais diversas ocupações, alugando-se a partir das necessidades do mercado. Fica evidente que estes onze escravos – juntamente com os dois jornaleiros – foram

---

[29] Cf.: DIAS, op. cit.

[30] GRAHAN, op. cit. p.51.

listados categoricamente como cativos destinados à obtenção de renda para os seus senhores.

Todos os escravos, que compõem este grupo, destacam-se por apresentar uma grande mobilidade espacial entre os diferentes espaços de Olinda, assim como das regiões circunvizinhas. *Ganhadores*, *Canoeiros*, *Lavadeiras e Quitandeiras*, estas são as atividades que mais se destacam não apenas em número neste grupo, mas em mobilidade e em autonomia de que o cativo gozava distante de seu senhor. Além destes, os *carreiros* e os *bolieiros* também poderiam usufruir de certa liberdade, dependendo das circunstâncias em que guiavam seus carros, transportando produtos ou mesmo os senhores, de um lado para o outro. Sobre os ganhadores, Reis afirma que:

> As relações escravistas na cidade se caracterizavam pelo sistema de 'ganho'. O escravo ganhador era obrigado a dar ao senhor, a cada dia ou semana, uma quantia previamente acertada. 'Pagar a semana', como rezavam os documentos, era um acerto mais comum.[31]

Dessa forma, esta talvez seja a categoria que mais se caracteriza pela autonomia, alcançando maior mobilidade que outros cativos não usufruíam, pois viviam mais distantes do olhar vigilante do senhor. Outro exemplo de movimentação entre os homens era a atividade de *canoeiro*, que se dedicava ao transporte tanto de pessoas, quanto de mercadorias, quando não de fugitivos que buscavam se distanciar da escravidão através das águas dos rios que ligavam as diversas regiões de Olinda e arrabaldes. Possivelmente, antes da criação da Companhia do Beberibe, estes negros canoeiros possuíam maior destaque na paisagem que interligava as duas cidades "irmãs", devido ao abastecimento de água.

Mas, apesar de encontrarmos apenas 10 cativos classificados como canoeiros, outros deveriam ainda dedicar-se a este ofício, tão importante no dia-a-dia de quem não podia se dar ao luxo de ingressar em outras formas de transporte, como os *ônibus* e, a partir da década de 1870, as *Maxambombas*, que ligavam Olinda a Recife e a Beberibe, através dos trilhos urbanos. Libertos e livres também se ocupavam em tal atividade, como demonstra o anúncio retirado do Diario de Pernambuco de 1870, afirmando que: "Os canoeiros da estação do Varadouro, em Olinda, festejam no domingo [...] sua padroeira N.S.

---

31 REIS, João José. *Rebelião Escrava no Brasil*: a historia do levante dos malês, 1835. São Paulo: Brasiliense, 1986, p.351.

do Rosário, com o brilhantismo do costume, para o que nada tem poupado [...]".[32]

Os Canoeiros prometiam ainda, além dos rituais tradicionais cristãos, a queima de "um lindo fogo de artifício", ao término do evento. Fica claro, para nós, a presença destes trabalhadores entre as águas que cortavam Olinda e regiões vizinhas, composto por livres, libertos e escravos, que buscavam sua sobrevivência ou serviam a algum patrão. Mas, voltemos agora ao universo das cativas. Do grupo referente a *portas a fora*, as *lavadeiras*, associadas principalmente com o ofício de engomar, são as que maior relação podemos traçar com o serviço doméstico o qual apresentamos anteriormente. Segundo Sandra Grahan, "a lavagem de roupa era uma das principais ocupações na organização de qualquer lar [...]. Lavar, alvejar, secar e passar consumiam a maior parte das muitas horas de trabalho doméstico".[33]

As lavadeiras, em Olinda, somavam apenas nove, mas, devido à demanda do mercado ou mesmo das necessidades básicas da casa, possivelmente este serviço estivesse incluído no cotidiano das muitas cativas empregadas na atividade doméstica. E o rio Beberibe estava ali, bem nas proximidades da cidade, principal espaço de trabalho e interação entre as lavadeiras de várias localidades, inclusive do Recife. Rios mais próximos, lagoas, chafarizes públicos e outras fontes também eram locais onde as escravas interagiam com outras mulheres de mesma condição social, como também com outros segmentos, como as livres pobres e as libertas.

Nestas interações, conversas, brigas e lazer se misturavam, onde informações preciosas, sobre as práticas da lavagem ou intrigas sobre um senhor, contribuíam para tecer as tão importantes malhas de solidariedades. Estas lavadeiras alcançavam importantes espaços de mobilidade e autonomia, pois lhes era permitido e necessário ir e vir entre os logradouros públicos em busca de fontes de água, ou ainda mais distante, nos rios que melhor facilitavam o serviço. Maciel Silva compara a mobilidade das lavadeiras à das vendeiras, pois "circulavam mais facilmente pelas ruas, ao saírem dos bairros centrais para os arrabaldes, e retornarem com a roupa limpa".[34] Entre estas vendeiras, encontramos, na lista, as chamadas *Quitandeiras*, que somavam também nove. Segundo Maria Odila Dias, a expressão quitandeira, "nos documentos oficiais, era imprecisa quanto à conotação social, pois, como tal, aparecem senhoras, escravas e negras forras, percorrendo toda a hierarquia social do pequeno comércio urbano".[35] Ainda sobre o tema, João José Reis afirma que:

---

[32] Diario de Pernambuco, 07 de outubro de 1870.
[33] GRAHAN,op. cit. p. 54.
[34] SILVA, Maciel, op. cit. p. 83.
[35] DIAS, p.77.

> A maioria das mulheres escravas empregavam-se no serviço doméstico ou em ocupações correlatas, como costureiras, lavadeiras e cozinheiras, mas em bom número também trabalhava como ganhadeiras. Segundo uma tradição africana, o pequeno comércio de rua era quase completamente dominado por elas, fossem escravas ou libertas. [36]

Nas quitandas – pequenas vendas e barracas espalhadas pela cidade ou reunidas em pontos estratégicos – vendia-se de tudo, mas, sobretudo comida, além de tecidos e miudezas. As negras de tabuleiro, "que podiam ser fixos em pontos das ruas ou carregados na cabeça", ofereciam os mais diversos produtos, desde alimentos a objetos de uso caseiro.[37] Nestas andanças, as escravas vendeiras acabavam por coexistir com os mais diversos segmentos sociais da comunidade, assim como das redondezas. Em meio ao comércio ambulante e a pobreza, os setores mais excluídos da sociedade escravista se encontravam, mas sem necessariamente romper com as hierarquias há muito enraizadas.

Na circulação pela sobrevivência e pelo cumprimento dos acordos firmados com o senhor, as escravas quitandeiras alcançavam grande espaço de mobilidade, em busca dos melhores pontos para a venda de seus produtos. Estas atividades de maior movimentação, como lavar roupa ou vender nas ruas, "eram formas de trabalho difíceis de controlar",[38] diferentemente dos escravos que eram empregados no serviço doméstico, como cozinheiras e costureiras, apesar de demonstrarmos que as primeiras poderiam, de acordo com as necessidades diárias e circunstâncias específicas, romper as barreiras da vigilância da casa.

Mas esta mobilidade entre as ruas, os becos, as festas e as praias também possuía seus riscos. Na verdade, o cotidiano da mulher escrava – muito mais que o dos homens – era repleto de perigos que poderiam estar bem próximos (pelo assédio do senhor) ou resultantes da atividade que exerciam em áreas pouco seguras, ou mesmo em horas não indicadas a sua permanência nas ruas. Sobre estes perigos, Sandra Grahan afirma que "o ponto de vista predominante esposava a opinião de que as ruas e praças públicas eram locais arriscados, onde os perigos podiam ser físicos, e portanto tangíveis e 'reais', ou sociais, e portanto observáveis ou 'supostos'".[39]

---

[36] REIS, op. cit. p. 353.
[37] SOARES, op. cit. p. 64.
[38] DIAS, op. cit. p. 126.
[39] GRAHAN, op. cit. p. 57.

Em relação à mulher cativa, seu dia-a-dia estava inserido em um campo perigoso, em que a violência e a busca de sobrevivência estavam interligadas. Muitas vezes, "encontros íntimos" poderiam ao mesmo tempo ser buscados pelas escravas, na tentativa de alcançar privilégios ou simplesmente sobreviver, ou repelidos através de fugas e de outras formas de reação.

As tensões também levavam os escravos a tentarem romper ou pelo menos usufruir de pinceladas de liberdade. O ganhador Antonio, de 20 anos, teria fugido em 1863, mas foi preso e levado à Casa de Detenção do Recife. Já a preta Bonifácia, de 45 anos, teria fugido em 29 de dezembro de 1867, anunciada pelo Diario de Pernambuco por seu senhor. Segundo este, "pelo tempo de festa, tem de costume ausentar-se para andar vendendo frutas pelos afogados, e outras por Olinda".[40] A mobilidade do ganhador e da vendeira tiveram destinos e, aparentemente, futuros diferentes, mas trazem em seu cerne as possibilidades de movimentação característica de seus ofícios. Destino diferente teve também o escravo Eugenio, canoeiro de 45 anos, acoitado pelas bandas de "Macaco", ameaçando a quem pretendia prendê-lo.[41]

Essa movimentação era facilitada não apenas pela ocupação na qual o cativo estava empregado, mas também pela paisagem irregular de Olinda, com seus morros, colinas, mangues, praias e ladeiras. Becos e travessas ligavam ruas mal conservadas e caminhos tortuosos, que poderiam levar ao Mercado da Ribeira, às inúmeras igrejas, aos arrabaldes ou ao Recife. Mas, não apenas as profissões, que caracterizavam o cenário urbano, detinham o poder de se movimentar entre as malhas de vigilância, pois dos seis cativos registrados na Lista de 1876 como "fugidos", três eram agricultores. Estes poderiam ser encontrados nos diferentes arrabaldes de Olinda, principalmente nos tempos em que o campo e a cidade se confundiam nas suas fronteiras.

Estes escravos matriculados como "agricultores" chegavam a 149. A agricultura aparece em segundo lugar em número de escravos com ocupação declarada. Representavam 32,1% do total, demonstrando que o trabalho na lavoura ainda absorvia boa parte dos escravos lá existentes, tanto por senhores de grande posse – como os *Cavalcanti*, por exemplo –, como por aqueles que possuíam apenas um cativo.

Em Olinda, alguns engenhos continuavam em atividade, além dos pequenos agricultores, que deveriam empregar em suas lavouras a mão-de-obra escrava e até trabalhar juntos de suas poucas posses, na difícil tarefa diária de subsistência ou mesmo no comércio local de seus produtos.

---

[40] Casa de Detenção do Recife, Fl. 131 e Diario de Pernambuco, 8 de janeiro de 1867, respectivamente.

[41] RCP, 15 de abril de 1866, Fl. 169.

É interessante destacar que destes 149 escravos agricultores, 112 eram homens e 37 mulheres. Ou seja, 75,2% dos escravos no campo correspondiam a cativos do sexo masculino e 24,8%, feminino, números que quase se invertem quando comparados ao serviço doméstico. Talvez esses dados revelem a persistente preferência dos senhores em empregar, na lavoura, os homens, enquanto que as mulheres eram destinadas a outras atividades, principalmente domésticas e comércio ambulante. Mas, elas estavam lá, presentes nas atividades da terra, plantando e colhendo junto aos cativos do sexo masculino.

No quarto e último agrupamento que nos propomos a apresentar, estão os "artesãos". O artesanato se servia apenas de 3,4% dos escravos existentes em Olinda, que chegavam a dezesseis. Eram cativos empregados nas mais diversas atividades, como demonstra a tabela abaixo:

Tabela 16. Número de Escravos Ocupados no Artesanato

Atividade	*Nº*
Sapateiro	6
Carpina	3
Alfaiate	2
Marcineiro	2
Fiadeira	1
Oleiro	1
Pedreiro	1
Total	*16*

Fonte: Livro de Classificação dos Escravos de Olinda – 1876

Entre estes, destaca-se apenas uma mulher – fiadeira –, que poderia ter a mesma função das costureiras domésticas ou empregada ao ganho ou mesmo junto de sua senhora no exercício do ofício. Devemos frisar também que muitos eram os homens livres em Olinda dedicados ao artesanato. Alguns destes talvez possuíssem alguma posse para ajudá-los no trabalho, em um tempo em que a concorrência crescia a passos largos; um cativo poderia significar maior produtividade em detrimento daqueles que não possuíssem esse tipo de apoio. Escravos com estas especialidades também poderiam ser empregados ao ganho, contratados por pequenos artesãos ou lojas da localidade ou redondezas.

Em Olinda, existiam vários estabelecimentos comerciais e "industriais" que poderiam necessitar deste tipo de trabalho, como lojas de marcenarias, alfaiates, olarias, fazendas, etc., além dos pequenos reparos e outras necessidades do dia-a-dia de uma casa ou negócio. Dois escravos padeiros – não incluídos nos agrupamentos propostos – também poderiam representar um

bom investimento para o senhor, pois se trata de uma atividade tão especializada quanto as outras, e a cidade possuía pelo menos duas padarias na época. Mas, a presença desses escravos já se fazia bastante rarefeita entre a massa de artesãos livres cada vez mais crescente na cidade.

Todavia, constatamos que a persistência do trabalho escravo em Olinda ainda se dava no final da década de 1870, período em que a crise da mão-de-obra escrava alcançava dimensões significativas. Evidentemente, na década seguinte, muitos senhores não conseguiram mais assegurar a posse de seus escravos por mais tempo, mesmo que a preferência pela mão-de-obra cativa ainda demonstrasse grande força. No entanto, os valores escravistas desta sociedade não se transformaram facilmente com a chegada dos "novos tempos", com a modernidade. Muitos senhores viam um bom negócio – econômico ou moral – continuar com sua posse, mesmo que contrariando os "bons ventos" da mudança.

Esta constatação já havia sido feita por Maciel Silva e Sandra Grahan. O primeiro, referindo-se ao período posterior ao fim do tráfico negreiro, afirma que "as residências e as casas de negócio do Recife continuaram a preferir escravas para vender na rua e, principalmente, para cuidar dos serviços de suas casas. A preferência por mulheres livres é praticamente inexistente".[42] Sobre esta questão, Sandra Grahan coloca que "a escravidão permitia ao menos a ilusão de que senhores retinham o poder de conceder favores ou punir seus escravos, os quais não tinham nenhuma escolha além de obedecer [...]". Assim, mesmo com a crescente presença das mulheres livres brancas, estas "não podiam ser sujeitas ao mesmo controle". Mulheres de cor, mesmo não escravas, eram as preferidas até pelo menos 1905.[43]

Semelhante situação poderia ser estendida ao universo geral da escravidão, englobando, assim, o trabalho masculino. Isso porque, as relações de força neste contexto ainda se davam predominantemente sob a ótica da "força" e do "favor", entre a concessão de favores ou punição. Trabalhadores livres poderiam aceitar, até certo limite, a execução de determinadas tarefas, mas não suportavam a aproximação cada vez mais estreita com o trabalho escravo.

Mas, estes também sabiam impor limites aos excessos e aos desmandos senhoriais, mesmo quando a resistência se configurava através do ritmo de trabalho irregular ou nas escapadelas temporárias que irritavam senhores, que recorriam aos jornais atrás de suas posses. Eram formas de negociar e amenizar a dura jornada que o cativeiro exigia, levando o escravo a arriscar estratégias diversas, muitas vezes resultando em fracasso imediato.

---

[42] SILVA, Maciel. op. cit. p.197.
[43] GRAHAN, op. cit. p. 36.

Contudo, a resistência dentro do universo do trabalho se dava de forma sorrateira, através da "trampolinagem", de táticas sub-reptícias aos olhos senhoriais.[44] É resistir sem necessariamente romper com o sistema. É se utilizar do *tempo* irregular das tarefas, quando guiadas por ritmos que não estavam sob o controle do senhor, como as enchentes das marés, as estações do ano, a seca, a chuva, o vento. Mas tudo isso não retirava o peso da violência e da exploração do cativeiro. Poderia, talvez, amenizá-lo, quando lhe era possível penetrar nas brechas da opressão senhorial.

2.3. Escravos de valor

Que questões determinavam o valor de um escravo? Evidentemente, vários foram os elementos que contribuíam para se atribuir um preço ao cativo, dentre os quais: idade, habilidades, sexo e condições físicas. Contudo, é importante pensarmos também nos tantos outros fatores que determinavam o quanto um escravo valia. A partir da literatura sobre o assunto, Flávio Versiani e José Vergolino observaram que há certa unanimidade acerca do encarecimento dos escravos após 1850, "como efeito direto do fim do comércio negreiro".[45]

Estes autores buscaram trazer novos dados acerca da evolução dos preços de escravos em Pernambuco no século XIX, verificando e questionando afirmações há muito presentes na historiografia sobre o tema. Segundo estes autores, "os preços permanecem altos nos anos sessenta e caem no início da década de 1870, continuando a diminuir mais moderadamente até a abolição".[46] Percebemos, na verdade, que além de fatores de razão econômica, outros poderiam determinar o preço de um cativo, mas sem necessariamente desvincular tais elementos de questões mais gerais, tais como: a demanda por mão-de-obra, o fim do tráfico negreiro, o tráfico interprovincial, as leis emancipacionistas, as realidades locais, etc. Mas, que outras questões poderiam influenciar no valor de um escravo? Sobre o assunto, Marcus Carvalho afirma que:

> As funções sociais da escravidão eram desempenhadas pelos inúmeros cativos que povoavam as casas-grandes dos

---

[44] CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano:* 1. artes de fazer. Petrópoles, Rj: Vozes, 1994. pp. 41-42.

[45] VERSIANI, Flávio Rabelo; VERGOLINO, José Raimundo Oliveira. *Preços de Escravos em Pernambuco no Século XIX*. Brasília: Universidade de Brasília/Departamento de Economia Série Textos Para Discussão, Outubro de 2002, texto nº 252. Ver também: MARCONDES, Renato Leite; MOTTA José Flávio. Duas Fontes Documentais para o Estudo dos Preços dos Escravos no Vale do Paraíba Paulista. *Revista Brasileira de História*, vol. 21, nº 42, Dezembro, 2001.

[46] Idem.

> engenhos e sobrados das cidades, e que nem sempre eram produtores de valores de troca, de bem postos a venda no mercado, mas de valores de uso, que só entravam no mercado de forma indireta, no momento da venda do próprio cativo. Um bom pajem, uma boa mucama, um competente capanga, tinham valor, mesmo que nunca fossem alugados, e passassem a vida trabalhando para o mesmo senhor. Vale salientar que, no caso dos escravos suntuários, vários atributos influenciaram seu valor como mercadoria, e não apenas a habilidade profissional do cativo.[47]

Beleza física, "docilidade", rebeldia, poderiam ser importantes fatores na valorização de um escravo.[48] Dessa forma, compreendemos que os "valores de usos" dos escravos foram determinados por questões que iam além das razões puramente econômicas, apesar destas terem importante peso, principalmente a partir da década de 1880, quando o número de cativos em Olinda cai progressivamente. Todavia, devemos considerar que:

> Nesse contexto, o escravo em si, e não apenas os possíveis atributos do seu trabalho, passa a ser riqueza. Mesmo quando ocioso, é um investimento, um capital, que pode vir a render lucros. Não é preciso, portanto, que o seu trabalho seja rentável para tornar-se um bem cobiçado.[49]

Isso porque, na mentalidade de alguns senhores, manter sua posse, até os últimos dias do regime, poderia lhe garantir bons rendimentos, além da defesa de seus direitos de propriedade, na esperança de conseguir junto ao governo a tão sonhada indenização. Talvez isto explique a corrida de muitos senhores em registrar seus escravos às vésperas da abolição, na tentativa desesperada de oficializar a sua posse.[50]

Lembremos, com isso, que os senhores que não matriculassem seus escravos no prazo determinado pela Lei do Ventre Livre, teriam perdido o direito sobre sua propriedade, considerando-se livre os cativos nessa situação. Muitas ações de liberdade tiveram como argumento principal a omissão dos senhores na obrigatoriedade da matrícula. E o sistema de libertação, pelo

---

[47] CARVALHO, op. cit. p. 274.
[48] CARVALHO, op. cit. pp. 274-275.
[49] CARVALHO, op. cit. p. 275.
[50] Série: *Petições Senhores e Escravos* (APEJE).

Fundo de Emancipação, exigia que o senhor atribuísse um valor ao cativo registrado, onde podemos observar diversos elementos atrelados a seu nome.

No entanto, muitos valores, encontrados na Lista de 1876, correspondem ao total de "pessoas da família" do escravo, incluindo ele, o cônjuge e os filhos menores, quando estes existissem. Assim, para melhor visualizarmos os possíveis valores dos escravos, a partir da lista, decidimos destacar os escravos matriculados "sozinhos", por serem solteiros, viúvos ou sem filhos registrados. Considerando o conjunto de escravos que se enquadram neste grupo (ou seja, "indivíduos"), encontramos os seguintes números, sem distinção de sexo, de idade, de defeitos físicos e de saúde:

Tabela 17. Valores dos Escravos Matriculados como "Indivíduos"

Em mil réis ($000)	Nº de Escravos	*Em mil réis ($000)*	Nº de Escravos
200	*6*	640	*1*
300	*11*	650	*2*
400	*22*	700	*12*
450	*2*	800	*53*
500	*27*	900	*16*
600	*36*	1:000	*67*
Em mil réis ($000)	*Nº de Escravos*	**Em mil réis ($000)**	*Nº de Escravos*
1:100	*15*	1:500	*27*
1:200	*49*	1:600	*5*
1:300	*23*	1:700	*1*
1:400	*20*	1:800	*1*
1:450	*3*	1:850	*1*

Fonte: Livro de Classificação dos Escravos de Olinda – 1876

Observamos que os cativos matriculados, com valores acima de um conto de réis, correspondiam a 212 dos 400 cativos, acima listados, ou seja, 53%. Não considerando as possíveis variáveis que poderiam interferir no preço de um cativo, a média do valor de um escravo em Olinda correspondia a cifra de 940$000, superior aos números, levantados por Versiani e Vergolino para o mesmo período, que chegavam a 775$000.[51]

Buscaremos, então, analisar cada categoria – de acordo com as faixas etárias apontadas – e os possíveis significados do valor atribuído a estes cativos.

---

51 Os resultados deste estudo de Versiani e Vergolino levaram em conta outras variáveis diferentes das nossas, com base em inventários do século XIX, mas que podem nos dar algum referencial sobre os preços de escravos no período estudado.

Levantamos, inicialmente, a seguinte questão: qual o valor das crianças e dos mais velhos nessa sociedade escravista? Poucos foram os trabalhos que se dedicaram a estas duas categorias, principalmente ao que se refere ao mundo do trabalho. Kátia Mattoso, em seu estudo intitulado "O Filho da Escrava (em torno da Lei do Ventre Livre)", levantou a seguinte questão: "a que idade, e como o filho da escrava deixa de ser criança e passa a ser percebido como escravo?".[52]

Primeiramente, se faz necessário desconstruirmos a nossa referência de criança dos dias atuais, pois as idades e as noções, que hoje possuímos da infância, não correspondem à realidade do século XIX, principalmente ao tratarmos do cativeiro.[53] Outra questão a destacar em nosso estudo, trata-se das mudanças advindas com a Lei 2040, pois as crianças nascidas, a partir daquela data, não mais trariam destacado o seu valor e outras tantas informações a respeito de sua importância no mundo do trabalho escravo, afinal, seriam, a partir de então, "livres". Destacando, então, as crianças nascidas antes da Lei, temos os seguintes dados:

Tabela 18. Número de Escravos Segundo Idade e Sexo

	Escravos	
Até 7 anos	8 a 14 anos	Total
36	70	106
	Escravas	
Até 7 anos	8 a 14 anos	Total
24	47	71

Fonte: Livro de Classificação dos Escravos de Olinda – 1876

Encontramos, na tabela 18, duas idades importantes na composição dos jovens escravos em Olinda, consideradas fases de transição da "infância" para o trabalho escravo propriamente dito. Isso porque, apesar da criança escrava vivenciar as agruras do cativeiro desde seu nascimento – ou desde a sua vinda da África, se considerarmos o período anterior a 1850 – sua presença no mundo do trabalho se dava, até aproximadamente os sete anos de idade, apenas como observador da labuta dos adultos. Contudo, isso não quer dizer que as crianças estavam isentas do peso da mentalidade escravista, pois, como Gilberto Freyre já havia destacado, serviam de "brinquedo" dos sinhozinhos,

---

[52] MATTOSO, Kátia de Queiroz.o O Filho da Escrava (Em Torno da Lei do Ventre Livre). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 8, nº 16, mar./ago. de 1988. p. 39.

[53] Sobre crianças e jovens escravos, ver: COSTA, Robson Pedrosa. "OS GERMES DA PERVERSIDADE": Infância e Juventude Escrava em Pernambuco, 1871-1888. In: *História da Infância em Pernambuco*. Recife: Editora da UFRPE, 2007.

além das freqüentes perdas de entes queridos e da possibilidade de abandono, de venda e de outras formas de violências diárias.[54]

Mas ainda nos resta saber o seu papel nesta sociedade. Na primeira fase – até os sete anos – segundo Kátia Mattoso, ainda não desempenhavam, geralmente, atividades de caráter econômico.[55] Estes somavam, em Olinda, 60 escravinhos, representando 9,4%, – não incluindo a estes números os "ingênuos" – sendo os do sexo masculino em número superior. Estes dados referem-se a todos os cativos desta faixa etária contidos na Lista de 1876, incluindo os que constam nas "Observações". Dos que foram registrados como "indivíduos", contam apenas dez. Destes, apenas dois são do sexo feminino, como podemos observar na tabela a seguir:

Tabela 19. Valor dos Escravos Matriculados como "Indivíduos" até 7 Anos de Idade

Nome	*Idade*	*Profissão*	*Aptidão*	*Valor*
Sebastião	2	-	-	$
Izabel	3	-	-	300$000
Eustaquio	3	-	-	400$000
Antonio	4	-	-	200$000
Tranquilino	5	-	-	600$000
Primitivo	5	-	-	600$000
Luiz	6 ½	Serv. Dom.	-	600$000
Sebastião	6	Serv. Dom.	S.Leve	600$000
Bazilia	7	-	-	700$000
Lucio	7	Serv. Dom.	Apto	400$000

Fonte: Livro de Classificação dos Escravos de Olinda – 1876

Na tabela 19, encontramos três escravos matriculados com profissão declarada, todos empregados no serviço da casa. Lucio, com 7 anos, já era considerado, pelo seu senhor, "apto" ao trabalho, diferente de Sebastião, com 6 anos, ainda sob a "proteção" do "serviço leve". Todos os outros não apresentam nem profissão, nem aptidão declarada. Isso não significa que não fossem empregados em alguma atividade como os outros. É importante destacar que as idades, acima apresentadas, demonstram que estes dados não foram atualizados pelas autoridades responsáveis pela classificação em 1876, pois os mais novos apresentam idades que lhes enquadrariam na Lei de 1871,

---

[54] FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 391.

[55] MATTOSO, op. cit. pp. 40-42.

como já havia percebido Luiz Delgado, ao descrever as três primeiras listas. O mesmo pode ser observado para todos os outros escravos.[56]

Mas, sobre esta primeira fase da vida das crianças escravas que, segundo Kátia Mattoso, vai dos três aos sete para oitos anos, "é um período de iniciação aos comportamentos sociais no seu relacionamento com a sociedade dos senhores, mas também no seu relacionamento com a comunidade escrava". Nesta fase, a criança cativa ia, aos poucos, entrando em contado com os principais elementos que iriam compor os universos mental e corporal que lhes alicerçarão na sociedade escravista. Mattoso afirma ainda que "é nesta idade também, que a criança começará a perceber o que são os castigos corporais, que adentram pela idade adulta, porque indispensáveis à manutenção do sistema escravista".[57]

Sobre as outras crianças encontradas na Lista de 1876 (na tabela de "Observações"), pouco sabemos sobre elas. Apenas seu nome, idade, filiação, irmãos, cor, mas nem todos apresentavam estas informações. Como bem afirmou Marcus Carvalho, "se os cativos adultos raramente falam nas fontes, muito menos o faziam as crianças".[58] Contudo, mesmo com as dificuldades já levantadas, a Lista de Classificação nos traz importantes subsídios para a compreensão desta e de outras fases da vida em cativeiro, pois muitas são as possibilidades que podemos traçar a partir dela, como tentamos apresentar até o momento.

A exemplo disto, encontramos, nesta faixa etária, valores que variavam entre 200$000 e 700$000. O escravo mais novo da tabela – Sebastião, de 2 anos, idade correspondente a sua matrícula em 1873 – nem valor lhe foi atribuído. Bazilia, de 7 anos apenas, sem profissão e aptidão declarada, valia 700 mil-réis, superando ou igualando a tantos outros cativos adultos matriculados no mesmo período, como Firmina, 17 anos, cozinheira, com o valor de 600 mil-réis; ou Roza, 18 anos, serviço doméstico, correspondendo a 640 mil-réis; ou mesmo José, 21 anos, canoeiro, no valor de 700 mil-réis.

Intrigantes são os *valores* desta sociedade escravista! A escravinha Bazilia – assim como os outros que valiam na maioria 600 mil-réis – parecia ter atributos importantes que lhe colocavam em igual *valor* com cativos em plena idade produtiva, mesmo que estes apresentassem valores inferiores a tantos outros matriculados nesta faixa etária. Possivelmente, Bazilia se preparava – ou já ingressara – no mundo dos escravos adultos, mesmo que na qualidade de "aprendiz", correspondendo justamente aos sete para oito anos. Sobre essa transição das brincadeiras de criança para o mundo do trabalho, Kátia Mattoso

[56] DELGADO, op. cit. pp. 40-41.
[57] MATTOSO, op. cit. pp. 52-53.
[58] CARVALHO, op. cit. p. 233.

afirma que "a vida de folguedos infantis é curta. É nos seus sete para oito anos que a criança se dá conta de sua condição inferior em relação principalmente às crianças livres brancas. As exigências dos senhores tornam-se precisas, indiscutíveis".[59]

Se sobrevivessem as agruras da época e do cativeiro, evidenciados pelo alto índice de mortalidade infantil e a perda repentina dos pais, as crianças iam, paulatinamente, ganhando espaço no cada vez mais concorrido mercado de trabalho, ou mesmo ingressando em outras formas menos capitalizadas da sociedade, de acordo com os ditames e caprichos dos senhores aos quais pertenciam. "Uma infância incomum, desvelada apenas em comunidades conflagradas por querelas devastadoras ou epidemias prolongadas", nas palavras de José Roberto Góes e Manolo Florentino.[60]

A partir dos 7 anos, a criança já estava pronta para entrar, de vez, no processo de aprendizagem o qual a prepararia para as atividades que se dedicariam. Por volta dos 12 anos, o "adestramento que a tornava adultos estava quase se concluindo". Já aos 14 anos, "trabalhava-se como adulto".[61] Entre 8 e 14 anos, os escravos de Olinda somavam 117, sendo 70 homens e 47 mulheres, representando 18,3% do total dos cativos da lista, incluindo aqueles das "observações".[62] Dos que se encontram na lista como indivíduos, por serem solteiros ou por se encontrarem separados da família, somam 64 escravos.

É importante destacar que estes jovens escravos estavam dispostos na Lista de Classificação segundo os critérios determinados pela regulamentação do Fundo de Emancipação e pela própria Lei do Ventre Livre. Primeiramente, a Lei 2040 determinava que: "os filhos menores ficarão em poder e sob a autoridade dos senhores de suas mães, os quais terão a obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos". A partir desta idade, o senhor da mãe teria a opção de receber do Estado uma indenização de 600 mil-réis ou utilizar-se dos serviços do menor até completarem 21 anos. A mãe, que obtivesse a liberdade, teria o direito de levar, com ela, os filhos menores de oito anos, e aqueles, com até 12 anos, acompanhariam suas mães caso esta fosse vendida a outro senhor. Assim, percebemos que as idades estratégicas para

59 MATTOSO, op. cit.

60 GÓES, José Roberto de; FLORENTINO, Manolo. Crianças Escravas, Crianças de Escravos. In: PRIORI, Mary Del (org.). *História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000, pp. 178-180.

61 Idem, p.184.

62 É importante lembrarmos que quando nos referimos neste Capítulo ao total de escravos da Lista, consideramos apenas aqueles com idade declarada, ou seja, 637 cativos, excluindo 17 que não constam tal informação.

melhor se compreender a dinâmica da vida dos escravos após a Lei citada, seriam 8, 12 e 21 anos.[63]

Para os menores de 12 anos, que não se encontravam mais sob a proteção da mãe ou do pai no mesmo cativeiro, restava-lhes ocupar o último grupo de escravos destinados à libertação pelo Fundo de Emancipação. Mas, isso pouco mudou a vida desses cativos, dado o número reduzido de pessoas por ele libertado. Mas, o importante é destacarmos o papel destes cativos jovens e seu ingresso na vida do trabalho. Vejamos alguns dados sobre essa fase, que vai dos oito aos 14 anos.[64] Entre os homens, o serviço doméstico era a ocupação principal de seu cotidiano, talvez pela própria diversidade que essa atividade contempla, somando 16 escravos, de uma total de 32 cativos. O mesmo pode ser observado entre as mulheres, representando, para estas, a cifra de 23 cativas, de um total de 32 escravas.

Esses números demonstram a tendência já observada para os escravos em idade produtiva (entre 15 e 40 anos), onde grande parte deles compunha o universo de *portas adentro*. Mas, a agricultura já começava a absorver sua parcela da mão-de-obra dos "aprendizes", somando sete escravos. O mais jovem empregado, nesta atividade, era o escravo José dos Mattos, com apenas 8 anos de idade. Outros, na mesma faixa etária, ocupavam principalmente o serviço doméstico, tanto entre os homens, quanto as mulheres. Mas, com apenas 11 anos, Francisco parecia ter um importante papel na renda de seu senhor. Dedicando-se ao trabalho de sapateiro, fora matriculado com o valor de um conto de reis, apesar de sua "aptidão" se apresentar como "serviço leve".

Antonio e Tiburcio, ambos com 13 anos, se ocupavam no serviço de "ganho", e valiam, respectivamente, um conto de réis e 700 mil-réis. Ainda mais jovem, a escrava Hilária, com 11 anos, exercia o ofício de costureira, com o valor de um conto de réis. Entre as mulheres, o valor mais alto chega a 1:200$000 (um conto e duzentos mil-réis); outras onze chegam a um conto, enquanto o restante variava entre 400 e 900 mil-réis. Entre os homens encontramos o segundo maior valor atribuído a um escravo na matrícula de 1876: Aniceto, de apenas 13 anos de idade. Sua profissão não foi declarada, mas seu valor chegava a 1:800$000 (um conto e oitocentos mil-réis), superando todos os outros escravos registrados como indivíduos, ficando um pouco atrás apenas de Felippe, de 20 anos, avaliado por 1:850$000.

Possivelmente, estes cativos, com idade inferior a 14 anos, poderiam estar ocupando atividades ainda como "aprendizes", acompanhando uma pessoa da família ou outro adulto com maior experiência na profissão.

---

[63] MATTOSO, op. cit. p. 54.

[64] Consideraremos nesta parte apenas os escravos matriculados na coluna principal, não incluindo os citados nas "Observações", pois estes não apresentam dados como profissão, valor, etc.

Contudo, muitas vezes, o valor do trabalho de um escravo alcançaria significados específicos para cada senhor, que conhecia as possibilidades de ganho que o escravo poderia lhe garantir, no presente ou no futuro. Como poderia ter acontecido com os escravos Vicente e Benedito, ambos com 9 anos, avaliados por 1:000$000 (um conto de réis). Sobre o preço e processo de aprendizagem dos cativos jovens, Manolo Florentino e Roberto Góes afirmam que:

> O aprendizado da criança escrava se refletia no preço que alcançava. Por volta dos quatro anos, o mercado ainda pagava uma aposta contra a altíssima mortalidade infantil. Mas ao iniciar-se no servir, lavar, passar, engomar, remendar roupas, reparar sapatos, trabalhar em madeira, pastorear e mesmo em tarefas próprias do eito, o preço crescia. O mercado valorizava as habilidades que aos poucos se afirmavam.[65]

Dessa forma, se o valor, de um escravo jovem, poderia ser determinado por inúmeras variáveis – fossem elas práticas ou subjetivas – qual seria o valor daqueles que não mais se enquadravam como propriedade passível de venda, troca ou qualquer outra transação? Estamos nos referindo aos "Ingênuos". Se as "falas" dos cativos adultos eram raras e das crianças, na mesma condição, ainda mais "silenciadas", as fontes, sobre os que nasceram depois da Lei de 1871, tiveram suas informações cada vez mais afastadas do mundo do trabalho. Afinal de contas, o filho da escrava seria "livre" a partir daquela data. Quando completasse 8 anos, o senhor poderia fazer a sua opção, de ficar com ele até os 21 anos ou de receber sua indenização. Sobre essa questão, Kátia Mattos afirma que:

> É que nos seus oito anos a criança já deu provas de suas capacidades. Sem dúvida, poucos devem ter sido os senhores que não prenderam pelo trabalho os filhos de suas escravas. Até os 21 anos, são treze anos de trabalho, que nenhuma indenização oferecida pelo governo podia compensar. Finalmente, nenhuma das crianças da lei do ventre livre terá 21 anos em 1888; o destino, mais clarividente que a lei, neles terá reconhecido os escravos disfarçados que foram, e que serão liberados da mesma forma e no mesmo tempo que os outros escravos. Para os redatores da lei de 28 de setembro, atrás do

---

[65] GÓES; FLORENTINO; op. cit. p. 185.

> 'menor' a proteger escondia-se o bom trabalhador, útil a seu senhor.[66]

Apesar da Lista de 1876 não apresentar estas crianças como mão-de-obra em potencial, sua força de trabalho pouco se diferenciava daqueles que nasceram antes do "benefício" da lei. Optando em "educar", "proteger" e "alimentar" essas crianças, o senhor teria o direito de se servir gratuitamente do "ingênuo", até que completasse a maioridade. Elas são registradas na lista de forma indireta, pois estão atreladas à matrícula de suas mães. Dessa forma, as informações sobre estas crianças são bastante simples, resumindo-se, muitas vezes, apenas ao seu nome e à afirmação de terem "nascidos depois da Lei 2040 de 28 de Setembro de 1871". Quando muito, informa-se sobre sua cor, idade e data de nascimento. Nada mais.

Nesta condição, encontramos trinta e sete crianças consideradas "livres" pela lei. Ao "ingênuo" atribuímos não um preço representado por números, já que este foi silenciado pelas fontes e pela própria conjuntura legal da época, mas sim, pelo seu *valor-trabalho*,[67] pelas possibilidades de ganho e pela continuidade de exploração estendida por mais 21 anos, considerando a Lei de 1871. Talvez, quando a crise da mão-de-obra escrava não mais permitisse aos senhores continuarem com aqueles cativos mais requisitados pelo mercado, ainda com boa aceitação na hora da compra, restasse a ele "investir" naqueles que, aos poucos, iriam substituindo os que, eventualmente, tiveram que partir. Para melhor visualizarmos as possíveis estratégias senhoriais em relação aos escravos mais jovens, devemos nos reportar à década de 1880.

Assim, quando em 1885 outra Lei deu origem a mais uma importante matrícula geral dos escravos em todo o país, conhecida por Sexagenários, ou Lei nº 3270 de 28 de setembro, os senhores, ainda persistentes, foram obrigados a novamente registrar suas posses. Em 1887, um *Resumo Geral* das várias localidades da Província nos possibilitou constatar que, em Olinda, ainda existia uma escravaria de 240 indivíduos, sem considerar os demais que deveriam existir na tabela de "Observações", não destacados no resumo encontrado.

---

[66] MATTOSO, op. cit. p. 54.

[67] Segundo Kátia Mattoso: "Essa constatação em parte contraria a afirmação segundo a qual os ingênuos deixam de ser registrados com minúcias porque perderam o interesse como mercadorias. De fato o valor de mercadoria não mais existe, mas foi habilmente substituído pelo valor-trabalho ligado à idade da criança".

Nesta nova "matrícula especial"[68], observamos que os escravos, com menos de 30 anos, somavam 129, representando 53,7% do total. Essa porcentagem ainda é maior se nos reportarmos aos escravos em idade produtiva (entre 15 e 40 anos), que chegavam a 186, ou 77,5%, enquanto que os mais velhos (acima de 50 anos) somavam 54 cativos, ou 22,5%. Ou seja, apesar do número reduzido de escravos – se comparados a outras localidades – a escravaria continuava jovem com relativo equilíbrio entre os sexos.

Já sobre os citados cativos mais velhos, só alcançaram alguma expressão na historiografia em conseqüência das discussões em torno da Lei dos Sexagenários. Joseli Mendonça, ao tratar sobre o tema, percebeu que os vários estudos que se remeteram a questão da libertação dos sexagenários – "ainda que de maneira fugaz" – consideraram que tal lei teria representado "um bom negócio para os proprietários que se livraram legalmente de escravos improdutivos e ainda receberam pagamentos superiores ao valor real desses escravos no mercado".[69] Contudo, segundo a autora, a discussão em torno da lei demonstra que muitos parlamentares se colocaram contra o "princípio de libertação" desses escravos, argumentando-se que estes seriam prejudicados pela falta de "proteção" e dos "cuidados" que receberiam enquanto posses.[70] Mas, seriam os escravos mais velhos tão improdutivos quanto reza a historiografia?

Considerando os cativos com idade entre 41 e 50 anos – que somavam 99 pessoas –, apenas 6 foram registrados como "serviço leve", outros cinco não constaram tal informação e o restante – 88 cativos – estavam "aptos" ao trabalho. Estes escravos foram avaliados, no geral, em 400$000, com exceção de Genoveva, de 50 anos, lavadeira, com valor de 800$000, superando muitos em idade produtiva. Nesta faixa etária, os agricultores ganham destaque representando 44,4%, nos serviços domésticos, 18,1% e nas cozinheiras, 9%. Outras atividades também foram ocupadas com menor expressão, tais como: lavadeira, oleiro, alfaiate, jornaleiro, padeiro e canoeiro. É interessante destacar que, das 9 quitandeiras existentes em toda a lista, 5 compõem este grupo. Outras duas se encontram com 51 e 60 anos, respectivamente.

Todavia, se juntarmos todos os cativos com idade superior a 40 anos, em relação às ocupações mais expressivas, observamos resultados interessantes.

---

68 Essa matrícula se assemelha a obrigatoriedade que os senhores foram submetidos a partir da Lei do Ventre Livre. Apesar de não encontrarmos as matrículas originais, o *Resumo Geral dos Escravos Matriculados* em Pernambuco nos possibilitou extrair algumas informações importantes para nossa pesquisa.

69 MENDONÇA, Joseli M. N. *Entre as Mãos e os Anéis*: a lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil. Campinas: Editora Unicamp; Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 1999. p. 199.

70 Idem, p. 197.

Neste grupo, o número de agricultores supera, e muito, o de serviço doméstico, respectivamente representados por 42,5% e 17%. Mesmo se somarmos estes últimos com a atividade de cozinheira (serviço de *portas adentro*), o número chegava a 39 cativos, ou 27,6%. O emprego destes escravos no campo é muito expressivo, já que os cativos, com idade acima de 40 anos, representavam aproximadamente 40,2% dos 149 escravos ocupados na agricultura, incluindo aqueles em idade produtiva.

Na faixa etária, a partir dos 51 anos, somando 41 cativos, considerando todos da lista com esta idade, mais de 50% destes foram registrados como "aptos" ao trabalho, exercendo, além das atividades citadas, outras ocupações do tipo: ganhador, pescador, canoeiro, cozinheira, etc. O número de escravos identificados como "serviço leve" chegava a 11, e dois apresentavam a referência "pouca", em relação à aptidão. Não apenas a idade era levada em conta ao se considerar um cativo apto ou não, já que encontramos escravos mais velhos identificados como "aptos", a exemplo de Theodoro, canoeiro de 70 anos – o mais velho da lista – enquanto outros mais jovens não.

Na tabela a seguir, destacamos os valores dos cativos com mais de 51 anos – apenas aqueles matriculados como "indivíduos" – que chegavam à cifra de 34 escravos:

Tabela 20. Valores dos Escravos Matriculados como "Indivíduos" 51 a 70 anos

Em mil réis ($000)	*300*	*400*	*500*	*600*	*700*	*800*	*1:200*
Nº de Escravos	*7*	*9*	*7*	*7*	*1*	*2*	*1*

Fonte: Livro de Classificação dos Escravos de Olinda – 1876

Podemos observar que, nesta faixa etária, os valores caíram em relação às outras idades. Contudo, apesar de alguns escravos apresentarem números bem reduzidos, encontramos outros, com mais de 60 anos, registrados com valor equivalente a muitos em idade produtiva, como Euzebia, de 62 anos, empregada no serviço doméstico, avaliada em 600$000. O mais "valioso" neste grupo era Martinho, de 52 anos, trabalhador do campo, avaliado em 1:200$000 (um conto e duzentos mil-réis). Evidentemente que outros não possuíam o mesmo valor que os escravos que destacamos, mas foram poucos os que não chegavam a pelo menos 300$000, como Cassimiro e Domingos, com 63 e 66 anos, respectivamente, que foram matriculados com o valor de 300$000, referente não apenas a eles, mas incluindo suas esposas.

Neste grupo, o número de agricultores (15 escravos) supera os empregados no serviço doméstico (que chegavam a seis), mesmo quando incluímos as cozinheiras (de mesmo número). Ganhador, engomadeira, canoeiro, carpina, quitandeira e pescador são outras atividades encontradas entre estes. Apesar de observarmos que estes cativos mais velhos não mais figuravam como principal veículo de exploração, os senhores não deixaram de usufruir ao máximo de suas forças, principalmente em uma época em que a crise da mão-de-obra servil dificultava ainda mais o acesso a este tipo de propriedade. E em Olinda, onde um pequeno número de senhores monopolizava a posse, ter um escravo, mesmo velho, poderia fazer alguma diferença, econômica ou moral.

Já os cativos considerados em idade produtiva (15 a 40 anos), destacamos 217 por apresentarem seu valor enquanto "indivíduos", não apresentando "pessoas da família". Destes, apenas 53 aparecem com valor inferior a um conto de réis, enquanto 164 têm números superiores, chegando a 1:850$000. Dividindo estes escravos por sexo, percebemos que das 99 mulheres deste quadro, 42 têm valor abaixo de um conto, e 57 acima, chegando ao valor máximo de 1:500$000. Os homens somam 118, no qual onze estão abaixo de um conto e 107 acima. Apesar destes últimos apresentarem valores maiores em relação às mulheres, estas não ficavam para trás, muitas vezes valorizadas bem acima de outros cativos do sexo masculino.

Considerando os escravos "aptos" ou não para o trabalho, neste grupo, apenas oito apresentam a expressão "Serviço Leve". Três não tiveram esta coluna declarada e 206 estavam "aptos". Mas, não necessariamente o trabalho "leve" influenciaria em seu valor, a ponto de desvalorizá-lo totalmente, como demonstra a tabela abaixo:

Tabela 21. Valor dos Escravos em Idade Produtiva 15 a 40 anos

Nome	*Idade*	*Aptidão*	*Valor*
Jose	40	Serviço Leve	500$000
Philomena	20	Serviço Leve	600$000
Jozepha	23	Serviço Leve	800$000
Rita	29	Serviço Leve	800$000
Severa	15	Serviço Leve	1:000$000
Simplicio	35	Serviço Leve	1:200$000
Francisca	32	Serviço Leve	1:200$000
Manoel	26	Serviço Leve	1:300$000

Fonte: Livro de Classificação dos Escravos de Olinda – 1876

O mesmo pode ser observado em relação à "Moralidade", já que mesmo os escravos considerados de "péssima" moral, não tinham seu valor diminuído. Outros, evidentemente, foram matriculados com valores bem abaixo em relação ao conjunto, mas alguns senhores, mesmo considerando seus cativos de "moral" pouco satisfatória, sabiam o quanto significava sua posse.

Tabela 22. Relação entre Valor e Moralidade dos Escravos

Nome	*Idade*	*Moral*	*Valor*
Jozepha	50	Péssima	200$000
Joanna	50	Sofrível	200$000
Joze	61	Regular	400$000
Faustina	44	Sofrivel	400$000
Benedito	50	Sofrível	400$000
Miguel	50	Péssima	500$000
Luiza	46	Sofrível	500$000
Sabino	53	Má	600$000
João	55	Péssima	600$000
Luiz	34	Regular	800$000
Chrispina	14	Sofrível	800$000
Vicente	50	Sofrível	800$000
Domingos	23	Má	1:000$000
Domingas	37	Péssima	1:000$000
Marianna	46	Péssima	1:000$000
Florinda	24	Péssima	1:000$000
Luiza	24	Péssima	1:200$000
Ignacio	38	Má	1:400$000

Fonte: Livro de Classificação dos Escravos de Olinda – 1876

A escrava Florinda teve sua "moralidade" destacada tanto na coluna correspondente, quanto no campo destinado às "observações". Com 24 anos de idade, solteira, apta e de profissão não declarada, foi classificada por seu senhor – o Coronel Joaquim Cavalcanti de Albuquerque – como sendo de moral "péssima" e de "má conduta", mas com o valor de um conto de réis. Escravos fugidos também podiam ter seu valor decrescido, mas nem todos, a exemplo de Martinho, 52 anos, agricultor, apto e de "boa" moralidade, apesar de foragido, valorizado em 1:200$000.

Todos estes valores, aqui apresentados, muitas vezes não representavam a realidade do mercado ou correspondiam às "qualidades" que elevavam a quantia atribuída a um cativo. Isso poderia levar a uma disputa na

justiça, levando senhor e escravo ao "arbitramento" de seu valor. Isso porque, muitos cativos conseguiam juntar certa quantia e procuravam comprar a própria liberdade, pois não iriam esperar pelos resultados do Fundo de Emancipação. Mas precisavam reduzir o valor a ele atribuído, sem necessariamente contar com a boa vontade do senhor.

A Lei 2040, em seu artigo 4°, afirmava que: "é permitido ao escravo a formação de um pecúlio com o que lhe provier de doações, legados e heranças, e que, por consentimento do senhor, obtiver do seu trabalho e economias".[71] Em relação à Lista, esta questão é logo destacada, pois o regulamento sobre a classificação declarava que: "Na ordem da emancipação das famílias e dos indivíduos, serão preferidos: 1° - os que por si ou por outrem, entrarem com certa cota para a sua libertação; 2° - os mais morigerados, a juízo dos senhores. Em igualdade de condições, a sorte decidirá".

Assim, os primeiros escravos, encontrados na matrícula, tinham preferência na libertação pelo Fundo, agrupados com a seguinte referência: "dos que têm pecúlio em seu favor". Eram apenas nove os escravos que possuíam alguma quantia em seu poder, ou confiados a terceiros. Destes, três possuíam pecúlio em "poder de seu senhor", mas Joanna, de apenas 13 anos, costureira, talvez tivesse um padrinho ou outra pessoa de confiança que pudesse garantir a posse de seu benefício, registrado como "Sr. Luis José Paulo da Costa". Os outros aparecem apenas como "em seu benefício a quantia de".

Tabela 23. "Dos que tem pecúlio em seu favor"

Nome	Idade	Profissão	Aptidão	Família	Valor ($000)	Pecúlio ($000)
Roza	20	Serv. doméstico	Apta	2	1:300	100
Delphina	30	Serv. doméstico	Apta	2	1:200	400
Thereza	21	Engomadeira	Apta	-	800	400
João	36	Sapateiro	Apto	-	1:700	300
Joanna	13	Costureira	Serv. leve	-	600	100
Cipryanna	34	Engomadeira	Apta	-	600	200
Innocencia	18	Serv. doméstico	Apta	-	800	100
Jozepha	23	Costureira	Serv. leve	-	800	300
João	26	Jornaleiro	Apta	-	1:500	400

Fonte: Livro de Classificação dos Escravos de Olinda – 1876

Segundo a tabela 23, os escravos precisavam juntar ainda uma boa quantia para alcançar seus valores. Mais adiante, encontramos uma correção na lista, referente a uma escrava com pecúlio, mas que não aparece entre estes. A

[71] Lei 2040 de 28 de setembro de 1871. In: VASCONCELOS, op. cit.

escrava Euzébia, de 60 anos de idade, viúva, cozinheira, serviço leve, mas que conseguira juntar a quantia de 300$000, a mais próxima de alcançar seu valor, que era de 400$000. Possivelmente seria uma atualização dos anos anteriores, já que muito destes números referem-se ao ano de 1873.

Apesar dos escravos dedicados ao serviço *portas adentro* também conseguirem juntar alguma quantia em seu favor, como podemos observar na tabela anterior, a historiografia já demonstrou que aqueles destinados ao "ganho" possuíam mais chances de formar um pecúlio. Essa prática era bem anterior às imposições da lei de 1871, como demonstrou Maria Odila Dias:

> Entre proprietários e usuários de escravos alugados, havia uma disposição implícita de respeito para com o ganho extra dos escravos, que tanto servia para a sua subsistência, como poderia eventualmente constituir o pecúlio, com que sonhavam comprar a sua alforria.[72]

Referindo-se ao período anterior à Lei, João José Reis afirmou que "os escravos poderiam embolsar qualquer excedente além da cota senhorial, e seus donos, em geral, respeitavam esse regime, embora nenhuma lei a garantisse".[73] A partir da Lei Rio Branco, ou Ventre Livre, "apesar das ambigüidades e vacilações do texto", afirma Sidney Chalhoub, "havia agora chances mais reais de os escravos atingirem a alforria mesmo contra a vontade dos senhores".[74] Evidentemente que o sistema, apesar de trazer alguma esperança para os escravos, também traziam, em seu cerne, a ideologia senhorial, que buscava incentivar a produtividade do cativo, criando a expectativa da alforria. Ao escravo, caberia tirar proveito das estratégias montadas pelos senhores.

E sobre o seu valor, pudemos perceber que as possibilidades de análises iam além dos nossos objetivos, nos levando a compor um quadro mais geral referente aos números computados a partir da Lista de 1876. Constatamos, com isso, as variáveis que levavam um senhor a atribuir um valor que correspondesse a sua posse, tendo que considerar a realidade do mercado de então. Contudo, o atributo do valor por nós aqui destacado ia além dos fatores práticos de compra e venda, pois muitos possuíam razões de difícil mensuração aos nossos olhos. Idade, sexo, profissão poderiam determinar seu valor, mas ter um escravo poderia também alcançar significados múltiplos, enveredando tanto pelo poder econômico, quanto pelo poder moral. Ter um,

---

[72] DIAS, op. cit. p. 132.
[73] REIS, op. cit. p. 352.
[74] CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade*: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 158.

dois ou mais cativos representava uma realidade que precisa ser melhor desvelada.

3. Relações de Força e Malhas de Solidariedade

> O sistema escravista, caracterizado pela opressão e pela exploração sobremodo selvagens, transformou os escravos em vítimas. Mas os seres humanos vitimizados não se conformaram com tal situação; lutaram para tornar a vida tolerável e para vivê-la com o máximo possível de alegria. De certa maneira, até os senhores mais rígidos os ajudaram. A lógica da escravidão requeria que os senhores enfraquecessem o espírito de seus escravos e os transformassem numa extensão de sua própria vontade: objetos que não pensam e não sentem; mas os escravos resistiram à desumanização, e por isso os senhores se viram forçados a fazer certas concessões para conseguir o trabalho que desejavam.[1]

A violência cotidiana, regada pelas diversas artinhas senhoriais que visavam condicionar o escravo a um trabalho desumano e triturador de seus sentidos e sentimentos, nem sempre foi triunfante. Na verdade, não podemos pensar a escravidão como algo uniforme, regularizador de uma vida cotidiana dosada apenas pelos grilhões e açoites de cada dia. Isso porque, além de outras formas de coerção, os cativos também construíram - ao longo de uma vida, de gerações, de séculos - estratégias de resistência capazes de combater o processo de "desumanização" a que se refere Genovese. "Vozes" ecoavam das senzalas, contrariando e muitas tiveram que ser ouvidas, mesmo que os senhores fingissem ter controle absoluto.

Na conjuntura em questão, senhores e escravos reconstruíam alguns dos mecanismos de sobrevivência nos quais se alicerçavam, agora sobre a égide do emancipacionismo do Estado.[2] As *relações de força* entre as duas partes - além de tantas outras envolvidas direta ou indiretamente - se acirraram, cada uma utilizando-se das armas que possuía, ou que poderiam construir.

---

[1] GENOVESE, op. cit. p. 477.

[2] Sobre o processo emancipacionista encaminhado pelo Estado Imperial e seus desdobramentos, ver: CONRAD, op. cit.; VASCONCELOS, op. cit.

Para os escravos, as redes comunitárias aparecem como o ponto chave da resistência, pois a vida cotidiana perfazia-se não apenas pelo trabalho – que ocupava, é verdade, boa parte de seu tempo – mas também das festas, da religiosidade ou mesmo das fugas. Na verdade, todos esses elementos se imbricavam, pois as relações de parentesco, as manifestações culturais e o tempo de trabalho eram indissociáveis, muitas vezes contrariando "a lógica da escravidão" e as estratégias senhoriais de enfraquecimento de seus espíritos.

Para os senhores, apesar de detentores do poder político e econômico até então, viam ruir o seu poder moral, abalado pela interferência do Governo Imperial nas questões da propriedade escrava, colocando em cheque o maior objeto de barganha e coerção que possuía: a alforria. Mas, assim como os cativos conseguiam reconstruir suas estratégias nos momentos de maior perigo, os senhores também o fizeram. Como moldaram-se, então, senhores e escravos nesses novos tempos que se configuravam?

3.1. Senhores e escravos

> Para se compreender os escravos é preciso compreender melhor os senhores e outras pessoas que ajudaram a dar forma a uma complexa sociedade escravista. Senhores e escravos moldaram-se reciprocamente e não podem ser discutidos ou analisados em separado.[3]

Gilberto Freyre já havia demonstrado a proximidade existente entre a casa – grande e a senzala, entre trocas culturais, relações afetivas e castigos dentro de uma lógica patriarcal tão emblemática em sua obra. Também compreendemos a importância de analisarmos as relações ambíguas que marcaram o cotidiano de cativos e de senhores, numa complexa teia de conflitos, negociações e trocas não igualitárias entre as partes envolvidas. Como já demonstramos nos capítulos anteriores, outros setores sociais também se amalgamaram a este mundo não apenas composto por duas "entidades" rivais. Na verdade, muitas foram as faces daqueles que se esgueiravam pela escravidão, mesmo quando não pertenciam diretamente a este universo aparentemente bipolar. Comecemos, então, com a composição social daqueles que viam paulatinamente seu poder ruir diante dos novos tempos.

A posse de escravos em Olinda concentrava-se nas mãos de uns poucos senhores, que chegavam à cifra de 197, ou seja, apenas 1,7% da população possuía algum cativo. Desse total, 177 figuravam como proprietários de um a cinco escravos, representando 89,9% dos senhores encontrados na

---

[3] GENOVESE, op. cit. p. 14.

Lista de Classificação de 1876. Apenas seis pessoas possuíam mais 10 escravos, mas só quatro detinham a posse de mais de vinte. Contudo, estes últimos senhores juntos somavam 190 cativos, representando 29,1% do total. Perguntamo-nos, com isso, qual o papel desses escravos na vida cotidiana desses senhores?

Tabela 24. Posse de Escravos em Olinda

Plantéis	*Nº de Senhores*	%	*Nº de Escravos*	%
1 a 5	*177*	89,9	*327*	50
6 a 10	*14*	7,1	*106*	16,2
11 a 20	*2*	1,0	*31*	4,7
Acima de 20	*4*	2,0	*190*	29,1
Total	197		654	

Fonte: Lista de Classificação – 1876 [4]

É difícil mensurar o significado de cada cativo na vida de seus senhores. São razões que muitas vezes transcendem os valores econômicos, situando-se entre os limites do poder moral, dos laços afetivos e da sobrevivência. Muitos utilizavam-se de seu único escravo na lavoura, trabalhando a seu lado, dividindo as agruras do tempo e os infortúnios da vida material. Outros possuíam apenas uma cozinheira, ou costureira, canoeiro, engomadeira, lavadeira, etc. Possivelmente, utilizados como importante provedor de renda familiar, no serviço do ganho tão comum nas cidades da época ou no empenho de atividades artesanais.

É interessante destacar o exemplo de Izabel Cavalcanti de Albuquerque Lins, que possuía apenas um cativo, com 2 anos de idade. Existiam ainda outros que possuíam escravos com 6, 7, 8 ou 9 anos de idade. Ou, no inverso da pirâmide etária, como Antoni de Allemão Cysneiros, senhor do escravo Joaquim, de 60 anos, empregado no serviço doméstico. Cada vez mais o acesso à posse se tornava privilégio de poucos e, talvez por isso, mesmo um cativo longe da idade produtiva ou mesmo aqueles já em tempos de esgotamento de suas forças, não poderiam ser desprezados. O escravinho Sebastião, de dois anos – citado acima –, nem valor lhe foi atribuído.

Observando a posse de escravos segundo o sexo dos senhores, percebemos que o número de mulheres era menor do que o dos homens, que chegavam, respectivamente, a 61 (30,1%) e 136 (69%). A presença destas mulheres é mais significativa entre os pequenos proprietários (1 a 5 escravos), chegando à cifra de 58, enquanto a outras três restantes enquadram-se nos

[4] Incluímos aos 637 escravos trabalhados no Capítulo 2, 17 cativos com idades não declaradas, que não figuraram na análise anterior, chagando ao total de 654.

plantéis de 6 a 10 cativos. Não há mulheres com mais de 10 escravos em Olinda. A mulher que mais possuía escravos era Antonia Prima de Albuquerque, que possuía 8 cativos, com idades entre 15 e 48 anos. Para melhor visualizarmos alguns números, observemos a tabela abaixo:

Tabela 25. Posse de Escravos Segundo Sexo

Plantéis	*Homens*	*Mulheres*
1 a 5	119	58
6 a 10	11	3
11 a 20	2	-
Acima de 20	4	-
Total	**136**	**61**

Fonte: Lista de Classificação – 1876

É importante destacarmos que, em estudos recentes sobre a estrutura de posse de escravos em diversas regiões do país (como São Paulo, Vila Rica, Sorocaba e Recife), vários autores observaram a presença marcante dos pequenos proprietários em detrimento dos grandes plantéis, no qual os primeiros acabavam por controlar parcela expressiva dos cativos, como bem demonstrou Luna e Klein, ao compararem as estruturas de posses de escravos em São Paulo e Minas Gerais.[5]

Semelhantes resultados encontramos no trabalho de Déborah Oliveira Martins dos Reis, em seu estudo sobre posse de escravos em Araxá (Minas Gerais), entre os anos de 1816 e 1888. A autora constatou que os proprietários, que tinham até 5 escravos, chegavam a 58,3% do total, no período de 1856-1888.[6] Antonio Pessoa Nunes Neto, em seu estudo sobre os "aspectos da escravidão de pequeno porte no Recife", no século XIX, a partir da análise de inventários *post mortem*, também constatou a predominância destes pequenos senhores, que chegavam a 55% do total. O autor destacou ainda que:

> A posse de escravos, devido ao elevado valor unitário do cativo, sempre relegou a um conjunto restrito de indivíduos as condições materiais para realizá-la. Dentre os proprietários com apenas um escravo, não raro o valor do mesmo chegava a

[5] *Apud* NUNES NETO, Antonio Pessoa. Aspectos da Escravidão de Pequeno Porte no Recife no século XIX. *Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano*. Recife, nº 61, junho de 2005.

[6] REIS, Déborah Oliveira Martins dos. Araxá, 1816-1888: posse de escravos, atividades produtivas, riqueza. XXXIV Encontro Nacional de Economia (APEC), 2006, Salvador.

> exceder ao somatório de todos os demais ativos da família, incluindo os monetários e não monetários.[7]

Hebe Maria Mattos Castro já havia destacado a necessidade de estudos sobre "a escravidão fora das grandes unidades agroexportadoras". O modelo social escravista clássico impediu, durante muito tempo, uma maior percepção acerca da diversificação espacial e social da posse de escravos. Ou seja:

> [...] a diferenciação das estruturas produtivas baseadas no trabalho escravo, tanto do ponto de vista social como espacial, precisa ser mais levada em conta para que se possa tecer um novo quadro na organização e estratificação sociais no Brasil escravista que substitua a ilusão da exclusividade da *plantation*.[8]

Duas outras questões levantadas pela autora se fazem relevantes neste tipo de estudo. Primeiro, grande número de pessoas livres não teve acesso à posse de escravos, tornando-a ainda mais difícil a partir da abolição do tráfico atlântico. Segundo, como bem coloca Hebe Maria Mattos Castro:

> Cada complexo agrário local ou regional engendrava, internamente, sua própria estratificação social concernente aos proprietários. Um produtor de mantimentos com 15 ou 20 escravos, no Vale do Paraíba em meados do século XIX, ou no Recôncavo baiano no final do período colonial, poderia ser considerado um simples sitiante. Em Capivary, transformava-se em fazendeiro abastado com expressiva influência na organização sócio-política local.[9]

Assim, como já demonstramos, muito se tem discutido acerca da participação e importância destes pequenos senhores na estrutura escravista de então, em contraposição a idéia de uma sociedade dominada pela escravatura de grande porte, corroborando com outros estudos recentes. Ter um único escravo poderia alcançar significados que muito dificilmente poderíamos mensurar. No mínimo, poderia situar "certos pobres alguns degraus acima dos

---

[7] NUNES NETO, op. cit. pp. 222-223.
[8] CASTRO, Hebe Maria Mattos. A Escravidão fora das Grandes Unidades Agroexportadoras. In: CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Escravidão e Abolição no Brasil novas perspectivas*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1988. p. 35.
[9] CASTRO, op. cit. p. 40.

limites da miséria".[10] Em Olinda, os senhores de um a cinco escravos somavam juntos 327 cativos, ou seja, 50% do total. Escravos que eram empregados nas mais diversas atividades, desde o serviço de ganhos, na lavoura, nas lojas, nas padarias, etc.

Mas, boa parte dos senhores, que possuíam mais de 5 escravos, também buscavam diversificar suas posses. Maria Luiza da Silva Mattos possuía 5 cativos: um oleiro, dois no serviço doméstico e outros dois na agricultura. Dr. Estevão Cavalcanti de Albuquerque, também com cinco, diversificou ainda mais: um no serviço doméstico, um jornaleiro, uma cozinheira, um sapateiro e um bolieiro. Antonia Prima de Albuquerque – citada anteriormente –, com oito escravos, possuía 3 no serviço doméstico, duas quitandeiras, uma costureira, um ganhador e um bolieiro. Senhores, possivelmente, que empregavam seus cativos no serviço de ganho, e que poderiam alcançar uma boa renda nestes tempos de escassez da mão-de-obra escrava, ainda a preferida na sociedade da época.[11]

Contudo, outros senhores se mostravam mais obstinados em concentrar sua posse no ramo da agricultura, por possuírem algum arrendamento ou mesmo por se apresentarem como detentores do poder local com base na terra. Alfredo Guibson, por exemplo, dos cinco cativos em seu poder, 4 dedicavam-se a tal atividade (o quinto escravo não teve sua profissão declarada). O Barão da Tacaruna, que possuía 10 cativos, declarou 6 como agricultores. Henrique Guibson, dos 7 escravos, cinco dedicavam-se ao trabalho na lavoura.

Entre os quatro maiores senhores de escravos de Olinda, dois se destacam na posse de cativos empregados na agricultura: Antonio Gonsalves da Silva (proprietário do engenho Fragoso) e o Major Joaquim de Sá Cavalcanti de Albuquerque. O primeiro, com 27 escravos, empregava 20 destes na agricultura, enquanto o segundo, com 33 cativos, declarou ter 23 dedicados a esta atividade. Os outros dois grandes proprietários - Coronel João de Sá Cavalcanti de Albuquerque, com 59 escravos e Coronel Joaquim Cavalcanti de Albuquerque, com 54 escravos, apesar de se apresentarem como os maiores senhores de Olinda, preferiram registrar grande parte de seus cativos sem profissão.

Como podemos perceber, a presença dos *Cavalcanti de Albuquerque* era marcante entre os grandes proprietários de escravos de Olinda. O Coronel João de Sá Cavalcanti de Albuquerque, além de possuir o maior número de cativos da localidade, era proprietário de pelo menos três engenhos na região: o Genipapo, o Jardim e o Paulista. Nesse ínterim, ainda na segunda metade do

[10] FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, Moleques e Vadios na Bahia do Século XIX*. Salvador: Ed;. Da Universidade Federal da Bahia, 1996. p. 25.

[11] É importante frisarmos que, apesar da mão-de-obra escrava não se apresentar como a principal, devido ao crescimento dos trabalhadores livres, os escravos, por motivos diversos, continuaram a ser preferidos para desempenhar determinadas atividades.

século XIX, poderíamos aplicar o "citadíssimo soneto, cantarolado na época da Praieira (1848)", destacado no estudo de Marcus J. M. de Carvalho sobre a formação das alianças políticas na Província: "Quem viver em Pernambuco, há de estar desenganado; ou há de ser Cavalcanti, ou há de ser cavalgado".[12] O poder local estava intimamente ligado ao acesso restrito a terra, refletindo no número reduzido de grandes proprietários de escravos da região.

Somando todos os senhores da Lista que apresentam em seu sobrenome "Cavalcanti de Albuquerque" - sem considerar os demais que possuem apenas o "Cavalcanti" e o "Albuquerque" separado - constatamos que, juntos, possuíam 166 cativos, ou seja, 25,4% de todos os escravos de Olinda. Além destes, encontramos ainda integrantes de outros importantes "clãs" de Pernambuco, como os Rego Barros e os Paes Barreto, entre outros.

Assim, vida política e poder senhorial se misturavam, como podemos observar na forma com que muitos senhores são registrados na *Lista*. Além de um Barão (Barão da Tacaruna), que presidiu a Câmara Municipal em 1873, assim como, a Junta de Qualificação responsável pela classificação dos escravos, encontramos ainda 12 militares, com patentes de major, capitão, tenente-coronel e coronel, provavelmente, da Guarda Nacional, exemplo de prestígio e influência política naquele contexto. No Segundo Reinado, a Guarda Nacional transformou-se no principal elemento de controle da população e na cooptação dos senhores de terra, ao mesmo tempo em que não fazia parte da burocracia imperial, favorecendo ainda mais o poder local vigente.[13] Sobre esta questão, José Murilo de Carvalho afirma que:

> No caso brasileiro, a associação litúrgica por excelência foi a Guarda Nacional. [...] Basta lembrar que seu oficialato era retirado das notabilidades locais, fazendeiros, comerciantes e capitalistas, e o contingente se compunha de quase toda a população masculina adulta livre.[14]

Outros também aparecem integrando a vida política local, como por exemplo: o Tenente-Coronel Manoel Dionizio Gomes do Rego (4 escravos), José Eustáquio Maciel Monteiro (1 escravo), Dr. Manoel Antonio de Pessoa e Silva (5 escravos) e Dr. Francisco Lins Caldas (1 escravo), todos componentes da Câmara Municipal de Olinda. Este último ainda aparece, em 1866, ocupando o cargo de Delegado deste município. E o Major Joaquim de Sá Cavalcanti de

---

[12] CARVALHO, Marcus J. M. de. Cavalcantis e Cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817-1824. *Revista Brasileira de História*, v.18, nº 36, 1998, p. 331.
[13] CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem*: a elite política imperial. Rio de janeiro: Ed. Campus, 1980, p. 120.
[14] Idem, p. 124.

Albuquerque, em documento datado de 15 de outubro de 1867, aparece, também, como Delegado do Termo de Olinda.[15]

Em conseqüência do período denominado de "Regresso Conservador", que reformou o Código Civil Criminal de 1832, retirou-se parte dos poderes do Juiz de Paz, que era eleito, passando-os para os Delegados e Subdelegados de polícia, que eram nomeados pelo Ministro da Justiça. Os Delegados, além de suas funções policiais, passaram a acumular também atribuições judiciais, pelo menos até 1871, quando foi modificado tal estrutura, voltando a idéia inicial.[16] De qualquer forma, o prestígio e o poder de tal função eram almejados por muitos integrantes das forças locais, que visavam alcançar projeção política maior.[17]

Além do que, o compromisso firmado, entre Estado Imperial, senhores de terra e demais setores do poder local, se fazia de forma que estes elementos criassem uma relação de interdependência, que garantissem a "estabilidade" ao Império e ao mesmo tempo restringissem à maioria o acesso à cidadania. Tal "serviço litúrgico" - como denominou José Murilo de Carvalho - era exercido gratuitamente, baseado em uma complexa relação de troca, que muito caracteriza o Brasil até hoje.[18]

Encontramos ainda outra categoria de senhores em Olinda: a dos clérigos. Estes eram em número de cinco que, juntos, possuíam 12 escravos: Cônego Marcellino Antonio Dornellas, com um escravo empregado no serviço doméstico; Cônego Firmino de Mello Azevedo, com dois, ocupados no serviço doméstico e agricultura; Cônego Ignácio Antonio Lobo, também dois, uma lavadeira com um filho menor; Cônego Manoel Thomaz de Oliveira, com três, uma engomadeira e um sapateiro com seu filho; e Frei José de Santa Júlia Botelho, com quatro, uma cozinheira e seus três filhos menores.

Para estes, apesar das "recomendações" da Igreja e da maioria das ordens religiosas neste período, em favor da emancipação, os escravos estavam presentes na realização de tarefas cotidianas, como também, na lavoura. O último clérigo citado, o frei José, abade do mosteiro de São Bento de Olinda, possuía uma família inteira de cativos. É importante destacarmos que, em 1871, os Beneditinos de todo o Brasil, reunidos no Mosteiro do Rio de Janeiro, comunicaram ao Governo Imperial a libertação de todos os escravos da

---

[15] Lista de Classificação de 1876.

[16] CARVALHO, José Murilo, op. cit. p. 120.

[17] No decorrer do Império, várias leis modificaram as atribuições policiais a nível de poder local. A exemplo disso, em 1836 foram criadas em Pernambuco as Prefeituras de Comarca, na qual os prefeitos assumiriam "funções de polícia que estavam concentradas, até então, nas mãos dos juízes de paz - dando início, assim, a um ensaio de centralização da polícia, uma vez que esta passava para o controle dos representantes do imperador nas províncias".

[18] CARVALHO, José Murilo, op. cit., p. 126.

Congregação, no dia 29 de setembro deste ano, um dia após a implantação da lei do Ventre Livre.[19] O difícil mesmo não foi declarar uma "lei áurea" por antecipação, e sim, colocá-la em prática, já que muitos clérigos não abriram mão de suas posses, contrariando as orientações superiores.

Na segunda metade do século XIX, não só beneditinos, mas também franciscanos, carmelitas e clérigos seculares compartilhavam do ideário emancipatório que, gradualmente, seria institucionalizado pelo Governo Imperial. Isso ocorreu de forma semelhante a outros setores senhoriais, que passaram a criar suas próprias tramas dentro do discurso gradualista de libertação dos escravos, sobre o ideal de uma emancipação ordenada, disciplinada e sem grandes rupturas.[20]

Entre discursos e práticas, percebemos a presença de laços familiares sob o jugo de vários proprietários, nos levando, com isso, a perguntar sobre a complexidade das relações que permeavam os conflitos cotidianos entre senhores e escravos, envolvendo muitos indivíduos de diversos setores sociais nesse tumultuado campo de ação e reação dentro e fora do cativeiro. Dessa forma, se os escravos resistiram à desumanização – como bem colocou Genovese[21] – qual o papel da família como luta contra as artimanhas do poder senhorial? Ou seria a família escrava apenas um instrumento de controle e objeto de barganha bem estruturado pelos senhores? Partindo dessas indagações, percebemos a importância de melhor visualizarmos a estrutura familiar desses escravos em meio aos conflitos e relações de força que permeavam o cotidiano do cativeiro, nestes últimos anos da escravatura.

3.2. Família escrava: "abalo e arrimo do escravismo"

> O pior da escravidão não é todavia os seus grandes abusos e cóleras, nem suas vinditas terríveis; não é mesmo a morte do escravo: é sim a pressão diária que ela exerce sobre este; a ansiedade de cada hora a respeito de si e dos seus; a dependência em que está da boa vontade do senhor; a espionagem e a traição que o cercam por toda parte, e o fazem viver eternamente fechado numa prisão de Dionísio, cujas

---

[19] LACOMBE, Américo Jacobina. *A Obra Histórica do Padre Hoornaert*. Rio de Jeneiro: AGIR; [Brasília]: INL, 1983. p. 10.

[20] Sobre a relação entre Igreja e emancipacionismo, ver: BEOZZO, José Oscar (Coord.). *História da Igreja na América Latina*: ensaio de interpretação a partir do povo. Segunda Época. A Igreja no Brasil no Século XIX. Tomo II/2. Petrópolis: Vozes, 1985; e HOORNAERT, Eduardo (Coord.). *História da Igreja na América Latina:* ensaio de interpretação a partir do povo. Segunda Época. A Igreja no Brasil no Século XIX. Tomo II/1. Petrópolis: Vozes, 1992.

[21] GENOVESE, op. cit. p. 477.

> paredes repetem cada palavra, cada segredo que ele confia a outrem, ainda mais, cada pensamento que a sua expressão somente denuncia.[22]

Sem dúvida, não podemos negar que o escravo vivia as pressões e as violências diárias que tanto marcaram a vida no cativeiro, onde este tivesse existido, em qualquer tempo e espaço na História. "Abusos", "cólera", "espionagem"; tudo isso impregnando a rotina de movimentação à qual o cativo estava obrigado. Ainda segundo as palavras de Joaquim Nabuco, "é que a escravidão só pode existir pelo terror absoluto infundido na alma do homem". Ao denunciar a violência da escravidão, Nabuco procurou demonstrar, também, a passividade do cativo diante da realidade que o cercava:

> A escravidão é tudo isso, e quando deixa de ser, não é porque os senhores se tornam melhores, mas, sim, porque os escravos se resignavam completamente à anulação de toda a sua personalidade. Enquanto existe, a escravidão tem em si todas as barbaridades possíveis. Ela só pode ser administrada com brandura relativa quando os escravos obedecem cegamente e sujeitam-se a tudo [...].[23]

Todavia, não podemos olhar a vida cotidiana dos escravos e considerá-los apenas como "vítimas" aterrorizadas na "prisão de Dionísio." E, ao contrário da "anulação de toda a sua personalidade", o escravo buscou, na maioria das vezes, romper com a "lógica da escravidão", que visava triturá-lo em um processo constante de "desumanização". Malhas de solidariedades eram construídas a todo o momento, transformando-se em importantes instrumentos na luta diária pela sobrevivência.[24]

Dessa forma, pretendemos neste espaço apresentar os aspectos gerais que marcaram as relações de parentesco entre escravos e outros setores da sociedade de então. Um primeiro ponto interessante a se destacar é o crescimento dos plantéis, quando analisamos os familiares incluídos na Lista de Classificação de 1876, atrelados aos escravos matriculados em Olinda. Cônjuges e filhos incrementavam a posse dos senhores responsáveis no registro de seus

---

22 NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 1988. p. 136.

23 Idem.

24 Para uma visão mais geral sobre a resistência dos escravos na América, ver: GEARY, Dick. Europa e o protesto escravos nas Américas, *circa* de 1750-1850. In: LIBBY, Douglas Cole, Org.; FURTADO, Júnia Ferreira, Org. *Trabalho livre, trabalho escravo*: Brasil e Europa, séculos XVII e XIX. São Paulo: Annablume, 2006.

escravos, incluindo nesta soma os ingênuos, "livres" como qualquer outro cativo.

Existiam plantéis inteiros compostos de uma única família, a exemplo dos "herdeiros do finado João Baptista de Cavalcanti Albuquerque", com 9 escravos, ou a escravaria de João das Chagas Ferreira, composta por uma escrava e seus três filhos, entre eles um ingênuo. No plantel do Coronel João de Sá Cavalcanti de Albuquerque, dos 59 escravos que possuía, 28 contavam como "pessoas da família", correspondentes aos escravos matriculados. Já o Coronel Joaquim Cavalcanti de Albuquerque, dos 54 escravos, 22 figuravam como "pessoas da família". Diversos exemplos poderiam ser citados, no entanto, outros elementos devem ser destacados em nossas análises sobre a família escrava em Olinda.

Primeiramente, observaremos os escravos de acordo com seu Estado Civil. Com isso, devemos frisar que consideramos apenas os escravos com mais de 14 anos de idade em nossa análise, excluindo aqueles muito jovens e os que não constaram tal informação. Partimos desta idade limite pelo fato de representar a mãe mais jovem da Lista, Chrispina, com duas filhas, ambas nascidas depois da Lei do Ventre Livre.

Assim, os solteiros chegavam à cifra de 390 escravos (ou 87,6%), enquanto os casados e os viúvos, 32 (7,2%) e 23 (5,2%), respectivamente. Os dois últimos juntos somavam 55 escravos, ou seja, 12,3%. Contudo, esse último número refere-se apenas às relações matrimoniais reconhecidas oficialmente pela Igreja, excluindo-se qualquer outra forma de arranjo familiar. Pais e mães solteiros, viúvos e viúvas criando seus filhos e tantos outros laços familiares vêm sendo descortinados pela historiografia. Mas, que família era esta que se constituía em meio às agruras do cativeiro?

Logo de início, se considerarmos todos os escravos que apresentam "pessoas da família", o número chega a 108 cativos. Outro ponto interessante a se considerar é que, ao somarmos os escravos matriculados e suas famílias, chegamos a 300 pessoas, ou seja, 45,8% de todos os que encontramos na Lista. Percebemos, então, que a formação de famílias contribuiu consideravelmente para a perpetuação da posse de muitos senhores, como já havíamos demonstrado anteriormente.

Entre estes se encontram as mães solteiras, que chegavam à cifra de 67 cativas, representando 75,2% do total de mulheres que tinham filhos (que chegavam a 89 escravas). Apesar da dificuldade de compararmos, estes dados com outros estudos – devido a pouca referência que possuímos – Kátia Mattoso nos dá alguns subsídios para que melhor se visualize nossos resultados. A autora afirma que:

> Apesar de nos encontrarmos nos últimos trinta anos do regime escravista, o padrão de reprodução dos escravos brasileiros é fraco: das 214 mulheres em idade de procriar, somente 59 (27,6%) chegam à condição de mãe, isto é, menos de 1/3 da população feminina. Mesmo se ampliarmos o número de mães escravas incluindo, também, aquelas que pertencem a outras faixas etárias, ou cuja idade é desconhecida, notamos que seu número é mais baixo ainda: somente 19,7% do nosso universo feminino é constituído por mães escravas.[25]

Em nosso estudo, considerando as escravas em "idade de procriação" (entre 12 e 40 anos, de acordo com o estudo citado), estas representavam 172 cativas. Dessas, 66 possuíam filhos, ou seja, 38% do total. Se ampliarmos a faixa etária, incluindo todas as escravas matriculadas, entre 12 e 62 anos (ou seja, 253 cativas), o resultado pouco muda: 35,1% possuíam filhos. Observamos, assim, um número superior ao apresentado pela autora, não perdendo de vista os diferentes referenciais e documentação de cada estudo.

Kátia Mattoso afirma ainda que, para o último período da escravidão, o número de escravas com filhos superava um terço entre o total de mulheres, aproximando-se, neste aspecto, aos nossos resultados. Isso porque, segundo a autora, a propaganda abolicionista e a atitude dos senhores em alforriar seus escravos, na hora da morte, teriam contribuído para um resultado positivo na "procriação" dos escravos.[26] Contudo, devemos frisar que o número de escravas que tiveram filhos deveria ser ainda maior, considerando que a lista só apresentava os filhos menores de 21 anos, desconsiderando as mães que possuíam filhos adultos. E ainda que, devido à alta mortalidade infantil, muitas mulheres foram registradas sem qualquer referência à maternidade, excluídas das estatísticas oficiais.

Em relação à faixa etária das mães encontradas na lista, percebemos uma grande variação entre os 14 e 53 anos de idade. Muitas escravas possuíam apenas um filho, enquanto outras chegavam a três, quatro, cinco ou mesmo sete, entre solteiras, casadas e viúvas, numa rede complexa que poderia incluir ainda outros arranjos familiares dentro da comunidade escrava. Podemos destacar também que várias cativas entre 14 e 21 anos já possuíam mais de um filho, ao mesmo tempo em que escravas, com mais de quarenta anos, também "experimentaram" a maternidade, a exemplo de Felicidade, de 47 anos, que tinha três filhos, tendo o mais novo apenas 8 anos; Cândida, de 48 anos e

[25] MATTOSO, op. cit. pp. 44-45.
[26] MATTOSO, op. cit. p.45.

também três filhos, e o menor com 4 anos; Felizberta, com 50 anos, tinha dois filhos, um com 11 e outro com 7; e Vicência, a mãe mais velha da lista, com 53 anos, tinha apenas uma filha, com 10 anos de idade.

Diferentes estímulos poderiam ter levado mulheres escravas à experiência da maternidade, por exemplo, laços afetivos, incentivo senhorial na formação de famílias ou mesmo pela repercussão da Lei do Ventre Livre, que "garantia" ao filho a liberdade que ela não alcançara até então. Também podemos destacar a violência sexual, que poderia levar as escravas a gerarem filhos dos próprios senhores, muitas vezes possibilitando a mesma e a seu filho algum privilégio dentro do cativeiro, ou mesmo a liberdade; o contrário também poderia acontecer, atraindo a ira de esposas e até senhores preocupados com sua reputação.[27]

A partir do exposto, devemos compreender que a formação de laços familiares ia além da oficialização pela Igreja das relações afetuosas dentro do cativeiro. Para um escravo, o mais importante – na escalada de conquistas pessoais – era "pertencer" a um grupo, que poderia incluir desde relações familiares "extensivas" e "simbólicas", até "os sentimentos de etnia, raça, classe – os elos afetivos entre pessoas" – que "levavam os cativos a se ajudarem mutuamente, mesmo quando a situação envolvia sérios riscos".[28]

Hebe Maria Mattos, em seu estudo sobre os significados da liberdade no sudeste escravista, ao analisar a importância da família nuclear e a rede de relações pessoais na vida dos homens livres do século XIX, afirmou que o mesmo poderia ser aplicado aos escravos. Isso porque, "a obtenção de maiores níveis de autonomia dentro do cativeiro parece ter dependido, em grande parte, das relações familiares e comunitárias com outros escravos e homens livres da região".[29]

Marcus Carvalho também destaca a importância dos cativos no processo de reconstrução da identidade diante da nova realidade que este encontrara desde a travessia atlântica. O autor afirma que o "caminho para a liberdade [...] muitas vezes começava exatamente aí: na construção de uma rede de relações pessoais às quais o cativo 'pertencesse'". Os laços africanos foram

---

[27] Para uma maior discussão acerca da sexualidade e da resistência entre as mulheres escravas nos últimos anos da escravidão, ver: COWLING, Camillia. Negociando a Liberdade: mulheres de cor e a transição para o trabalho livre em Cuba e no Brasil, 1870-1888. In LIBBY, Douglas Cole, Org.; FURTADO, Júnia Ferreira, Org. *Trabalho livre, trabalho escravo*: Brasil e Europa, séculos XVII e XIX. São Paulo: Annablume, 2006.

[28] CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850.* Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2001. p. 239.

[29] MATTOS, Hebe Maria. *Das Cores do Silêncio*: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 65.

quebrados brutalmente, levando-os a reconstruírem suas relações afetivas e comunitárias.

> Esse processo de recriação das raízes era essencial para a superação da condição escrava. Por essa razão, é de grande relevância o estudo da formação de famílias, da reconstrução dos laços étnicos e de outras formas de associação dos cativos inclusive as de cunho religioso e cultural. Ao se inserir num grupo humano ao qual "pertencia", o escravo dava um passo fundamental em direção a liberdade.[30]

Em alguns plantéis, os laços celebrados pela Igreja chegavam a constituir grandes núcleos familiares dentro do cativeiro, a exemplo de Joaquim, casado com Roza, escrava do mesmo senhor, com 5 filhos menores escravos: Tranquilino com 15 anos de idade, José com 13, Bruno com 12, Simplício com 9 e Benedito com 4. Ou Maximiano, casado com Alexandrina, com 4 filhos menores escravos: Luiz, com 14 anos, Martino, com 12, Margarida, com 11, e Faustino, com 10. Admira ainda mais a família de Antonio, casado com Marcela, "liberta na metade", com 7 filhos escravos: Martinha com 17 anos de idade, Maria com 15, José com 13, Mauricio com 11, Luiz com 10, Manoel com 6 e Ana com 4.

Contudo, a maioria dos escravos, que apresentam "pessoas da família", foi classificada como "solteira", já que muitas mães carregavam consigo o peso maior na construção da família. Mas, a partir de 1869, proibia-se a separação das famílias no momento de uma partilha ou mesmo venda, tornando-se ainda mais patente com a criação da Lei do Ventre Livre, que colocava os filhos menores de 12 anos sob a proteção das mães.[31]

As relações familiares neste período se tornavam cada vez mais complexas, devido às mudanças na legislação, às pressões do Governo, aos jogos de interesse dos senhores, à impaciência dos abolicionistas, etc. Escravas também conviviam com as expectativas e as frustrações da liberdade, tanto para elas, quanto para seus filhos. Ignacia tinha três filhos menores, Paula, que já se encontrava liberta; Juraci, nascido depois da Lei 2040 de 28 de setembro de 1871 e Januário, que permanecia escravo, como sua mãe. Chrispina, de apenas 14 anos, já possuía dois filhos, mas ambos nascidos depois da referida lei. Marcolina, escrava, mas com um filho liberto. Luiza, de apenas 16 anos, tinha

---

[30] CARVALHO, Marcus, op. cit. p. 129.

[31] CASTRO, Hebe Maria Mattos de. Laços de Família e Direitos no Final da Escravidão. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. Vol. 2: Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Cia das Letras, 1997, p. 345.

três filhos, sendo um liberto e os outros dois nascidos depois de 1871. Outros casos podem ainda ser mencionados, como de Angélica, Lúcia e Philomena, todas mães de filhos "livres", ou seja, ingênuos.

Se a partilha ou a venda não mais - teoricamente - poderiam separar uma família, a liberdade se encarregaria disso. Contudo, é importante frisar que os escravos sempre valorizaram a libertação das mulheres, e estas, ao que parece, a de seus filhos. A esperança de libertação de toda uma família deveria gerar muita tensão e frustração, já que existiam inúmeros obstáculos na realização de tal objetivo. Sendo assim, não devemos deixar de pensar - como já havia demonstrado Sidney Chalhoub - que o texto final da lei Rio Branco "foi o reconhecimento legal de uma série de direitos que os escravos haviam adquirido pelo costume e aceitação de alguns objetivos das lutas dos negros".[32] Com isso, mesmo a liberdade fragmentada de uma família poderia alcançar significados importantes na vida do cativeiro.

Outro ponto importante a destacar, refere-se às relações afetivas entre casais separados pelo cativeiro ou mesmo pela liberdade. Robert Slenes, em um estudo sobre família escrava em Campinas, constatou que "[...] com exceção de algumas poucas pessoas que eram casadas com libertos, **todos** os escravos casados na amostra tinham cônjuges que pertenciam ao mesmo senhor". O autor conclui ainda que, a partir da análise de vários municípios pesquisados, os senhores proibiam o casamento de seus escravos com cativos de outros plantéis.[33]

Em nosso estudo, encontramos cinco escravos unidos pelo matrimônio, mas "separados" por pertencerem a senhores diferentes. Não sabemos ao certo qual a origem dessas separações; se eles já se encontravam casados e foram separados numa partilha; ou se uniram com a permissão de seus senhores. E, ao que parece, o escravo Martinho era casado com uma escrava residente fora dos limites de Olinda, pois, diferente dos outros na mesma situação, que consta o nome do proprietário do cônjuge, apenas aparece a seguinte informação: "casado com Sebastiana, escrava de outro senhor".

O eterno fantasma da separação de cônjuges, através de partilhas ou vendas, há muito caracterizou a escravidão antes de 1871. Além do que, a morte do senhor sempre gerava momentos de incertezas, que poderia ter

---

[32] CHALHOUB, op. cit., pp. 159-160.

[33] SLENES, Robert W. Escravidão e Família: padrões de casamento e estabilidade familiar numa comunidade escrava (Campinas, século XIX). *Estudos Econômicos*, São Paulo, 17 (2): maio/agosto, 1987. p. 218. Grifo do autor.

grande impacto sobre as famílias e redes de parentesco e solidariedades, que, muitas vezes, levava a rupturas ou apenas a "esticar" tais relações.[34]

Isso porque, muitas separações, como as que demonstramos acima, não, necessariamente, geravam a quebra dos laços há muito construídos, já que a proximidade dos plantéis facilitava o convívio entre os pares, possibilitando ainda o alargamento das relações com escravos de outras localidades. Além dos exemplos já citados, encontramos ainda aqueles que foram separados pela liberdade. José, Cassimiro e Marcolino eram casados com libertas, enquanto Manoel, Jacinho e Luiz eram casados com mulheres livres, assim como Ignez, casada com homem livre. No entanto, como já havíamos afirmado, essas separações não, necessariamente, representavam rupturas. Isso porque:

> O mundo do cativeiro permanecia um mundo imprevisível por mais que os escravos se empenhassem em reduzir o perigo em suas vidas. Mesmo os que realmente tinham chance de ficar com o prêmio gordo, a alforria, sabiam que as possibilidades de deixar para trás uma vida de insegurança e privações, como liberto, eram poucas. Nessas circunstâncias, cortar os laços com a comunidade de origem não fazia sentido.[35]

E os livres, como entraram nesta história? Na verdade, muitos estudos vêm demonstrando as relações estreitas entre escravos e outros setores da sociedade, como os livres pobres. Denise Soares Moura, por exemplo, em seu estudo sobre os homens livres no declínio do escravismo (Campinas, século XIX), constatou também este "viver tão juntos" caracterizado por interações e conflitos cotidianos:

> Desde os idos da colônia, escravos e homens livres mantiveram estreita sociabilidade. A vida urbana favorecia este contato, sendo impossível alhearem-se uns aos outros, pois nas andanças pelas ruas da cidade, frequentemente estabeleceram-se laços. A frouxidão desse convívio fundia seus mundos, tornando-se único e perpassado por relações amorosas, concubinatos, solidariedades, tensões, desentendimentos e afetos.[36]

---

[34] SLENES, Robert W. Senhores e Subalternos no Oeste Paulista. In ALENCASTRO, Luiz Felipe (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. Vol. 2: Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Cia das Letras, 1997, p. 274.

[35] Idem, p. 280

[36] MOURA, Denise Aparecida Soares de. *Saindo das Sombras*: homens livres no declínio do escravismo. Campinas: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1998, p. 216. Cf. também:

Evidentemente, não devemos simplificar as relações familiares e comunitárias entre escravos e demais setores de forma romanceada. Uma rede complexa ligava todos os seus componentes, que giravam sob a órbita senhorial e suas estratégias arbitrárias e ardilosas. Segundo Robert Slenes, os escravos e senhores estreitavam suas relações com base no princípio da "força e favor", com incentivos de "prêmios" principalmente aos mais antigos e com laços de parentesco já formados. Essa estratégia criava, ao mesmo tempo, um campo de expectativa para uns e a exclusão de outros, principalmente dos mais novos no plantel, que levariam mais tempo até consolidarem seus laços com a comunidade.

Distribuição de ocupações "melhores" e até mesmo o acesso à família dependia do grau de relacionamento que o cativo desenvolvia com seu senhor. Por isso, Slenes afirma que "a família escrava transformava os cativos em 'reféns', tanto de seus próprios anseios quanto do proprietário. Os senhores, certamente, sabiam disso quando refletiam sobre os ditames da 'humanidade' e da 'boa razão'". Contudo, o autor demonstra que os escravos não foram simplesmente envolvidos nas tramas das estratégias senhoriais. Slenes conclui que "[...] o ardiloso engenho montado pelos senhores voltou-se contra os seus criadores. A política que incentivava a criação de famílias, visando produzir reféns, também garantia aos escravos um certo espaço de autonomia".[37]

Para finalizarmos esta parte, encontramos, no relato de Henry Koster, um acontecimento que bem demonstra um pouco do que apresentamos até agora sobre a família escrava. Koster, viajante inglês instalado nas proximidades de Olinda no início do século XIX, deixou um importante relato dos laços que permeavam a vida do cotidiano escravo:

> Por esse tempo morreu de parto uma escrava e foi geralmente lamentada. O pesar do marido muito pareceu loucura. Não quis comer senão no outro dia, quando um de seus filhos o persuadiu que tomasse algum alimento. Até a época da minha partida para Pernambuco, não havia recobrado seu antigo *espírito* e não falava na mulher sem lágrimas nos olhos. Outros escravos ficaram alguns dias depois da morte, acabrunhados, e os rudes instrumentos em que era hábito tocar tarde à porta, foram postos de lado. Por algum tempo toda alegria cessou.[38] [Grifo nosso].

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Cativos do Sertão*: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá: 1850/1888. São Paulo: Ed. Marco Zero; Cuiabá, MT: Ed. Universidade Federal de Mato Grosso, 1993.

[37] SLENES, Senhores e Subalternos, op. cit. p. 276-282.

[38] KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Recife: Editora Massangana, 2002, pp. 384-385.

Koster talvez percebera algo de diferente de tantos outros viajantes estrangeiros que por aqui passaram. Ou mesmo contemporâneos, que consideravam os escravos "desregrados" em sua vida íntima.[39] No entanto, buscamos demonstrar que tais visões não estão de acordo com nossos resultados apresentados até então. Mesmo com a "espionagem", "a cólera" e a "traição" - como afirmou Nabuco - os escravos conseguiram construir e reconstruir, quando necessário, os laços que teimavam em romper-se sob a violência da escravidão.

Mas, apesar das tentativas constantes, em meio a estratégias ardilosas e violentas dos senhores, os cativos não permitiram - dentro dos limites da instituição - que seu *espírito* enfraquecesse - no dizer de Genovese. Talvez, eles se permitissem apenas a "cessar a alegria" por certo tempo - nas palavras de Koster - nos momentos de perdas e rupturas das redes que envolviam toda uma comunidade, em torno da dor de um ente querido. Por essa e outras razões, concordamos com Robert Slenes quando afirma que a família cativa, "ao promover a autonomia e a dependência do escravo, era a um só tempo abalo e arrimo para o escravismo".[40]

3.3. Poder moral e resistência escrava

> Às vezes sentava-me, à noite, na soleira da porta, quando toda a minha gente se retirara para suas moradas. Ouvi o murmúrio das vozes nas senzalas, embora me supusessem adormecido, observava a saída de um negro a caminhar furtivamente para visitar um conhecido, morador a pouca distância ou ir tomar parte n'algum divertimento noturno. Os negros vizinhos também convidados deslizavam, imperceptíveis, durante a treva. É nessas ocasiões que os planos para enganar o amo são concebidos e, nessas doces e defesas reuniões, os projetos se formam. É então que o proprietário de escravos reflete nessas manobras secretas, verificando a inutilidade de todos os regulamentos e de sua própria orientação. A opressão cria o desejo do ato contrário a quem oprime. [41]

---

[39] Sobre as impressões dos estrangeiros em relação a família escrava no século XIX, ver SLENES, Robert W. *Na Senzala uma Flor*: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Jeniro: Nova Fronteira, 1999, em especial o capítulo 3.

[40] SLENES, Na Senzala uma Flor, op. cit. p. 28.

[41] KOSTER, op. cit. pp. 376-377.

Henry Koster parecia ter aprendido logo as estratégias tanto senhoriais quanto dos escravos acerca das relações de força que permeavam o cotidiano da sociedade a qual passara a integrar. Sua percepção, quanto às astúcias de seus subalternos, impressiona pela riqueza de informações que nos fornece em relação aos procedimentos minúsculos que os cativos iam tecendo junto com seus pares. Individual ou coletivamente, os escravos processaram uma teia de artimanhas que, devido a seu "pendor natural para ludibriar aquele que o subjuga", moldavam suas vidas aos limites impostos pela opressão do cativeiro.[42]

Mas o senhor também possuía suas próprias armas e truques para criar uma atmosfera mesclada por violência, opressão e dependência daqueles que o cercavam. Estratégias ardilosas compunham a rotina dos que desejavam manter o poder moral sobre suas posses. Muitos senhores sabiam dos riscos que corriam na aplicação de castigos excessivos e de uma relação baseada apenas pela violência. Era necessário dosar as relações com seus escravos com uma "pedagogia" do medo e ao mesmo tempo dar a estes expectativas de "prêmios", que poderiam ser mais autonomia, melhores colocações ou mesmo a liberdade.

Destacaremos nesta parte dois casos que poderíamos considerar aglutinadores dos vários conceitos utilizados até o momento: Tomás e Ubaldo. Duas trajetórias diversas, cada qual com estratégias montadas com base nos limites e nas imposições do meio social no qual estavam inseridos. No primeiro, um escravo determinado a romper com as rédeas da opressão senhorial, levando-o a um "destino" comum a tantos outros até então. No segundo, caracterizado por artimanhas e estratégias que acabavam por minar os "regulamentos" e "orientações" senhoriais, talvez concebidas pelo despertar de "um sentimento de prazer [...] em contrariar os desejos e tornar nulas as ordens de quem as dá".[43] Vejamos, primeiramente, a trajetória vivenciada pelo escravo Tomás.

Em 18 de novembro de 1867, a Delegacia de Olinda noticiava o assassinato do tenente Braz Machado Pimentel, que ocupava, na época, o cargo de Juiz Municipal suplente. O crime foi cometido por um escravo, que pertencia a D. Anna Barbosa da Silva. Tomás já se encontrava preso na cadeia da cidade, encaminhado para o julgamento em 29 de novembro do mesmo ano.[44]

---

[42] Idem.

[43] Idem.

[44] Série: Repartição Central de Polícia – Delegacia de Olinda, fls. 263, 265 e 268; Série: Promotores Públicos, v. 7, fl. 341; Processo-Crime: escravo Tomás, caixa 8, 1869, Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano.

Num primeiro olhar, pelo próprio imaginário construído sobre a escravidão, pensaríamos em um processo rápido e sumariamente levado aos fins inevitáveis da violência senhorial. No entanto, apesar do final dessa trajetória corresponder a esta dura realidade da violência e da opressão já conhecida por nós, o caminho percorrido até então foi bastante tortuoso. Sua história marcaria para sempre a vida de um dos maiores ícones do abolicionismo brasileiro: Joaquim Nabuco.

Estudante do quarto ano de Direito, *Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo* foi o curador do réu no longo processo que se seguia. Na verdade, participou do segundo julgamento ao qual o escravo foi submetido, já que o mesmo teria passado por dois processos. Talvez, o primeiro caso de relevância de sua vida, Nabuco, com apenas 18 anos de idade, dedicou-lhe, por isso, algumas páginas no seu livro "A Escravidão", escrito em 1870, quando retornou ao Recife para cursar o quinto ano de Direito.[45] O autor apresenta a história deste escravo da seguinte forma:

> Havia em Olinda em 1868 um escravo chamado Tomás, forte, de boa aparência, de bom trato, e moço de 25 anos. Circunscrito, econômico, humilde, brioso, tinha ele uma reputação excelente no lugar. Educaram-no como livre e por isso adquiria esses bons instintos. Ninguém lhe falara em cativeiro. Trabalhava para sua senhora e para si com estímulo e consciência. Era chamado em Olinda - o sr. Tomás.[46]

Não podemos afirmar até que ponto Joaquim Nabuco exagera nas qualidades e na reputação do nosso "sr. Tomás". Contudo, algumas questões levantadas pelo autor nos levaram a melhor refletir sobre muitos elementos que poderiam compor nossa compreensão acerca do cotidiano da vida escrava, nestes últimos anos do escravismo. Em seu relato, Tomás - por motivo desconhecido - foi "barbaramente amarrado e açoitado" em praça pública, "na roda dos moradores de um lugar pequeno, onde de ordinário todos afluem a qualquer espetáculo". Devido a tal episódio, "fez-se uma reação no caráter do escravo. De humilde, tornou-se altivo: era bom, fez-se fera".[47]

Tomás acabaria matando Braz Machado por acreditar ser este o responsável pelo acontecido. O resultado não poderia ser diferente: foi condenado a pena de morte por um Júri de Olinda. Ao aguardar o resultado da

---

[45] NABUCO, Joaquim. *A Escravidão.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. Apresentação de Leonardo Dantas Silva, VII-VIII.

[46] Idem, p. 41.

[47] NABUCO, op. cit.

apelação, na Casa de Detenção do Recife, o escravo conseguiu fugir, dando início a uma caçada que terminaria com a morte de um dos guardas da cadeia, que tentara impedir sua fuga.[48] "Não era mais um homem, era um tigre que se tinha debaixo de ferros", escreve Nabuco. "Mesmo acorrentado era terrível". Sua tentativa de evadir-se não rendeu bons resultados. Foi novamente preso e outro processo iniciado. Agora eram dois crimes de morte na trajetória de Tomás. Mas, o que diziam as leis da época a respeito dos crimes cometidos por escravos?

No decorrer do Império, principalmente a partir da Regência – período de grande perturbação política e social –, muito se discutiu acerca da constante ameaça trazida pela presença cada vez maior dos cativos entre a sociedade de então, participando de revoltas e assassinatos contra pessoas livres, inclusive seus senhores. O Código Criminal do Império do Brasil, em vigor a partir de 16 de dezembro de 1830, decretava, entre outras providências, a pena de morte para aqueles que cometessem assassinatos considerados em grau máximo. Contudo, o réu poderia ser condenado a galés perpétuas (grau médio) ou a prisão com trabalho por vinte anos no mínimo (art. 192).[49] Mas, esta lei era aplicada tanto para os livres, quanto para os escravos. Fazia-se necessária, então, uma lei que punisse com maior rigor os cativos que cometessem crimes contra seus senhores e seus familiares, assim como os seus funcionários. Com isso, foi criada a Lei de 10 de Junho de 1835, que estabelecia o seguinte:

> Art. 1° - Serão punidos com a pena de morte os escravos, ou escravas, por matarem por qualquer maneira que seja, propinarem veneno, ferirem gravemente, ou fizerem qualquer outra grave ofensa física a seu senhor, sua mulher, a descendentes ou ascendentes, que em sua companhia morarem, ao administrador, feitor e às mulheres que com eles viverem. Se o ferimento, ou ofensa física forem leves, a pena será de açoites, à proporção das circunstâncias mais ou menos agravantes.[50]

---

[48] Idem, pp. 41-42; Processo-crime: Tomás, escravo. Caixa 5, Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano. Para uma descrição mais detalhada sobre a trajetória de fuga de Tomás, ver: GALVÃO, Tácito Luiz Cordeiro. O Preto Senhor Thomaz. *Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano*. Recife, n° 61, junho de 2005.

[49] Código Criminal do Império do Brasil. In: RIBEIRO, João Luiz. *No Meio das Galinhas as Baratas não têm Razão*: a Lei de 10 de junho de 1835: os escravos e a pena de morte no Império do Brasil: 1822-1889. Rio de janeiro: Renovar, 2005. p. 29.

[50] Lei de 10 de Junho de 1835, In: RIBEIRO, op. cit. p. 361.

Enquanto o Código Criminal estabelecia certa gradação em relação ao crime de morte, a Lei de 1835 não reconhecia tal prerrogativa. Joaquim Nabuco, percebendo que pouco poderia fazer frente às evidências contra o réu, "reservou-se o advogado para provar que Tomás não era escravo, por uma série de circunstâncias tiradas dos autos".[51] Em seu livro, "A Escravidão", Nabuco relata ter o escravo boa reputação em Olinda, conhecido entre a população local como "sr. Tomás". Em seu primeiro interrogatório, o escravo teria afirmado que "trabalhava na agricultura em companhia de seu senhor". Em outro momento, afirmara ser *fogueteiro*, atividade bem requisitada em uma cidade repleta de festas de irmandades e outras datas comemorativas dosadas com *grande queima de fogos*.[52]

Entre a atividade do campo e as festividades da cidade, Tomás poderia ter alcançado privilégios que poderiam conferir certo grau de liberdade. Segundo Nabuco, "educaram-no como livre e por isso adquiria esses bons instintos". Sobre sua condição de escravo, "ninguém lhe falara em cativeiro". E em relação ao desempenho de suas atividades, "trabalhava para sua senhora e para si com estímulo e consciência".[53] Contudo, não devemos romancear o cotidiano daqueles que alcançavam alguma autonomia e até se confundiam entre os livres que circulavam entre os mesmos espaços dos vários segmentos sociais de então. Privilégios alcançados poderiam ser facilmente tomados, acirrando-se conflitos que outrora foram amenizados em decorrência da criação de espaços conquistados ao longo de uma vida. Com isso, devemos considerar que:

> Cativos que já possuíam 'direitos' ou 'privilégios' – maior autonomia, mobilidade, fortes laços familiares, intimidade/proximidade com os senhores – tornavam-se, nas últimas décadas (mesmo sendo considerados 'crias da casa', 'gente da família') perigosos ao considerarem ilegítima a atitude de tal senhor.[54]

Da mesma forma que senhores poderiam frustrar a expectativa de liberdade de um escravo, este poderia reagir de diversas formas, inclusive com a violência. Tomás não se rebelara contra sua senhora, mas sim, contra aqueles que buscaram reintroduzi-lo na escravidão, reagindo à humilhação do açoite e do tratamento sumário, diante daqueles que viam o grande perigo de não se

---

[51] NABUCO, op. cit. p. 43.

[52] Processo-Crime: escravo Tomás, caixa 8, 1869, Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano.

[53] Idem, p. 41.

[54] CASTRO, p. 364.

castigar "exemplarmente" as reações dos que se mostravam um perigo contra a ordem senhorial vigente. Talvez, precisemos de uma melhor definição do que seria a *escravidão*, com o objetivo de melhor compreender tal lógica por nós perdida – ou reconstruída sob outros moldes. Segundo Paul Lovejoy:

> A escravidão era uma forma de exploração. Suas características específicas incluíam a idéia de que os escravos eram uma propriedade; que eles eram estrangeiros, alienados pela origem ou dos quais, por sansões judiciais ou outras, se retirara a herança social que lhes coubera ao nascer; que a coerção podia ser usada à vontade; que a sua força de trabalho estava à completa disposição de um senhor; que eles não tinham o direito à sua própria sexualidade e, por extensão, às suas próprias capacidades reprodutivas; e que a condição de escravo era herdada, a não ser que fosse tomada alguma medida para modificar essa situação.[55]

Esta definição da instituição é bastante esclarecedora quando consideramos a ideologia senhorial presente nos discursos e nas leis que regiam a propriedade escrava. E, considerando a narrativa de Nabuco sobre os atributos de homem "livre" reconhecidos em Tomás, devemos considerar que "a escravidão quase sempre tinha início por meio da violência, que reduzia a posição de uma pessoa de liberdade para uma condição de escravo".[56] Contudo, como já havíamos afirmado, nenhuma relação humana pode alcançar os resultados esperados com base apenas na violência.

Mecanismos auxiliares devem dosar estas relações, através de instrumentos coercitivos e incentivos capazes de neutralizar as tensões internas. No entanto, dificilmente os senhores conseguiam ter total sucesso em suas investidas. Na tentativa de contribuir com a legitimação do poder moral dos senhores, Carlos Augusto Taunay publicou um "Manual do Agricultor Brasileiro", em 1839. Em uma de suas passagens, o autor afirma que:

> [...] quem observar estas máximas, conhecerá que não é difícil conservar a disciplina mais rigorosa, com bem poucas correções, pois que o excesso de castigo e repetição contínua, longe de corrigirem, embrutecem, não devendo ser permitido aos feitores o castigarem imediatamente, senão na ocasião da

---

55 LOVEJOY, Paul E. *A Escravidão na África*: uma história de suas transformações. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. pp.29-30.
56 Idem, p. 32.

> desobediência com revolta, que é o maior dos crimes domésticos, e ao qual deve aplicar-se depois o máximo do castigo, seja qual for a dose instantânea que o réu tiver levado.[57]

Taunay considera ainda em suas orientações, inculcar nos escravos o catolicismo romano, a permissão aos folguedos e batuques e, ainda, a premiação dos cativos de boa conduta e diligentes nas suas tarefas.[58] Como sabemos, essas regulamentações não garantiam o sucesso da empreitada senhorial contra o "espírito" e a personalidade dos escravos, que também sabiam, muitas vezes, "deslizar" por entre as brechas do poder senhorial. É importante destacar que os cativos haviam construído concepções sobre o que seria um "castigo justo", reagindo contra "maus senhores" principalmente quando interpretavam que estes não cumpriam com suas obrigações básicas. Ou mesmo, na perda de privilégios alcançados no decorrer de uma vida, como pode ter acontecido com Tomás.[59]

Apesar do caso ser de difícil defesa, dadas as evidências contra o réu, Joaquim Nabuco buscou denunciar – "perante o tribunal dos cidadãos" – a escravidão e a pena de morte, considerando dois "crimes sociais" intimamente relacionados naquele momento. Segundo Nabuco, "fora a escravidão que levara Tomás a praticar o primeiro crime, a pena de morte o levara a perpetrar o segundo".[60] Ao final do julgamento, Tomás foi condenado de acordo com o artigo 193 do Código Criminal, ou seja, a galés perpétua. Contudo, tempos depois, foi confirmada a primeira sentença referente ao primeiro crime por ele cometido, condenado à pena de morte. O Código Criminal do Império do Brasil, em seu artigo 38, estabelecia que a pena de morte fosse dada na forca. E no artigo 40, o procedimento até a sua execução determinava o seguinte:

> Art. 40 – O réu, com seu vestido ordinário, e preso, será conduzido pelas ruas mais públicas até à forca, acompanhado do juiz criminal do lugar onde estiver, com o seu escrivão, e da força militar que se requisitar. Ao acompanhamento precederá o porteiro lendo em voz alta a sentença que se for executar.[61]

---

[57] Citado por MARQUESE, Rafael de Bivar. Paternalismo e Governo dos Escravos nas Sociedades Escravistas Oitocentistas, Brasil, Cuba e Estados Unidos. In: FLORENTINO, Manolo; MACHADO, Cacilda. *Ensaios sobre a Escravidão (I)*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003. pp. 123-124.

[58] Idem, p. 124.

[59] CASTRO, op. cit. pp. 355-359.

[60] NABUCO, op. cit. pp. 42-44.

[61] RIBEIRO, p. 28.

A violência não terminava com a execução, pois tal evento não poderia tolerar qualquer manifestação de humanidade em relação ao condenado, como decretava o artigo 42: "os corpos dos enforcados serão entregues a seus parentes ou amigos, se os pedirem aos juízes que presidirem à execução; mas não poderão enterrá-los com pompa, sob pena de prisão a um ano". Todavia, o processo iniciado ainda em 1867 não foi tão simplesmente concluído com o fim do segundo julgamento de Tomás, em 1869. Em aviso expedido pelo Ministério da Justiça em 1870, "Sua Majestade Imperial" teria comutada a pena de morte – a qual teria sido condenado o réu – à pena de galés perpétuas, e que tal decisão fosse cumprida pelas autoridades responsáveis. Contudo, seu caso esbarrava em muitos obstáculos, por se tratar de dois processos que iam e vinham, de uma localidade a outra, dificultando a ação inclusive do promotor público da Comarca de Olinda, que afirmava não constar, até então, de envio da "petição de graça" que o réu, através de seu curador, deveria encaminhar ao Imperador. "Suponho que deva haver engano seja qual for", afirmava o promotor.[62] Como então o escravo teria sido agraciado pela benevolência imperial?

A "Petição de Graça" vem a integrar toda essa discussão em torno das relações de força entre aqueles que defendiam uma legislação rigorosa e os que procuravam "modernizar" as leis. Essa briga ganha força com a Lei de 6 de setembro de 1826, que decretava, em seu artigo 1º, que "a sentença proferida em qualquer parte do Império, que impuser pena de morte, não será executada sem que primeiro suba à presença do Imperador para poder perdoar ou moderar a pena". Mas, em 11 de abril de 1829, o Imperador volta atrás, através do Decreto seguinte:

> Tendo sido muito repetidos os homicídios perpetrados por escravos em seus próprios senhores, talvez pela falta de pronta punição, e que podem até ameaçar a segurança pública, e não podendo os réus compreendidos neles fazerem-se dignos da Minha Imperial Clemência: Hei por bem, tendo ouvido o meu Conselho de Estado, ordenar, na conformidade da Lei [...], que todas as sentenças proferidas contra escravos por morte feita aos seus senhores seja logo executadas independentemente de subirem a minha Imperial presença. As autoridades a quem o conhecimento desta pertencer o tenham assim entendido e façam executar.[63]

---

[62] Série: Promotores Públicos, v. 7, fl. 341, de 14 de junho de 1870.

[63] RIBEIRO, op. cit. p. 332.

No entanto, em 9 de março de 1837, um novo decreto vem a retomar as prerrogativas de 1826, estabelecendo o direito aos condenados a Petição de Graça. Mas o artigo 2° deixava claro que os escravos, condenados pelo assassinato de seu senhor e pressupostos, não gozariam de tal benefício. Tomás poderia ter sido beneficiado por tal comutação de pena, mas, devido ao desencontro de informações, não podemos afirmar que isto tenha ocorrido.

Ao que parece, o caso de Tomás vem a evidenciar toda uma complexa e contraditória discussão em torno da legislação do Brasil Império, envolvendo a necessidade de se punir com maior rigor os escravos, o medo que estes infligiam no seio da sociedade e a modernização das leis em um país ainda regrado pelos antagonismos das relações escravistas. Possivelmente, o caso deste escravo teria deixado um rastro de perturbação e dúvida entre aqueles que se envolveram direta ou indiretamente em sua trajetória. Não apenas Joaquim Nabuco constatou as contradições e a violência das leis que haviam dado subsídios aos mandos da sociedade escravista. Isso porque, em ofício datado em 31 de dezembro de 1870, o promotor Manoel Isidoro (aproximadamente seis meses após ter relatado os possíveis enganos com a "petição de graça" que comutaria a pena de Tomás), encaminhou ao Presidente da Província uma série de dúvidas que o inquietava enquanto agente da lei.[64]

As dúvidas referem-se, justamente, aos réus de condição escrava. Perguntas sobre escravos que feriam gravemente um senhor, penas de açoite e, finalmente, a pena de morte. O promotor não se resumiu em levantar questões, mas também em apontar erros de interpretação da legislação, comparando a Lei de 1835 e o Código Criminal, bem como suas possíveis contradições. Ao que parece, mais do que uma simples consulta ao "ilustríssimo Presidente", Manoel Isidoro buscava discutir sobre problemas que provavelmente nem o "excelentíssimo senhor" poderia responder de forma patente.[65] Após décadas de discussões, em 1876, ocorreu a última execução de um condenado à pena de morte.[66]

Assim, o caminho percorrido por Tomás pode ser interpretado como uma reação radical aos mecanismos opressivos da escravidão, resultado da perda de autonomia, de privilégios e, talvez, de "liberdade". Reação a um "cativeiro injusto"; a castigos que feriam não só o corpo, mas também a dignidade humana. Seu "espírito" e sua "identidade" foram rachados, em decorrência da violência que poderia frustrar, a qualquer momento, as conquistas alcançadas no decorrer de uma vida.

---

[64] Série: Promotores Públicos, fls. 406-407.

[65] Idem.

[66] RIBEIRO, op. cit. p.298.

No entanto, outros escravos conseguiram seguir por caminhos diferentes do percorrido por Tomás, como foi o caso de Ubaldo. Sua trajetória também nos parece repleta de questões que faziam parte integrante do cotidiano do cativeiro. Do "cativeiro injusto" e violento, castrador da liberdade e da própria vida do escravo, partimos em direção a um "cativeiro imperfeito", onde senhores e cativos disputavam palmo a palmo os elementos que garantiam suas conquistas e direitos.

Esse poder moral que o senhor interiorizava, em decorrência de sua vivência enquanto proprietário de seres humanos, foi abalado, mas não desenraizado de seu mais profundo espírito senhorial. Até mesmo para os senhores de "primeira viagem", como Henry Koster, transplantado de uma sociedade regrada por condutas sociais bastante diferentes das que encontrou em Pernambuco, no início do século XIX, viu-se completamente integrando e consolidando os alicerces de uma sociedade escravocrata. Refletindo sobre as "manobras secretas" dos escravos e as estratégias senhoriais de negociação, afirmava que:

> Noutras ocasiões pensamentos diversos a esses ocupavam-me o espírito. Imaginava a vida estranha que levava e a semelhança com a época feudal na Europa aparecia-me, e não a deixava de comparar com o estado atual do interior brasileiro. [...] Eu mesmo sentia o poder que me caíra nas mãos.[67]

Em decorrência de um desentendimento relacionado ao arrendamento do engenho que ocupava, Henry Koster havia reunido seus homens para um possível enfretamento com um vizinho que se colocava como rival na disputa por tais terras. Segundo Koster, "a questão estava ficando séria e o homem percebeu que se uma ação física se iniciasse, podia perder alguns escravos, ao passo que eu, acompanhado por homens livres, não sofreria perda alguma".[68] Aprendera rápido a lógica da escravidão. Perder um escravo, por qualquer motivo, significava prejuízo a seu proprietário, que se sentia lesado com tamanha perda.

Foi o que aconteceu em 14 de janeiro de 1870, quando o senhor frei João do Amor Divino Mascarenhas, prior do Convento do Carmo de Olinda, anunciou no Diario de Pernambuco a fuga de seu escravo:

---

[67] KOSTER, op. cit. p. 377.
[68] Idem, p. 404.

> Continua estar fugido o escravo Ubaldo, pertencente ao Convento do Carmo de Olinda, já anunciado neste Diario de 26, 27 e 28 do outubro último, e juntamente seus sinais, que agora tornar ser os mais notáveis. É claro, bonita figura, corpo seco e agigantado, pescoço e cara comprida, não tem barba, tem 24 anos de idade, fuma e costuma mascar, cabelos pretos e quase corridos, que os tem sempre grandes para esconder duas faltas que tem quase no alto da cabeça perpendicular da orelha direita, tem mais duas cicatrizes de úlceras na canela esquerda junto da entrada do pé, e sobre este tem mais uma costura de um talho, além de outros mais de iguais formas, em diversos lugares dos pés, ultimamente lhe falta o dedo mínimo do pé direito, e parte do esquerdo procedido de muitos bichos que tivera até a idade de 18 anos, e por isso consta andar calçado para não ser conhecido.[69]

O senhor parecia bastante empenhado na obtenção de informações do paradeiro do escravo, pois o anúncio, por nós analisado, pode ser considerado fora dos padrões da época, pelo seu tamanho e pela riqueza de detalhes que o prior relata as estratégias do fujão, assim como, da ideologia senhorial em vigor. Sua persistência era tamanha, tanto que seu anúncio ocupou a "seção" do jornal denominado "A Pedido", pelo caráter de importância que desejava destacar.

À primeira vista, a descrição do escravo não foge ao que encontramos em outros anúncios de fuga, com descrições físicas e até comportamentais do fugitivo.[70] Apesar das inúmeras cicatrizes e outras tantas "faltas" que trazia, o cativo sabia muito bem da estratégia senhorial de dar detalhes que pudessem localizá-lo, como deixar o cabelo crescer, "para esconder duas faltas que tem quase no alto da cabeça perpendicular da orelha direita" e andar calçado, por lhe faltar "o dedo mínimo do pé direito e parte do esquerdo, procedido de muitos bichos que tivera até a idade de 18 anos". A indignação do senhor é latente em muitas partes do anúncio, revelando muito das redes de solidariedade na qual o cativo estava inserido:

> Este escravo é nesta praça bem popular, e não deixa de ser protegido por quem quer que seja, consta andar homiziado, ora pelo bairro do Recife, ora pelos arrabaldes desta cidade, como pelos de Olinda, onde tem sido sempre encontrado, já

---

[69] Diario de Pernambuco, 14 de janeiro de 1870.

[70] Cf.: FREYRE, Gilberto. *O Escravo nos Anúncios de Jornais Brasileiros do Século XIX*. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

> trabalhando, já divertindo-se acompanhado de adjuntos, que provavelmente estejam preparados em sua defesa; e não deixa de ser esta a causa, pela qual não tem sido capturado o dito escravo.

Percebemos, assim, que Ubaldo, há muito, havia construído suas próprias redes de sociabilidade fora do cativeiro, estabelecendo contatos e tecendo relações, não apenas pela cidade de Olinda, mas também em outras localidades, inclusive no Recife. "Adjuntos" estavam a postos em "sua defesa", e este seria um dos principais instrumentos utilizados em seu favor. O prior relata ainda que o escravo teria trabalhado em várias obras tanto na cidade de Olinda, quanto no Recife e seus arrabaldes: "no tráfico de carvão de pedra, algodão, açúcar e no encaixotamento de certos armazéns". O cativo parecia usufruir sozinho da renda alcançada com seu trabalho, sem entregar qualquer soma a um determinado senhor, como era a prática. Experiência importante no caminho da liberdade.

Em suas andanças, Ubaldo havia encontrado possíveis protetores e coiteiros que lhe deram subsídios na sua empreitada, prática esta muito comum entre os escravos que buscavam ficar o maior tempo ausentes de seu cativeiro.[71] O frei João do Amor Divino acusava dois comerciantes no acoitamento de seu escravo, incluindo um ex-senhor de Ubaldo, que fora obrigado a devolvê-lo ao Carmo de Olinda após uma disputa judicial em 1863.

O prior havia se envolvido em inúmeros conflitos desde que ocupou o cargo de prior do Convento, travando uma guerra pessoal contra os "dilapidadores" enviados pela Casa Capitular da Bahia, da qual seria subordinado, disputando com as autoridades maiores os espólios do Carmo. Teria sido preso pelo menos duas vezes e, na "última", por motivos decorrentes de *embriaguez, distúrbios e por insultar o subdelegado.*[72]

Mas, evidentemente, isso não invalida a caçada em prol de seus direitos sobre a posse do escravo em questão. O frei nos dá uma importante pista acerca do possível objetivo traçado por Ubaldo em sua longa jornada: o restabelecimento de laços familiares. Muitas, evidentemente, poderiam ser as possibilidades de interpretação da fuga deste escravo, desde uma simples escapadela sem grandes pretensões até uma tentativa de ruptura com o cativeiro. Contudo, devemos considerar que "pode-se supor com segurança, que muita fuga permanente deve ter começado em escapadelas menos pretensiosas. Aprendia-se muita coisa nessas experiências de liberdade, mesmo

---

[71] GOMES, Flavio dos Santos. Jogando a Rede, Revendo as Malhas: fugas e fugitivos no Brasil escravista. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, p. 50.

[72] Série: Casa de Detenção do Recife (CDR), 1863-1868. APEJE. Localização: 20-H.

quando duravam pouco".[73] Para visitar ou mesmo reconstituir laços que foram rachados pelos caminhos tortuosos de uma vida em cativeiro, Ubaldo poderia ter tomado o seguinte destino, como nos relata o frei "senhor":

> E é de supor terem ido acoitar-se em casa de uma tia e madrinha do escravo de nome Filippa, conhecida por Filippinha, hoje moradora em terras do engenho Velho de Jaboatão, ou no engenho de Camassary, onde também o escravo tem mãe e mais parentes hoje no domínio do Sr. Augusto Oliveira, é de crer que eles se entretenham ai até depois da festa próxima de Jaboatão.[74]

O engenho Camassari foi fundado pelos carmelitas em 1664, no atual município de Jaboatão. No começo do século XIX, o viajante inglês Henry Koster conhecera tal engenho, relatando que este se encontrava "em grande ordem", e que os escravos e o gado estavam em "situação ótima", e tudo parecia com um "aspecto promissor, mas seria mais produtivo se a vigilância aos trabalhadores fosse mais contínua".[75]

Em 1849, "o engenho estava convenientemente montado, com 39 escravos de serviço, tendo além dos edifícios próprios da fábrica, casa de vivenda, capela, senzala, estribaria, casa de farinha com dois fornos, oficinas de ferreiro e de caixas para açúcar, e dois grandes açudes".[76] Mesmo apresentando bom funcionamento, o engenho foi vendido em 1850, em circunstâncias duvidosas. O importante é percebermos a possibilidade de existir uma rede de solidariedade bem consolidada entre os escravos do Camassari, incluindo o próprio Ubaldo. Este poderia ter nascido no engenho, mas separado de sua mãe na época da venda em 1850 ou mesmo depois.

Tudo isso demonstra a importância das redes de solidariedade, mesmo quando ocorriam rupturas ou ampliavam-se as malhas em direção a outras localidades, compondo alianças mais distantes, mas não menos sólidas. Ao sair de Olinda, passando por diversos caminhos irregulares e perigosos, poderia ter ido ao encontro de parentes que viviam no ponto extremo do Recife, "divertindo-se" e "trabalhando", contrariando os interesses daqueles que detinham o poder de posse. Marcus Carvalho afirma que muitas fugas tinham como objetivo visitar familiares e amigos, e que:

---

[73] CARVALHO, op. cit. p. 239.

[74] Diario de Pernambuco, 14 de janeiro de 1870.

[75] KOSTER, op. cit. p. 398.

[76] COSTA, F. A. Pereira da. *A Ordem Carmelita em Pernambuco*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1976. p. 108.

> Às vezes tinham até data marcada, geralmente feriados e dias santos. Fugas assim aconteciam em tudo quanto é lugar onde houve escravidão, inclusive na Antiguidade. [...] E só as circunstâncias de cada caso poderiam definir o futuro do fugitivo. Mas se sabe de uma coisa com mais segurança: *eram os laços entre escravos, morando em lugares diferentes, que atraíam e possibilitavam isso acontecer.* [Grifo nosso].[77]

Assim, os dois casos por nós analisados – Tomás e Ubaldo – contribuem para melhor compreendermos a dinâmica social que envolvia, de forma complexa e irregular, a vida dos escravos diante dos limites e das brechas do sistema escravista. Tomás, com desfecho violento e contraditório, como a própria relação escravista; já sobre Ubaldo, pouco sabemos sobre seu destino. O mesmo não pode ser dito sobre seu senhor, frei João do Amor Divino Mascarenhas.

Logo de início, nos chamou a atenção a perspicácia de um clérigo em recuperar com tamanha "devoção" um escravo fugido, nos mesmos moldes que observamos senhores leigos na defesa de seus direitos de propriedade. Ou até mais persistente. Não que fosse incomum a posse de cativos por integrantes da Igreja, como já demonstramos, mas, no mínimo, contraditório ao discurso emancipacionista em que a instituição apresentara desde pelo menos a Lei de 1831, que abolia o tráfico de escravos para o Brasil. Muitas ordens, a exemplo dos beneditinos, franciscanos e carmelitas, principalmente a partir de 1871, foram libertando seus escravos na tentativa de defender seus próprios interesses nessa nova fase de transformações. O difícil, na verdade, foi convencer os clérigos a abrirem mão de seus "bens" humanos.[78]

Em relação a nosso frei, não conseguiu vencer os mandos e desmandos da Casa Capitular da Bahia, já que "segundo ordens superiores foi deposto do cargo de prior do Convento de Olinda em agosto de 1870, por insubordinação e desatinos com a sua irregularidade de vida".[79] Vida "irregular" e de conduta "duvidosa", as acusações chegavam até a afirmação de que viveria em "escandaloso concubinato na cidade do Recife".[80]

Depois de muita pressão, o prior saiu do Convento, selando, talvez, o destino de nosso escravo. Isso porque, o último prior do Convento do Carmo, frei Inocêncio do Monte Carmelo Sena, regressou à Bahia em agosto de 1871,

---

[77] CARVALHO, op. cit.

[78] Cf.: BEOZZO, op. cit.; e HOORNAERT, op. cit.

[79] PIO, Fernando. *Apontamentos Biográficos do Clero Pernambucano (1535-1935).* Recife: Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, 1994. V. II, pp. 549-550.

[80] FREYRE, Gilberto. *Olinda:* 2º Guia Prático, Histórico e Sentimental de Cidade Brasileira. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1944. p. 113.

entregando o que restava dos bens do Carmo, juntamente com o Convento, à administração da Irmandade do Senhor Jesus dos Passos da Graça. Ao embarcar para a Bahia, levou consigo o "único escravo que restava".[81] Ao que parece, a caçada havia chegado ao "fim".

A trajetória de Ubaldo termina assim, de forma *inconclusa*, revelando, talvez, que a ausência de informações sobre seu destino "final" permanecesse também um mistério para as autoridades da época. Não sabemos se alcançou seus objetivos, mas o contrário também não foi revelado. O mais importante para nós é perceber como trajetórias de vida moldaram de formas tão diferentes o cotidiano do cativeiro, entre tensões, conflitos, frustrações e violência diária. Mas também, entre amores, momentos de distração, construção e reconstrução de laços de solidariedade; entre as tramas que envolviam a complexa e eterna luta "para tornar a vida tolerável e para vivê-la com o máximo possível de alegria".[82]

[81] Idem. p. 112.

[82] GENOVESE, op. cit. p. 477.

Considerações Finais

Ao percorrermos o longo caminho que caracterizou o cotidiano da resistência escrava em Olinda, nas últimas décadas da escravidão, constatamos a dura realidade na qual viviam os cativos até os últimos momentos da abolição, desde as crianças em tenra idade aos mais velhos, em um processo contínuo de extorsão de suas forças. Contudo, percebemos que o cativeiro, por mais que os senhores se empenhassem, não conseguiu destruir a personalidade e o espírito que acompanharam os cativos na longa jornada em direção à liberdade, mesmo que esta nunca chegasse a ser alcançada plenamente.

Na verdade, apesar desta liberdade ser considerada um anseio de muitos, poucos a abraçaram em forma de alforria, fazendo-se necessário conquistar, no decorrer de uma vida, espaços de autonomia e privilégios que poderiam, inclusive, ser disputados com seus pares, transformando-os, muitas vezes, em "reféns" de senhores ardilosos. Mas, seriam os cativos simples vítimas das tramas construídas pela camada senhorial?

Os escravos, em meio à violência do cativeiro e os diversos mecanismos coercitivos montados no decorrer de séculos de escravidão, sempre buscaram "escorregar" entre as brechas do regime e os limites que a própria dominação deixava transparecer. Muitas vezes, foi necessário criar fissuras onde não havia brechas, contribuindo para a construção de um mundo próprio elaborado – e reelaborado – por aqueles que teimavam em viver sem necessariamente abrir mão da felicidade, dentro dos limites impostos do cativeiro.

Com isso, pretendíamos ir mais a fundo no cotidiano da vida escrava de uma cidade fora do modelo clássico caracterizado pela *plantation*, que há muito esteve presente na historiografia sobre o tema. Olinda, apesar do número reduzido de escravos, se caracterizou como encruzilhada no caminho daqueles que pretendiam, por motivos diversos, fugir da escravidão, fosse temporária ou definitivamente. Percorrer longos caminhos em busca da liberdade foi um dos principais aspectos que encontramos entre aqueles que passaram por Olinda, partindo ou chegando, devido à proximidade com o Recife, ou mesmo por apresentar boas oportunidades de esconderijos, pela irregularidade de seu meio natural, pela possibilidade de se esgueirar a uma população mestiça e em expansão e por tantos outros fatores difíceis de mensurar.

Novos caminhos foram abertos pela chegada da modernidade, com trens urbanos e novas estradas, aproximando os arrabaldes à cidade e a áreas

circunvizinhas. No entanto, antigos caminhos continuaram acessíveis a poucos, contribuindo para que muitos ainda pudessem desafiar as malhas repressivas de então. Escravos iam e vinham entre os limites imprecisos das cidades, em busca da sobrevivência ou a mando de um senhor, construindo seus próprios caminhos em busca de maior autonomia e liberdade, mesmo sem necessariamente romper com o cativeiro.

A população pobre crescia a passos largos, ao mesmo tempo em que os mestiços e negros livres marcavam a face desses novos tempos, contribuindo para que um número cada vez mais reduzido de escravos se confundisse com aqueles que tomavam a cidade nos mais variados momentos: no desempenho de suas atividades, na busca por recursos naturais ou mesmo no tempo de festa. Em meio a uma população livre bem superior, os cativos dividiam, muitas vezes, os mesmos espaços de sobrevivência e as dificuldades de um tempo em que a pobreza rondava com grande violência os quatro cantos da cidade.

Assim, constatamos que a mobilidade espacial dos escravos muito caracterizou Olinda nesses fins de tempos, contribuindo para a conquista de maior autonomia e ampliação das redes comunitárias entre os cativos. Estas poderiam incluir não apenas aqueles que compartilhavam os grilhões de um mesmo cativeiro, mas sim, uma complexa malha que se estendia a lugares distantes, perpassando por propriedades vizinhas a comunidades que foram separadas em um dado momento da escravidão. Com isso, observamos como a noção de família escrava ia além da oficialização da Igreja e do modelo clássico que há muito se consagrou, mas que vem sendo descortinado pela historiografia.

Procuramos ainda adentrar no mundo do trabalho escravo, no qual encontramos uma escravidão que teimava em se perpetuar, moldando-se aos novos tempos e a constante pressão de uma conjuntura que sufocava a camada senhorial que não abriá mão de suas posses. Apesar de tais posses se apresentarem como um privilégio de poucos, o trabalho escravo ainda era o mais requisitado, mesmo entre os que não o possuíam, pois sempre havia a possibilidade de alugá-lo. A preferência permaneceu até os últimos instantes da abolição, possivelmente deixando muita saudade para grande parte dos senhores e requerentes.

O trabalho também nos revelou muito da resistência cotidiana dos escravos, entre procedimentos minúsculos que poderiam levar a conquista de mais espaço ou mesmo a tentativa de ruptura com o cativeiro, não necessariamente vitoriosa - se considerarmos os resultados imediatos - mas que contribuíram para minar paulatinamente os alicerces do poder moral dos senhores. Poder este administrado com grande força e engenhosidade que buscava triturar a humanidade do cativo, através de estratégias que se moldavam a cada realidade e conjuntura. "Prêmios" e "favores" poderiam ser

uma boa tática para transformar os escravos em "reféns" das artimanhas senhoriais, transformando o cativeiro em um complexo jogo de barganha e acomodação, mas sem anular outras formas de resistência construídas pelos escravos no decorrer de uma vida, de gerações e de séculos.

A própria rotina de trabalho, desempenhada pelos cativos, pode ser considerada uma estratégia de resistência, na qual escravos e senhores buscavam utilizar-se do tempo a partir de noções próprias e nem sempre harmoniosas. Algumas atividades exigiam dos cativos uma maior regularidade em sua execução, mas outras - como lavar, vender, *ganhar*, etc. - dependiam de outros ritmos, de acordo com os ditames da natureza ou mesmo da própria ausência de uma disciplina de trabalho aos moldes *burgueses*.

Buscamos ainda demonstrar os *valores* dos escravos nestes tempos de carência da mão-de-obra, quando ter um ou dois escravos poderia alcançar significados imensuráveis aos olhos atuais. Ter uns poucos escravos em idade produtiva poderia gerar uma boa renda para um pequeno senhor, grande maioria em Olinda na década de 1870. Contudo, ter um escravo velho ou mesmo uma criança, não anulava a importância da posse, pois, enquanto os primeiros poderiam ter suas forças usufruídas até a última gota de sangue, os mais novos eram preparados para um regime que teimava em se perpetuar.

Isso porque, percebemos como a escravidão em Olinda possuía uma base infantil que lhe proporcionaria certa continuidade do sistema, ao passo que os escravos mais velhos eram substituídos pelos mais novos. Incluímos a estes os "ingênuos", que, possivelmente, dividiam as mesmas agruras do cativeiro, pois só usufruiriam de sua liberdade quando completassem a maioridade, processo este interrompido com a abolição.

E, ainda em relação ao trabalho, constatamos que as mulheres alcançaram grande importância nestes últimos anos, desempenhando diversas funções e chegando a valores significativos numa época em que grande parte da mão-de-obra masculina era sugada pelo sul. Algumas atividades continuaram dominadas pelas mulheres, fazendo com que muitos senhores e requerentes sempre valorizassem sua posse, trazendo a tona uma escravidão onde estas se igualavam ou mesmo superavam em importância o trabalho masculino. Os homens continuaram predominantes em atividades como a agricultura, mas elas também estavam lá, dividindo o espaço tradicionalmente dominado pelos cativos.

Neste ínterim, compreendemos que a escravidão se apresenta como uma instituição por demais complexa e contraditória, revelando-se que muito ainda precisa ser desvelado. Ser senhor nestes tempos difíceis ia além de questões puramente econômicas, apesar de considerarmos que estas tinham sua importância. Mas, a posse de um ser humano alcançava significados que não podem ser concebidos apenas pelo víeis economicista, pois questões de ordem

subjetivas rondavam as portas do cativeiro. Relações de força, de amor, de ódio e de vingança eram partes integrantes do cotidiano do cativeiro, e foi a partir desta perspectiva que buscamos adentrar neste mundo que senhores e escravos construíram, na tentativa de trazer a tona o murmúrio das "vozes" na senzala.

Crédito das Ilustrações

1. Carta Chorographica do Estado de Pernambuco, detalhe. In GALVÃO, Sebastião de Vasconcelos. *Diccionário Chorográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905.
2. Bonde de Burro, Recife, século XIX. Arquivo Municipal Antonino Magalhães. Setor de Iconografia.
3. Trilhos Urbanos do Recife a Olinda e Beberibe, século XIX. Arquivo Municipal Antonino Magalhães. Setor de Iconografia.
4. Praça do Carmo, 1965. Arquivo Municipal Antonino Magalhães. Setor de Iconografia.
5. Bica de São Pedro. Arquivo Municipal Antonino Magalhães. Setor de Iconografia.
6. Aljube de Olinda. Arquivo Municipal Antonino Magalhães. Setor de Iconografia.
7. Rua do Amparo. Arquivo Municipal Antonino Magalhães. Setor de Iconografia.
8. Quilombo de Catucá. In CARVALHO, Marcus J. M. O Quilombo de Malunguinho: O Rei das Matas de Pernambuco. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Org.) *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Fontes Primárias

Arquivo Público Estadual de Pernambuco - APEJE

1. Série: Diversos III - *Lista de Classificação dos Escravos* – 1876.
2. Série: Câmaras Municipais - *Câmara de Olinda* (CM). 1860 – 1871 (vols. 48 - 60).
3. Série: *Casa de Detenção do Recife* (CDR), 1863-1868.
4. Série: *Assuntos Eclesiásticos* (vol. 17).
5. Série: *Petições Senhores e Escravos* – 1888.
6. Série: *Promotores Públicos*, vols. 6 e 7.
7. Série: Repartição Central de Polícia – *Delegacia de Olinda*. 1865, 1866 e 1867.

Arquivo Municipal de Olinda Antonino Guimarães

1. *Livros de Classificação do Fundo de Emancipação de Olinda* - Divisão E - 1873 (Livro 01); 1874 (Livro 02) e 1875 (Livro 03).
2. Fundo: *Câmara Municipal de Olinda* - Série: *Petições* - 1857 - 1886.

3. Ofícios e Documentos da Câmara de Olinda - 1869 - 1872; 1873 - 1876; 1877 - 1879; 1880 - 1881; 1882 - 1885.

Laboratório de Pesquisa e Ensino em História - UFPE

1. *Diario de Pernambuco* - 1860, 1867, 1869, 1870 e 1872.

Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano

1. Processo-Crime: *escravo Tomás*, caixa 8, 1869

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

1. *Recenseamento de 1872.*
Disponível em:
<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/visualiza_colecao_digital.php?titulo=Recenseamento%20Geral%20do%20Brasil%201872%20-%20Imp%EF%BF%BDrio%20do%20Brazil&link=Imperio%20do%20Brazil# >
Acesso em: 15 de janeiro de 2007.

Referências Bibliográficas

BELTRÃO, Luiz. *Memória de Olinda*. FIAM, Centro de Estudos de História Municipal, Prefeitura Municipal de Olinda, 1996.
BEOZZO, José Oscar (Coord.). *História da Igreja na América Latina*: ensaio de interpretação a partir do povo. Segunda Época. A Igreja no Brasil no Século XIX. Tomo II/2. Petrópolis: Vozes, 1985.
BRANDÃO, Ambrosio Fernandes, ca.1560-ca.1630. *Diálogos das Grandezas do Brasil*. Organização e Introdução de José Antonio Gonsalves de Mello; prefácio de Leonardo Dantas Silva. 3ª edição integral segundo apógrafo de Leiden. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1997.

BONALD NETO, Olimpio. *Palco e Palanque*: contribuição a crônica pitoresca de Olinda. Prefeitura de Olinda; Depto. de Comunicação da Secretaria, 1988.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Escravidão e Abolição no Brasil*: novas perspectivas. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1988.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade*: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2001.

_______________ O Quilombo de Malunguinho: O Rei das Matas de Pernambuco. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Org.) *Liberdade por um fio*: história dos quilombos no Brasil . São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_______________ Cavalcantis e Cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817-1824. *Revista Brasileira de História*, v.18, nº 36, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem*: a elite política imperial. Rio de janeiro: Ed. Campus, 1980.

CASTRO, Hebe Maria M. de. Laços de Família e Direitos no Final da Escravidão. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. Vol. 2: Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

_______________ A Escravidão fora das Grandes Unidades Agroexportadoras. In CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Escravidão e Abolição no Brasil novas perspectivas*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1988.

CAVALCANTI, Vanildo Bezerra. *Olinda do Salvador do Mundo*: (biografia da cidade). [S.l]: Asa Pernambuco, 1986.

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano*: 1. artes de fazer. Petrópoles, Rj: Vozes, 1994.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade*: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CONRAD, Robert. *Os Últimos anos da Escravatura no Brasil*: 1850-1888. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COSTA, Emilia Viotti da. *Da Monarquia a Republica*: momentos decisivos. São Paulo: Brasiliense, 1985.

COSTA, F. A. Pereira da. *A Ordem Carmelita em Pernambuco*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1976.

COSTA, Robson Pedrosa. "OS GERMES DA PERVERSIDADE": Infância e Juventude Escrava em Pernambuco, 1871-1888. In: *História da Infância em Pernambuco*. Recife: Editora da UFRPE, 2007.

COWLING, Camillia. Negociando a Liberdade: mulheres de cor e a transição para o trabalho livre em Cuba e no Brasil, 1870-1888. In LIBBY, Douglas Cole, Org.; FURTADO, Júnia Ferreira, Org. *Trabalho livre, trabalho escravo*: Brasil e Europa, séculos XVII e XIX. São Paulo: Annablume, 2006.

DELGADO, Luiz. *Escravos em Olinda Sob a Lei Rio Branco*. Recife: Ministério da Educação e Cultura, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1967.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

EISENBERG, Peter L. *Modernização Sem Mudança:* a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas, 1977.

FIGUEIRA DE MELLO, Jeronymo Martiniano. *Ensaio Sobre a Estatística Civil e Política da Província de Pernambuco*. Recife, 1852; reedição: Recife, Conselho Estadual de Cultura, 1979.

FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, Moleques e Vadios na Bahia do Século XIX*. Salvador: Ed;. Da Universidade Federal da Bahia, 1996.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_______________ *Olinda: 2º Guia Prático, Histórico e Sentimental de Cidade Brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1944.

_______________ *O Escravo nos Anúncios de Jornais Brasileiros do Século XIX*. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

GALLIZA, Diana Soares de. *O Declínio da Escravidão na Paraíba, 1850-1888*. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1977.

GALVÃO, Sebastião de Vasconcelos. *Diccionário Chorográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905, vol. 1, 2 e 3.

GALVÃO, Tácito Luiz Cordeiro. O Preto Senhor Thomaz. *Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano*. Recife, nº 61, junho de 2005.

GEARY, Dick. Europa e o protesto escravos nas Américas, *circa* de 1750-1850. In LIBBY, Douglas Cole, Org.; FURTADO, Júnia Ferreira, Org. *Trabalho livre, trabalho escravo*: Brasil e Europa, séculos XVII e XIX. São Paulo: Annablume, 2006.

GENOVESE, Eugene D. *A Terra Prometida*: o mundo que os escravos criaram. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

GIARD, Luce. Artes de Nutrir. In CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano*: 2. morar, cozinhar. Petrópolis: Vozes, 1997.

GINZBURG, Carlo. *Sinais: raízes de um paradigma indiciário*. In *Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_______________ *Relações de Força*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GÓES, José Roberto de; FLORENTINO, Manolo. Crianças Escravas, Crianças de Escravos. In PRIORI, Mary Del (org.). *História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000.

GOMES, Flavio dos Santos. Jogando a Rede, Revendo as Malhas: fugas e fugitivos no Brasil escravista. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/artg1-5.pdf> Acesso em: novembro de 2006.

GRAHAM, Maria. *Diário de uma Viagem ao Brasil (e uma estada nesse país durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823)*. Londres, 1824; reedição: São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1956.

GRAHAN, Sandra Lauderdale. *Proteção e Obediência*: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

HOORNAERT, Eduardo (Coord.). *História da Igreja na América Latina:* ensaio de interpretação a partir do povo. Segunda Época. A Igreja no Brasil no Século XIX. Tomo II/1. Petrópolis: Vozes, 1992.

HOORNAERT, Eduardo. A Igreja Católica no Brasil Colonial. In BETHELL, Leslie (org.). *América Latina Colonial*. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1998. V. I.

IANNI, Octavio. *As Metamorfoses do Escravo*. São Paulo: Hucitec; Curitiba : Scientia et Labor, 1988.

KARASCH, Mary C. *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia da Letras, 2000.

KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Recife: Editora Massangana, 2002.

LACOMBE, Américo Jacobina. *A Obra Histórica do Padre Hoornaert*. Rio de Jeneiro: AGIR; [Brasília]: INL, 1983.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1991.

LEVI, Giovanni. Sobre a Micro-História. In BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História:* novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

LIBBY, Douglas Cole (Org.); FURTADO, Júnia Ferreira (Org.). *Trabalho Livre, Trabalho Escravo*: Brasil e Europa, séculos XVII e XIX. São Paulo: Annablume, 2006.

LIMA, Ivana Stolze. *Cores, Marcas e Falas*: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

LOVEJOY, Paul E. *A Escravidão na África*: uma história de suas transformações. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MAIOR, Mario Souto; SILVA, Leonardo Dantas (org.). *A Paisagem Pernambucana*. Recife: FUNDAJ - Ed. Massangana. Gov. do Estado de Pernambuco/Sec. de Educação, Cultura e Esportes, 1993.

MARCONDES, Renato Leite; MOTTA José Flávio. Duas Fontes Documentais para o Estudo dos Preços dos Escravos no Vale do Paraíba Paulista. *Revista Brasileira de História*, vol. 21, nº 42, Dezembro, 2001.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882001000300012>. Acesso em: 10 de novembro de 2006.

MARQUESE, Rafael de Bivar. Paternalismo e Governo dos Escravos nas Sociedades Escravistas Oitocentistas, Brasil, Cuba e Estados Unidos. In FLORENTINO, Manolo; MACHADO, Cacilda. *Ensaios sobre a Escravidão (I)*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

MATTOS, Hebe Maria. *Das Cores do Silêncio*: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

______________ Escravidão e Abolição no Brasil. In CARDOSO, Ciro Flamarion S. (Org.). *Escravidão e abolição no Brasil*: novas perspectivas. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1988.

MATTOSO, Kátia de Queiroz. *Ser Escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

______________ O Filho da Escrava (Em Torno da Lei do Ventre Livre). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 8, n° 16, mar./ago. de 1988.

MELLO, Evaldo Cabral de. *A Fronda dos Mazombos:* nobres contra mascates, Pernambuco 1666-1715. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

______________ *Olinda restaurada guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. Universidade de São Paulo: Forense-Universitária ; São Paulo : Ed. da, 1975.

MELLO, Pedro de Carvalho de; SLENES, Robert W. A Natureza Econômica da Escravidão. In NEUHAUS, Paulo (org.). *Economia Brasileira*: uma visão histórica. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

MENDONÇA, Joseli M. N. *Entre as Mãos e os Anéis*: a lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil. Campinas: Editora Unicamp; Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 1999. p. 199.

MOURA, Denise Aparecida Soares de. *Saindo das Sombras*: homens livres no declínio do escravismo. Campinas: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1998.

NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. Ed. fac-similar. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 1988.

______________ *A Escravidão*. Rio de Janeiro; Nova Fronteira, 1999.

NOGUEIRA, Severino Leite. *O Seminário de Olinda e seu fundador o Bispo Azeredo Coutinho*. Recife: FUNDARPE, 1985.

NUNES NETO, Antonio Pessoa. Aspectos da Escravidão de Pequeno Porte no Recife no século XIX. *Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano*. Recife, n° 61, junho de 2005.

PARAHYM, Orlando. *Traços do Recife*: ontem e hoje. Governo do Estado de Pernambuco/Secretaria de Educação e Cultura. Recife: 1978.

PIO, Fernando. *Apontamentos Biográficos do Clero Pernambucano (1535-1935)*. Recife: Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, 1994. V. II.

RAMINELLI, Ronald. Simbolismos do Espaço Urbano Colonial. In VAINFAS, Ronaldo (org.). *América em Tempo de Conquista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

REIS, Déborah Oliveira Martins dos. *Araxá, 1816-1888*: posse de escravos, atividades produtivas, riqueza. XXXIV Encontro Nacional de Economia (APEC), 2006, Salvador. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2006/artigos/A06A079.pdf> Acesso em: 25 de janeiro de 2007.

REIS, João José. *Rebelião Escrava no Brasil*: a historia do levante dos malês, 1835. São Paulo: Brasiliense, 1986.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Org.) *Liberdade por um fio*: história dos quilombos no Brasil . São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito*: a resistência escrava no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

REIS, João José. "Nos Achamos em Campo a Tratar da Liberdade": a resistência negra no Brasil oitocentista. In *Viagem Incompleta. A Experiência Brasileira (1500 – 2000)*. Formação: histórias. Carlos Guilherme Mota (org.). São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 2000.

RIBEIRO, Jalila Ayoub Jorge. *A Desagregação do Sistema Escravista no Maranhão 1850-1888*. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1983.

RIBEIRO, João Luiz. *No Meio das Galinhas as Baratas não têm Razão*: a Lei de 10 de junho de 1835: os escravos e a pena de morte no Império do Brasil: 1822-1889. Rio de janeiro: Renovar, 2005.

SETTE, Mário. *Arruar*: história pitoresca do recife antigo. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978.

____________*Maxambombas e Maracatus*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981.

SHARPE, Jim. A História Vista de Baixo. In BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História:* novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

SILVA, Luiz Geraldo. *A Faina, a Festa e o Rito*: uma etnografia histórica sobre as gentes do mar (séculos XVII ao XIX). Campinas: Papirus, 2001.

SILVA, Maciel Henrique Carneiro da. *Pretas de Honra*: trabalho, cotidiano e representações de vendeiras e criadas no Recife do Século XIX (1840-1870). Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. *O Declínio da Escravidão no Ceará*. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1988.

SILVA, Wellington Barbosa da. *"A cidade que escraviza é a mesma que liberta...". Estratégias de resistência escrava no Recife do século XIX (1840 – 1850)*. Dissertação de Mestrado. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 1996.

______________________________ *Entre a Liturgia e o Salário*: a formação dos aparatos policiais no Recife do século XIX (1830-1850). Tese (doutorado). Recife, Universidade Federal de Pernambuco. 2003.

SLENES, Robert W. Senhores e Subalternos no Oeste Paulista. In ALENCASTRO, Luiz Felipe (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. Vol. 2: Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

__________________ Escravidão e Família: padrões de casamento e estabilidade familiar numa comunidade escrava (Campinas, século XIX). *Estudos Econômicos*, São Paulo, 17 (2): maio/agosto, 1987.

__________________ *Na Senzala uma Flor*: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Jeniro: Nova Fronteira, 1999.

__________________ O que Rui Barbosa não Queimou: novas fontes para o estudo da escravidão no século XIX. *Estudos Econômicos*. 13 (1): 117-149, Jan/Abr. 1983.

SOARES, Cecília Moreira. As Ganhadeiras: mulher e resistência negra. *Revista Afro-Ásia*, nº. 17, 1996.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TOLEDO, Veríssimo. *Almanaque Administrativo, Mercantil, Industrial e Agrícola da Província de Pernambuco*. Recife: Empresa D'a Província, Typographia do Correio Pernambucano, 1870 (APEJE). 1871.

TOLLENARE, L.F. *Notas Dominicais Tomadas durante uma Viagem em Portugal e no Brasil, 1816, 1817 e 1818*. Salvador: Pregresso, 1956.

VAINFAS, Ronaldo. *Os Protagonistas Anônimos da História*: micro-história. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

VAINFAS, Ronaldo. Escravidão, Ideologias e Sociedade. In CARDOSO, Ciro F. (org.). *Escravidão e Abolição no Brasil*.

VASCONCELOS, Sylvana Maria Brandão de. *Ventre Livre, mãe escrava:* a reforma social de 1871 em Pernambuco. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1996.

VENTURA, Roberto. Um Brasil Mestiço: raça e cultura na passagem da monarquia à república. In: *Viagem Incompleta. A Experiência Brasileira* (1500 - 2000). Formação: histórias. Carlos Guilherme Mota (org.). São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 2000.

VERSIANI, Flávio Rabelo; VERGOLINO, José Raimundo Oliveira. *Preços de Escravos em Pernambuco no Século XIX*. Brasília: Universidade de Brasília/Departamento de Economia Série Textos Para Discussão, Outubro de 2002, texto nº 252. Disponível em: <http://www.unb.br/face/eco/cpe/TD/252Oct02FVersiani.pdf> Acesso em: 15 de dezembro de 2006.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Cativos do Sertão*: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá: 1850/1888. São Paulo: Ed. Marco Zero; Cuiabá, MT: Ed. Universidade Federal de Mato Grosso, 1993.

necessariamente romper radicalmente com o cativeiro. Neste cotidiano, marcado pela violência e por redes opressivas construídas pelas camadas senhoriais, muitas brechas ficaram expostas, possibilitando ao cativo transitar por entre o poder moral dos senhores, negociando espaços e privilégios, dentro dos limites do escravismo.

O autor é Doutorando em História pela Universidade Federal de Pernambuco

O viajante inglês Henry Koster, em sua experiência como senhor de engenho, relata-nos que muitas vezes, sentado à noite, na soleira da porta, ouvia o murmúrio das "vozes na senzala", observando que muitos negros saíam a caminhar furtivamente para visitar conhecidos ou ir tomar parte em algum divertimento noturno. "É nessas ocasiões", afirma o autor, "que os planos para enganar o amo são concebidos e, nessas doces e defesas reuniões, os projetos se formam". Assim como Henry Koster, buscaremos neste livro refletir sobre as "vozes na senzala", que ecoaram por entre as frestas da casa-grande e demais estruturas da dominação senhorial. Enquanto as redes opressivas buscavam triturar a alma do escravo, este se esgueirava por entre mínimas fissuras em defesa de sua humanidade, transitando cotidianamente por um território perigoso, sob o olhar vigilante do regime escravista.

Prefeitura Municipal de Olinda

FAINTVISA
Faculdades Integradas da Vitória de Santo Antão
www.faintvisa.com.br

ISBN 978-85-7315-527-3
9 788573 155273